

SIDNEI JOSÉ MUNHOZ

**A ORDEM DO "CAOS" VERSUS O
OCASO DA ORDEM:**
(Saques e quebra-quebras em São Paulo-1983)

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil Contemporâneo à banca examinadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Michael M. Hall

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida pelo Sr. Sidnei José Munhoz e aprovada pela Comissão Julgadora.

*Campinas, 17 de janeiro de 1990
Michael M. Hall*

M925o

12136/BC

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Campinas 1989

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Este trabalho é dedicado
aos sujeitos desta
história, à minha
família, à Mériti e ao
meu primeiro professor de
História, Clóvis Corradi.

A G R A D E C I M E N T O S

À Fundação Universidade Estadual de Maringá, pelas condições que possibilitaram a realização deste trabalho.

Ao CAPES, pela bolsa de estudos.

Ao Marco Aurélio Garcia, por todas as suas contribuições na realização deste trabalho.

Ao Lúcio Tadeu Motta, Luzia Marta Belini e Andreas Leonardus Doeswijk, pela leitura atenta e meticulosa de meus rascunhos e por suas valiosas críticas.

Ao Paulo Sérgio Pinheiro, pela cessão de sua documentação pessoal, a qual foi de inestimável valor para a realização desta dissertação.

Aos meus ex-alunos Florisvaldo, Lú e Magda pela contribuição na organização de grande parte do material documental desta pesquisa.

Ao Jozimar, Mériti, Enio Verri, Zé Henrique, Capelari, Pedro Vilchenski, Julinho, Gustavo, Luís Bueno e Antonieta, pela ajuda indispensável.

Ao Sidney Barbosa, por sua gentileza e dedicação na revisão deste trabalho.

A todos os entrevistados

Aos funcionários dos arquivos por mim consultados.

E, finalmente, ao meu Orientador Professor Dr. Michael M. Hall, pela dedicação e competência com a qual me orientou.

SIGLAS E ABREVIACOES UTILIZADAS NESTE TEXTO

B.O.	Boletim de Ocorrência Policial.
CESP -	Centrais Elétricas de São Paulo.
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores.
CNE	Conselho Nacional do Emprego
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentação
CUT	Central única dos Trabalhadores.
D.P.	Distrito Policial
DS	Democracia Socialista.
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo.
GO	Estado de Goiás.
MA	Estado do Maranhão.
MSG	Mensagem de Ocorrência Policial.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.
OSI	Organização Socialista Internacionalista.
PB	Estado da Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PC do B	Partido Comunista do Brasil.
PDS	Partido Democrático Social.
PE	Estado de Pernambuco
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RFFSA -	Rede Ferroviária Federal S/A.
SP	Estado de São Paulo.
USP	Universidade de São Paulo.

A ORDEM DO "CAOS" VERSUS O OCASO DA ORDEM:
(Saques e quebra-quebras em São Paulo-1983.)

INDICE

1. Siglas e abreviações utilizadas no texto.
2. Agradecimentos
3. A Pretexto de uma Introdução ou uma Carta de Intenções.
4. Palco, Cenários, Enredo e Atores.
5. De como nem Sempre, Depois da Tempestade vem a Calmaria.
6. Roubar para Comer não é Crime?
7. Ao Cair do Pano.
8. Notas.
9. Bibliografia.

A PRETEXTO DE UMA INTRODUÇÃO OU UMA CARTA DE INTENÇÕES

Este trabalho tem como objetivo o estudo e a compreensão dos distúrbios urbanos caracterizados por ações de saques e quebra-quebras ocorridos na Grande São Paulo, no decorrer de 1983. Ao escolher tal temática, desejamos contribuir, de alguma forma, ao profícuo debate sobre os movimentos sociais urbanos em andamento atualmente nas ciências humanas brasileiras. Tal escolha teve como partida, o sentimento da necessidade de desvendar as complexas tramas que compõem estas formas de ação direta pois, ao fazê-lo, acreditamos possibilitar a desmistificação de discursos que, acadêmicos ou não, ao sobreporem-se ao real, impedem sua acurada percepção.

Em 1983, tivemos dois momentos em que os movimentos caracterizados pela ação direta fizeram-se presentes na Grande São Paulo. O primeiro ocorreu entre os dias 04 e 07 de abril e o segundo, nos meses de setembro, outubro e novembro.

Em abril, os distúrbios têm seu início a partir de um ato público contra o desemprego e o arrocho salarial e distinguem-se pela ação de grandes multidões, com passeatas, saques, quebra-quebras e atos públicos cobrando do poder instituído, medidas que pudessem solucionar os problemas que então atingiam grande parte dos trabalhadores brasileiros.

No segundo, as ações ocorrem a partir de pequenos grupos, caracterizando-se essencialmente pelo saque. Não há aí a ocupação de logradouros públicos, reivindicações às autoridades ou qualquer outra atitude frente ao poder público.

Ao nos voltarmos para a história dos movimentos sociais urbanos no Brasil República, deparamo-nos também com a emergência destes fenômenos em grande parte dos centros urbanos do país. Perguntávamo-nos então, o que explicaria a existência destas manifestações. Seriam elas um mero produto da reação cega e espasmódica (para empregar o termo consagrado) aos efeitos da exploração capitalista? Ou, seriam estes movimentos portadores de uma lógica própria e uma coerência interna que ainda não tínhamos conseguido deslindar? Pensávamos desde o início, intuitivamente, que era demasiado simplismo buscar a explicação da manifestação espasmódica. Todavia parecia-nos que seria muito difícil demonstrá-lo.

Para realizarmos tal démarche, entendemos que, antes de mais nada, deveríamos atentar para o debate teórico sobre ação direta e outras formas de manifestação de multidões, promovido ao longo dos últimos quarenta anos. Percebemos que, se de um lado a própria riqueza do debate era estimulante, a mesma colocava-nos duas ordens de problemas, a saber: a dificuldade de traduzir condensadamente esta riqueza em nosso trabalho e o risco de nos subordinarmos, de antemão, as premissas da pesquisa a uma lógica exterior à mesma, reproduzindo assim, apenas o esquema já pré-estabelecido, aprisionando e distorcendo a realidade. Cientes destas limitações e riscos foi que demos início ao nosso trabalho.

Iniciamos a pesquisa documental, levantando, selecionando, organizando e sistematizando os documentos escritos sobre o assunto. Dedicamo-nos a uma busca de toda e qualquer matéria que pudesse estar vinculada ao nosso tema, quer nos grandes jornais e revistas, quer na imprensa alternativa de São Paulo e, até certo ponto, do Rio de Janeiro. A isto, somamos o levantamento dos discursos pronunciados pelos vereadores na Câmara do Município de São Paulo, Boletins de Ocorrência Policial e Circulares da Secretaria de Segurança Pública do Estado(1). Fomos ainda, a campo objetivando a realização de entrevistas com participantes dos distúrbios, lideranças, parlamentares e algumas autoridades envolvidas nos acontecimentos. Metodologicamente estas entrevistas foram realizadas de forma aberta, restringindo-se a participação do entrevistador a intervenções imprescindíveis ao bom andamento dos trabalhos.

No que se refere às entrevistas, deparamo-nos com uma grande dificuldade, pois os principais sujeitos desta ação eram dificilmente localizados em função de sua extrema mobilidade. Devido ao desemprego ou subemprego, a cada momento estavam residindo em lugares diferentes ou, ainda, possuíam residência incerta. Acrescente-se a isto, o receio de problemas com a justiça ou ainda a dificuldade natural de assumir para si e para o entrevistador, o papel de saqueador ou destruidor. Estes indivíduos, no mais das vezes, ocultavam-se, diziam que haviam visto os acontecimentos, mas não participado deles. Assim admitimos as limitações do material produzido ao fim. Ele foi, todavia, o possível dentro das condições objetivamente impostas por aquelas circunstâncias. Te-

mos ciência dos problemas daí decorrentes no entanto, acreditamos que tal material possibilitou-nos a maior aproximação possível ao real, dentro das condições históricas nas quais o trabalho foi desenvolvido.

Isto posto, resta-nos salientar que não intencionamos esgotar um assunto por si tão complexo e tão pouco estudado. Todavia temos o firme propósito de iniciar um debate sobre estas manifestações populares não-organizadas(2). Indagamos o que são saques e como acontecem. E os quebra-quebras? Qual o significado desta rebeldia popular? Seriam movimentos espontâneos ou dirigidos? Porque quase nunca foram estudados, ou se o foram geralmente isto aconteceu de forma superficial e preconceituosa? Porque diferentes correntes de pensamento articulam discursos semelhantes sobre os mesmos fatos? Como se dá a legitimação destes no universo moral dos participantes? Estas são apenas algumas das questões sobre as quais pretendemos nos debruçar, buscando desta forma a máxima aproximação ao real na obtenção de respostas a estas questões.

De início, faz-se necessário abordar o tratamento historiográfico dispensado à emergência de movimentos similares na história do mundo capitalista.

A primeira impressão que temos ao examinarmos a chamada historiografia oficial nos países capitalistas é que este tipo de manifestação não existiu ou, então, que estes fenômenos foram muito efêmeros e insignificantes, já que não existem referências a estes ou há apenas menções superficiais à sua ocorrência. De outro lado, o marxismo ortodoxo trata estas manifestações como

uma demonstração de disposição de luta do proletariado, porém procura demonstrar sua total desorganização em função da ausência de um projeto político próprio, constituindo-se assim nessa linha de pensamento uma pré-história do movimento operário. O marxismo oficial vê nestas manifestações uma forma de luta superada a partir da emergência do socialismo científico

Nós partimos do pressuposto que a supervalorização de uma estratégia de ação da classe trabalhadora e a conseqüente desvalorização de outras, efetua-se a partir da eleição de uma ou algumas estratégias consideradas privilegiadas e, portanto, aquelas que podem possibilitar a vitória do proletariado.

A decorrência daquela abordagem dispensada à quaisquer manifestações de ação direta, é o seu não estudo, e a repetição de uma metateoria que se retroalimenta de si mesma, não necessitando da pesquisa documental e da conseqüente comprovação factual das teses esposadas.

Todavia, enquanto decorrências históricas concretas, inicia-se no interior do próprio marxismo, um estudo detalhado destas formas de manifestações. Era um dos muitos sinais da ruptura com o mecanicismo vulgar. Destas revisões interessam-nos sobretudo os trabalhos de Éric J. Hobsbawm, George Rudé e Edward Thompson(3).

Apesar de toda a importante contribuição de Hobsbawm a este debate, notamos a existência de um certo conflito no interior de seus trabalhos. Em "Os destruidores de máquinas" ao estudar o movimento de quebra de máquinas na Inglaterra, reconhece nesta forma de manifestação uma certa eficácia e mesmo coerência in-

terna. Todavia, parece-nos que sua análise sobre a turba, apresentada em Rebeldees Primitivos é portadora de um etapismo bastante acentuado, o que não nos convém no tipo de abordagem que estamos tentando efetuar.

George Rudé quer em La multitud en la História quer em Ideologia e protesto popular trata estas manifestações como sendo espasmódicas, não deixando marcas posteriores. Para o autor, quando muito estes movimentos conseguem o atendimento de algumas reivindicações econômicas imediatas, que são contudo logo dissipadas, quando o movimento se esval.

Já Edward Thompson procura demonstrar a importância destes movimentos, e enfatiza o fato de que os mesmos constituem parte das estratégias de resistência das plebes frente ao avanço do capitalismo, dentro das condições daquele momento histórico. Mais do que isto, Thompson reconhece-as enquanto parte do próprio fazer-se(4) da classe operária.

Recentemente, fora do campo do marxismo, mas com vínculos a uma tradição de esquerda, os trabalhos de Francis Fox Piven e Richard A. Cloward(5), ao apresentarem um questionamento à própria tese da organização para as camadas da população que possuem pouco ou nenhum poder de pressão político institucional, colocam uma série de problemas para o historiador preocupado em compreender estes processos.

Todas estas teses serão discutidas detalhadamente no corpo do trabalho. Por ora julgamos que apenas seu anúncio era importante, pois necessitamos fazer outras colocações também importantes.

Com as preocupações de antemão já explicitadas, deliberamos estudar um movimento que, por suas características, foi taxado como estando fora do tempo e do lugar. Discordamos radicalmente desta perspectiva e pelo contrário reconhecemos nestas práticas uma estratégia(6) de enfrentamento ao Capital, em um país que historicamente possui um imenso exército industrial de reserva que, teve sua expansão aumentada significativamente pela recessão econômica ocorrida entre os anos de 1981 e 1983. Segundo dados fornecidos pelo DIEESE(7), de setembro de 1982 a março de 1983, o número de desempregados na região metropolitana de São Paulo, passou de 844.963 para 1.112.641. Em apenas 6 meses, totalizou-se 267.678 novos desempregados, apenas na região metropolitana de São Paulo, ou uma média de 44.613 deles a cada mês. Somando-se a isto, o número de subempregados que passou de 1.084.520 para 877.012, pode-se afirmar que o número total de pessoas ocupadas (Inclui-se aí, pela metodologia do DIEESE, subempregados e empregados) caiu de 5.718.173 para 5.287.079. Ou seja, 431.094 pessoas que desenvolviam alguma atividade de trabalho em setembro de 1982, estavam desempregadas em março de 1983. É preciso ainda lembrar que o salário desemprego era e ainda é apenas uma miragem no horizonte do trabalhador brasileiro. Quanto ao FGTS o seu montante, em caso de desemprego, dá apenas para garantir a sobrevivência do trabalhador e sua família por alguns dias ou na melhor das hipóteses, por alguns meses.

É dentro deste contexto, que se tem o início de um movimento de desempregados objetivando pressionar o governo a tomar algumas medidas econômicas que barrassem a continuidade das demissões em

massa, bem como possibilitassem a geração de novos empregos. Ocorre que em uma sociedade com uma estrutura hierárquica totalmente obsoleta e antidemocrática, herdada não apenas da ditadura então ainda vivida, mas de toda a história do país, onde a questão social geralmente foi "resolvida" pela polícia, o movimento não encontra os necessários canais de comunicação e negociação. Daí então, de um ato público que objetivava demonstrar a força do movimento de desempregados, na tentativa de abrir um canal de negociação, explode uma ação incontrolável.

A Grande São Paulo foi, então, assolada por "massas perigosas" que em meio à recessão econômica e a uma crise de credibilidade das instituições, ganha visibilidade pública através de seu discurso da ação,⁽⁸⁾ com multidões tomando ruas e logradouros públicos, ao mesmo tempo em que saqueavam-se estabelecimentos comerciais, depredavam-se equipamentos e edifícios públicos, e até mesmo enfrentavam-se o aparato repressivo policial com pedras, paus ou qualquer outro instrumento que pudesse ser útil nessa "batalha de rua".

Neste ato de assenhorear-se do espaço público, um fato aparece-nos de forma cristalina: a emergência das transgressões. Trata-se de um permanente extravasar. Desrespeitar a norma; infringir a lei; fazer o não permitido e permitir-se o proibido passam a ser a regra. As multidões quebraram a rotina encenando uma ação onde luta, festa e tragédia co-dividiam o espaço urbano. Este acontecer rompe as barreiras do puramente material e possibilita o transbordamento dos anseios, vontades, desejos e praze-

res permanentemente controlados, policiados e proibidos. Esta alegoria toma então conta da cidade.

Como compreender este processo de ruptura entre o possível e o impossível, entre o permitido e o proibido? Como compreender a variada composição dos participantes desta rebeledia coletiva? Como entender a ação destruidora de fiéis cumpridores da lei e até mesmo defensores da ordem estabelecida?(9)

Pensamos que é impossível decodificar este processo apenas a partir da análise de determinações econômicas. É óbvio que houve um grande peso da conjuntura nos conflitos ora analisados. Contudo, buscar uma explicação meramente econômica, reduziria ou empobreceria nossa capacidade de compreensão mais ampla do fenômeno ora estudado. Acreditamos, também, que estas ações constituem-se em uma das possíveis formas de manifestação dos conflitos de classe. Todavia, reduzir todo o ocorrido a manifestações diretas destes conflitos, constitui-se em uma simplificação da complexa trama que envolve o movimento, a qual é incompatível com o atual estágio de desenvolvimento dos estudos sobre os movimentos sociais urbanos. Esta simplificação poderia bloquear a possibilidade de percepção e decodificação das diversas articulações ocorridas no desenvolvimento destas ações. Com estas afirmações não pretendemos, em hipótese alguma, negar a existência da luta de classes, mas ao contrário, objetivamos resgatá-la em suas múltiplas formas possíveis de manifestação.

Neste sentido, entendemos que classe social só pode ser pensada enquanto uma categoria histórica e, portanto, dinâmica. O fazer-se das classes sociais deve ser concebido a partir das tra-

lutas reais e concretas levadas por homens e mulheres que, nas suas experiências, estabelecem identidades e antagonismos, percebendo-se enquanto sujeitos de um ou outro coletivo social, através da luta pela satisfação de suas necessidades(10). Acreditamos que estas necessidades sejam historicamente determinadas e que as mesmas não estejam apenas restritas à sobrevivência material. Nossa argumentação é baseada nesta afirmação de Marx:

"A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenhiam do estômago ou da fantasia.(11)"

A presença mobilizada de membros das classes populares nas ruas cria um pânico e este toma conta da cidade. Os reflexos deste aparecer popular atingem diversas ramificações do poder e de boa parte da população paulistana. Apesar de em momento algum o poder de Estado ter sido efetivamente colocado sob risco, seus governantes vivenciaram momentos muito difíceis.

De uma forma geral a imprensa burguesa estampou o horror que esta agitação provocou nas classes dominantes. Isto pode ser comprovado através do estardalhaço das manchetes de jornais(12), e das chamadas de TV e de rádio. O que se depreende daí é que os cidadãos "distintos" ficaram assustados. A ordem tinha que ser mantida e para tanto o movimento deveria ser duramente reprimido(13).

Observamos que de diversas instâncias do poder de estado bem como das instituições civis, emergem discursos desqualificando a ação popular e apontando a existência de "agentes provo-

cadores" dos tumultos. Constatamos que para os setores ditos democráticos, os "infiltrados" eram agentes que visavam desestabilizar o Governo Montoro(14) e, para os denominados conservadores, radicais interessados na baderna e na instauração do comunismo no Brasil(15).

Pudemos constatar na imprensa, ainda no decorrer do movimento, a presença de algumas análises que conseguiram escapar ao maniqueísmo dos "infiltrados" quer de esquerda ou direita e que captaram de forma muito nítida alguns dos importantes significados daquela expressão popular. Temos que ressaltar, entretanto, que estas constituíram-se em exceções à regra(16). A maior parte das manifestações na imprensa sobre o assunto, deu-se na direção do que pensavam as classes dominantes.

Trataremos agora do desenrolar dos fatos que deram origem aos saques e quebra-quebras ocorridos no início de abril de 1983, na cidade de São Paulo. Procuraremos, ainda, abordar o acontecer histórico do fenômeno, reconstituindo sua gestação, seu desenrolar e seu refluxo. Conforme já citamos anteriormente, o epicentro do processo teve sua emergência no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, bairro da capital paulista, desencadeando em seguida uma onda generalizada de distúrbios por toda a cidade, com reflexos em todas as regiões que compõem a chamada Grande São Paulo e até mesmo no interior do Estado de São Paulo e fora dele(17).

Entendemos que faz-se necessário traçarmos um rápido perfil do "Largo 13", de Santo Amaro e da inserção destes na história dos movimentos sociais de São Paulo e mesmo do Brasil, para que possamos compreender a própria simbologia de que se reveste o

processo ora em estudo, bem como a plenitude dos reflexos desencadeados pelo mesmo.

Em 1983, Santo Amaro possuía cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes, distribuídos em 150 bairros e vilas geralmente pobres. No "Largo 13" está situado o coração comercial e o terminal de transportes urbanos através do qual é efetuada a ligação de Santo Amaro com o restante da grande São Paulo(18). Disto resulta a constituição de um ponto natural de confluência dos habitantes da região.

Nesta época, a região de Santo Amaro possuía cerca de mil indústrias, das quais 243 eram metalúrgicas com mais de 50 trabalhadores cada. Dentre as chamadas empresas de grande porte, destacavam-se as seguintes : Vilares, Caterpillar, Metal Leve, Gibie, Caloi, Monark, Telefunken, e Semp-Toshiba. Além destas existiam mais 450 pequenas metalúrgicas. Este setor representava na época, aproximadamente a metade do parque industrial da região(19).

Ao analisar os distúrbios de abril de 1983, a revista "Senhor" refere-se desta forma à tradição de luta dos moradores de Santo Amaro :

"Berço apropriado para a deflagração das primeiras greves de fábricas generalizadas após 1964, realizadas em abril de 1978, simultaneamente às do ABC. Palco em novembro do mesmo ano, da primeira greve geral de metalúrgicos desde os movimentos de 1968 em Contagem (MG) e Osasco (SP), que se repetiria em outubro de 1979, com grande repressão policial(20)".

Em 1981, Santo Amaro possuía cerca de 130 mil metalúrgicos, os quais representavam aproximadamente um terço da categoria no

município de São Paulo. Destes, em 1983, apenas 105 mil estavam empregados, havendo, então, somente nesta categoria, cerca de 25 mil desempregados(21).

Apesar de ser uma região com alta concentração industrial e produtora de respeitável soma de riquezas, a região de Santo Amaro possuía cerca de 300 mil favelados, o que equivalia a 25% de sua população. Este contraste, presente nas grandes metrópoles do terceiro mundo, propicia a Santo Amaro a liderança na taxa de mortalidade infantil entre os bairros da capital paulista.

É em meio a esta situação de profunda pobreza e industrialização que as classes populares iniciaram a instituição de suas múltiplas formas organizativas ou de ação direta, as quais de um lado exigiam a imediata satisfação de suas necessidades prementes e, de outro, pressionavam as autoridades constituídas na luta por uma democratização geral da sociedade. Em 1972, foram fundados em Santo Amaro, os primeiros clubes de mães, os quais deram origem a movimentos visando a construção de creches. 1973 é marcado pelo surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela "Carta às Autoridades" elaborada pelo Clube de Mães de Vila Remo (Região de Santo Amaro), reclamando contra o custo de vida vigente no país. No desenrolar deste movimento, em 1975 é efetuada uma pesquisa sobre as consequências da carestia sobre o padrão de vida dos trabalhadores. Ainda como decorrência deste movimento ocorre no início de 1977 uma reunião com representantes de 18 bairros, na paróquia de Vila Remo. Em agosto do mesmo ano, 700 delegados de comunidades elegeram uma coordenação geral para o movimento e aprovaram propostas de ampliá-lo para outras regiões da Grande

São Paulo. O mesmo se estendeu à diversos bairros e a diversas cidades do interior e de outros estados. Em 1978 foram colhidas um milhão e 300 mil assinaturas em abaixo assinado pedindo o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a concessão de abono salarial e o reajuste de salários acima do aumento do custo de vida.

Em 1974 emerge também na Zona Sul, um movimento por melhoria nos serviços de transportes coletivos. Conseguiu-se, nesta ocasião, reunir 2 mil pessoas em uma assembléia para tratar do problema dos transportes coletivos. A seguir os próprios moradores fizeram plantões de fiscalização nos pontos de ônibus, que funcionaram 24 horas por dia, registrando o número de viagens, usuários e intervalos entre a partida de um veículo e outro. Levantou-se ainda os custos e lucros das concessionárias dos transportes coletivos. De posse destes dados, pressionaram os órgãos competentes. Alguns bairros conseguiram melhorias, mas outros não. De toda maneira, em 1976 o movimento se auto dissolveu, mas engrossou a tradição de um bairro combativo.

Neste ano surge o movimento pela legalização dos loteamentos clandestinos, o qual foi organizado pelas CEBs, com o apoio da Comissão Pastoral da Periferia de Santo Amaro, pertencente à Igreja católica e dos advogados dos Centros Acadêmicos "XVI de Agosto" (da USP) e "22 de Agosto" (da PUC). Em 1978, representantes dos moradores dos loteamentos clandestinos reuniam-se mensalmente na Capela do Socorro, onde as ações eram centralizadas. Amplia-se este movimento para a Zona Leste da cidade e ainda outros bairros da Grande São Paulo. Paralelamente à luta pela legalização dos

loteamentos clandestinos, surge em 1976 o movimento pela instalação de redes de água(22). Em 1977, explode o movimento contra o custo de vida, ao qual já nos referimos, alastrando-se por todo o país dando, inclusive, sustentação política que possibilitou em 1982, a eleição dos deputados federais Irma Passoni (PT), Aurélio Peres e Horácio Hortiz (PMDB); dos deputados estaduais Benedito Cintra e Paulo Sogalar (PMDB); os vereadores Ida Maria, Edson Simões e Jorge Hato (PMDB) e Paulo Diniz (PT)(23).

Se em decorrência de todas as experiências acima citadas, a região de Santo Amaro tornou-se uma importante referência para os movimentos populares em São Paulo, em função de sua situação geográfica, de centro comercial e de circulação de trabalhadores, o Largo 13 de Maio constituiu-se, nesta região, no ponto natural de confluência da população trabalhadora. É nele que ocorrem os encontros de conterrâneos, onde trocam-se notícias sobre amigos e familiares distantes e "dicas" sobre empregos. A praça chegou a ser denominada de "corredor de boatos"(24). Nas palavras de Barreira e Stroh "...a praça foi sendo um espaço natural de afluxo de desempregados, de sociabilização e estabelecimento de identidades(25)."

É dentro deste intrincado espaço onde o Largo 13 desempenha o papel, real e simbólico, modelador de identidades, reconhecido enquanto espaço coletivo e, principalmente, revestido por uma notável tradição de lutas, que se desencadearam os distúrbios urbanos de abril de 1983.

*** ***** ***

E. P. Thompson ao estudar os motins alimentares ocorridos na Inglaterra, no decorrer do século XVIII, oferece-nos uma importante ajuda para o desvendamento do movimento objeto de nosso estudo. Para ele, os motins alimentares, os delitos anônimos e outros distúrbios foram as estratégias de ação materialmente possíveis, desenvolvidas pelas plebes frente a organização do Capital, naquele momento histórico. Thompson entende que cobrar do movimento uma forma de organização estruturada, naquele momento, é não compreender o contexto e exigir uma ação que somente seria possível no decorrer do século XIX. Este tipo de cobrança ocorreria porque o pesquisador ao olhar para o século XVIII com os olhos de hoje, constata no mesmo a ausência de algum tipo de organização que só se tornaria possível nos séculos seguintes(26).

De uma forma geral, as análises efetuadas pelas esquerdas tradicionais pecam por este equívoco, ao cobrar, para aqueles setores sociais uma organização inexistente, naquele momento e ao mesmo tempo apontam para o que seriam suas "estratégias corretas". Apenas a título de uma comprovação exemplar:

"Setores da esquerda tentaram mais uma vez detonar um movimento de desempregados. Criaram uma entidade e a partir dela almejaram conduzir manifestações. Inocorreram mais uma vez no equívoco de criar

movimentos do tipo "luta contra inflação", "luta de desempregados" e outros, passando por fora das entidades de massas e dos partidos políticos, revelando um misto de golpismo, tentativa de substituir as mesas e suas organizações sindicais, comunitárias e políticas tentando superar debilidades de inserção social criando entidades à revelia de seus representantes. (27)"

Nota-se no corpo deste texto a afirmação da existência de um único caminho para a ação política do proletariado: as vias sindicais e partidárias. Há aí uma clara desqualificação e omissão de todo o significado dos movimentos populares ocorridos nos grandes centros urbanos, a partir de meados da década de 70. No entanto, ao analisarmos o momento histórico no qual inseriram-se os saques e quebra-quebras, observamos, justamente e em primeiro lugar, a ausência de canais institucionais e de interlocutores, através dos quais pudesse haver a mediação de relações entre o movimento e o Estado. Isto, deve-se ao fato de, as organizações populares brasileiras terem sido totalmente desmanteladas pela repressão política instaurada pela ditadura militar. Embora víssemos na época um momento de reconstrução dos sindicatos e dos partidos políticos, temos que compreender inicialmente que, de uma maneira geral, devido à sua própria condição o desempregado está fora do sindicato. Pior ainda: caso do desempregado crônico, este é visto preconceituosamente pela sociedade como um vadio e, portanto, é discriminado(28). Além disso, é clara e notória a fragilidade da penetração efetiva (com implantação através de organismos de base) dos partidos políticos nas classes populares(29).

Buscamos demonstrar com o exposto que, sem canais de comunicações eficientes e descrentes de quaisquer possíveis interlocutores, o movimento cria o único discurso que poderia em tais condições provocar, junto ao Estado, o impacto desejado: sua ação direta. Faz-se necessário observar que não existe, a priori, uma racionalização ou intencionalidade nesta ação. Todavia, sua expressão adquire tal significado. Este discurso além de ser ouvido é imediatamente respondido. Primeiro, através da repressão. Segundo, através de algumas medidas concretas adotadas pelo governo na esteira do movimento, tais como a liberação imediata de 250 bilhões de cruzeiros (373.134.328 dolares no cambio paralelo da época) do FINSOCIAL para programas de alimentação, saúde e habitação. Destes, 45 bilhões (67.164.179 dolares, no cambio paralelo da época) são destinados à habitação popular e instalação de serviços de infra-estrutura em favelas. Com esta verba o ministro Mário Andreazza prometeu construir 50 mil casas, empregando em consequência 200 mil pessoas (a nível federal); promessas de criação de 40 mil novos empregos imediatamente (a nível estadual)(30).

O exposto indica-nos, a princípio, que além de criar um fato político perturbador da ordem, a ponto de obrigar o reconhecimento público da miséria crescente entre as classes populares, os distúrbios impuseram ao Estado a necessidade de tomar medidas concretas que, mesmo sendo paliativas na sua prática, viessem a amenizar a penúria vivida por muitos dos desempregados.

No dia 4 de abril de 1983, a figura das multidões povoou as ruas da metrópole paulistana. Tratava-se mais uma vez, de homens,

mulheres, jovens, adultos, idosos e crianças que, normal e cotidianamente, deslocavam-se mais uma vez de suas moradias rumando "ordeiramente" para o trabalho. Contudo o dia 4 de abril e os dias que se seguiram foram estarrecedoramente diferentes.

Esses insólitos acontecimentos tiveram origem no decorrer de uma manifestação convocada pelo "Movimento contra o desemprego e a carestia", ocorrida no "Largo 13" em Sto. Amaro. A manifestação, inicialmente pacífica, adquiriu repentinamente contornos mais agressivos, fugindo a qualquer possibilidade de controle por parte dos seus organizadores. Os protestos verbais transfiguraram-se em atitudes de violência concreta, transformando-se em ações de saques e quebra-quebras. Nos dias que se seguiram, estas ações diretas multiplicaram-se assustadoramente, atingindo grande parte da região metropolitana de São Paulo.

Objetivamos através deste trabalho, analisar esses saques e quebra-quebras ocorridos em São Paulo, no início de abril de 1983, buscando compreender a gestação e emergência da revolta contra o universo de miséria imposto à população da periferia dos grandes centros urbanos; a ausência de canais institucionais através dos quais pudessem circular interlocutores válidos à expressão das camadas populares; a adesão multifacetária ao movimento por parte dos populares; problematizar e analisar ainda a ação popular, a repressão policial, a elaboração de discursos que visavam desqualificar a ação direta e o significado da emergência das classes populares enquanto sujeitos históricos desta ação. Procuraremos, também, discutir a questão da espontaneidade ou não do movimento em questão, bem como, o processo de justificação do

mesmo no universo moral de seus agentes. Pretendemos, também, esboçar uma reflexão sobre o significado de uma permanente transgressão às normas, presente no conjunto do movimento.

Partimos do pressuposto de que naquele momento histórico, este movimento constituiu-se em uma das poucas estratégias de luta possíveis, capaz de fazer frente à situação de extrema miséria e exploração sofrida pelos desempregados e subempregados, em meio a um processo de recessão econômica generalizado. Naquele momento, na esfera dos trabalhadores, não se vislumbrava a curto prazo, qualquer possibilidade de conquista de emprego e consequentemente a garantia da sobrevivência individual ou familiar, ao mesmo tempo em que inexistiam canais institucionais, através dos quais estas camadas expulsas do trabalho produtivo pudessem expressar-se. As vias convencionais através das quais poderiam ser ouvidos e, em tese, atendidos, encontravam-se fechadas. Entendemos, ainda, que estes conflitos foram uma manifestação particularizada de um conflito geral agudizado pela política econômica recessiva. Em outras palavras, ocorreu aí a manifestação da luta de classes, existente no interior da sociedade capitalista. Contudo, salientamos que não tomamos isto de forma mecânica ou determinista, mas sim como um processo dinâmico e multi-facetado.

PALCO, CENÁRIOS, ENREDO E ATORES

Com o golpe de Estado de 1964 e a conseqüente implantação da ditadura militar, os trabalhadores brasileiros sofreram revezes em suas lutas frente ao Capital. A sociedade civil brasileira foi amordaçada com a censura prévia. Ocorreram intervenções sindicais, líderes foram presos, torturados e, sindicatos fechados. Os Partidos classistas foram declarados ilegais e foi imposto ao país um bipartidarismo artificial.(1) Dá-se a desarticulação quase total das organizações anteriormente edificadas pelas classes populares brasileiras. As resistências à exploração do Capital, principalmente após 1968, ficaram circunscritas à órbita da ação individual ou de pequenos grupos e movimentos que, quando localizados, eram eficaz e prontamente desmantelados pelo aparato repressivo militar. Houve dezenas de desaparecidos. O isolamento, a desinformação, o medo e a falta de perspectivas dificultaram em muito qualquer rearticulação de estratégias coletivas. A multiplicidade de opiniões foi suprimida pelo discurso unívoco do "milagre brasileiro"

Entretanto, a partir de meados dos anos 70, ainda na fase dura do regime militar, nota-se uma gradual e contínua rearticulação, criação e recriação de movimentos sindicais e populares. Aos poucos, ressurgem nas periferias dos grandes centros urbanos diversos movimentos, reivindicatórios ou

apenas de cunho social, cultural ou assistencialista (2) que em muitos casos dão origem à constituição de organizações populares. Paralelamente, foram conquistados espaços, no interior de entidades que haviam sido transformadas, pelo regime militar, em "locus" de controle, onde aquelas lideranças que se convencionou denominar "pelegas" veiculavam a ideologia dominante até mesmo exercendo atividades policiais.

Neste contexto, adquire uma profunda importância a instituição do bairro enquanto espaço privilegiado do conflito de classes. É no espaço do bairro que foram possíveis a gestação de experiências coletivas as quais deram origem a novos tipos de movimentos sociais. Dentro deste quadro, o novo movimento sindical encontrou nos bairros um pólo de aglutinação e reforço que possibilitou o enfrentamento à estrutura sindical corporativista existente. Houve assim uma forte ligação entre movimentos sociais nos bairros e as oposições sindicais(3), que lenta, mas firmemente foram conquistando espaço vencendo eleições nesses sindicatos.

Paralelamente, surgem também manifestações não organizadas, principalmente as que se referiam aos usuários dos transportes coletivos e a qualidade e eficiência dos seus serviços. Algumas destas manifestações adquirem contornos bem violentos, transformando-se em saques e quebra quebras. Estes movimentos de ação direta, sofreram redefinições em seu próprio transcorrer adquirindo, muitas vezes, uma eficácia e uma ação politizadora(4) .

Estudando os quebra-quebras de trens ocorridos na década de 70, Moisés e Martinez-Alier escrevem:

"Nesse sentido, a nossa hipótese reivindica uma dinâmica própria para as "explosões selvagens" das massas suburbanas que, na aparência, irromperiam espontaneamente - a partir de condições externas a ela, como o agravamento de suas condições de existência mas que, em realidade, redefine essa espontaneidade no próprio curso de seu desenvolvimento. Por outras palavras, a nossa hipótese toma os acontecimentos que aparentemente surgem como uma consequência "irracional" ou "anárquica", embora inevitável em face das duras condições de vida a que estão submetidas as massas no contexto do regime autoritário vigente, para a nível mais analítico, tentar demonstrar que sua eficácia política tem uma lógica, que opera a nível dos efeitos que provoca diante do Estado e delas próprias.(5)"

Os quebra-quebras de trens, constituem-se em uma atitude de rebeldia e protesto contra os freqüentes atrasos nos horários dos trens suburbanos, que levam muitos trabalhadores a terem o dia de trabalho descontado ou até mesmo a serem despedidos. A inexistência de canais institucionais que possibilitassem a negociação entre os usuários e o Estado, levava os primeiros à ação direta que, contudo, não esgotava em si, constituindo-se lentamente em questionamento e mesmo deslegitimação das autoridades estabelecidas e em ataque direto ao próprio Estado.

A inserção em uma conjuntura histórica com significativas diferenças(6) faz com que o objeto de estudo deste tra-

balho tenha algumas especificidades próprias. Guardadas contudo as devidas particularidades, a tese defendida por Moisés e Martinez-Allier poderão nos auxiliar na compreensão de alguns importantes aspectos da temática ora abordada.

Acreditamos que a constituição de uma identidade comum gerada através da percepção de uma noção de carência(7) produzida na relação entre o usuário, na figura do consumidor e a empresa estatal, na figura do prestador de um serviço seja importante no processo de gestação destes distúrbios. Todavia, se de um lado a noção de carência é fundamental na percepção de uma identidade comum, ela não é suficiente para explicar a ação direta. Entendemos ser necessário resgatar a origem deste movimento, bem como suas raízes a partir das lutas que o antecederam.

A primeira questão que se faz necessário colocar é a de que a prática dos saques e dos quebra-quebras não foi inaugurada pelo movimento ocorrido em São Paulo, no início de abril de 1983. Esta forma de manifestação social, no Brasil, fez-se presente em diversos momentos marcados pelo acirramento dos conflitos sociais no estado de São Paulo e em outros estados do país. No Nordeste, quando em função da seca, a miséria crônica existente atinge índices insuportáveis, os saques a depósitos e armazéns de gêneros alimentícios aparecem com certa frequência e previsibilidade.

Nos grandes centros urbanos, nas duas últimas décadas, destacando-se São Paulo e Rio de Janeiro, o quebra-quebra de veículos de transportes coletivos, sobretudo os ferroviá-

rios, constituiu-se em um recurso costumeiramente utilizado pelos usuários, como forma de protesto, todas as vezes em que não percebiam outra forma de ação que levasse o Estado a tomar medidas concretas frente a ineficiência do sistema de transportes. Esta forma de ação aparece geralmente de maneira não-organizada e, ocorre com mais freqüência nas regiões onde os problemas de locomoção da força de trabalho são mais graves. Com o intuito de demonstrar esta afirmação fizemos um levantamento sobre a incidência de distúrbios que adquiriram características de quebra-quebras ou saques na história do Brasil República. Salientamos que em função da própria extensão do problema este levantamento constitui-se em apenas uma primeira busca e, portanto, com toda certeza, os fatos aqui citados representam somente uma parcela das manifestações realmente ocorridas.

UM BREVE HISTÓRICO DOS SAQUES E QUEBRA-QUEBRAS NA
HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA

Em junho de 1901, em função de um aumento abusivo nas tarifas dos transportes coletivos do Rio de Janeiro então Distrito Federal, a população carioca incendiou dois bondes. A polícia reprimiu a manifestação. Todavia, houve resistência por parte dos populares, resultando destes conflitos mortos e feridos de ambos os lados. A Companhia São Cristovão (concessionária dos serviços) cancelou a majoração e iniciou-se, então, uma série de estudos sobre os preços dos transportes. Em agosto do mesmo ano, estes estudos foram concluídos, não ocorrendo nenhum aumento nas tarifas. Em decorrência das críticas recebidas por suas atuações nos episódios de junho, o chefe de polícia do Rio de Janeiro e o Ministro da Justiça demitem-se.

Novamente no Rio de Janeiro, em maio de 1902, ocorrem violentos conflitos devido aos protestos populares contra a determinação do prefeito em proibir o comércio de carne verde vinda de outros matadouros. Esta carne de procedência externa à cidade era 20% mais barata que a local. Em cinco dias de conflitos são formados piquetes e levantadas barricadas para impedir a venda da carne local. Nestes distúrbios mais uma vez, houve mortos e feridos.(9)

Em novembro de 1904 o Rio de Janeiro é assolado por manifestações sem precedentes. O agente detonador foi a imposição da obrigatoriedade da vacina contra a varíola. Esse

processo teve características de uma insurreição popular com enfrentamentos armados entre manifestantes e as forças da ordem. Na ocasião também ocorreram saques e quebra-quebras em diversos pontos da cidade e pôde-se constatar um número incontável de mortos e feridos, além de centenas de presos.(9)

Em 1908, foi a vez da cidade de Campos (RJ), onde foram queimadas três estações, vagões e locomotivas pertencentes a Cia. Leopoldina, em protesto contra a qualidade de seus serviços.

Em janeiro de 1909 dá-se, ainda no Rio de Janeiro, a destruição de bondes e postes de iluminação pública, também em protesto contra a qualidade dos serviços, mudança de horários e descaso às reclamações.

Em abril do mesmo ano, São Paulo foi palco de manifestações contra a continuidade do monopólio dos transportes coletivos pela LIGTH. Nesta ocasião foram efetuados enterros simbólicos de vereadores municipais, ocorrendo ainda a destruição de bondes.(10)

Em Salvador, no ano de 1917, ocorreu uma greve contra a elevação do custo de vida. Ocorreram distúrbios e os conflitos foram intensos, resultando em um grande número de mortes.(11)

Em 9 de julho desse mesmo ano, durante a Greve Geral em São Paulo, aconteceram distúrbios, quebra-quebras e saques. O sapateiro anarquista, Antônio Martínez é atingido por tiros em conflitos com a polícia e, morre no dia 10. A partir

do seu enterro São Paulo é tomada durante três dias consecutivos por uma onda de depredações e saques, tendo, inclusive, sido paralisados os serviços de transportes coletivos. Nesta ocasião ocorrem saques a armazéns, padarias, residências e a destruição de lâmpedes de iluminação pública. Ainda durante a greve de 1917 ocorreram ataques a carroças do Moinho Gamba e saques aos armazéns do Moinho Santista.(12)

Em outubro de 1918, durante a crise de abastecimento gerada pelos efeitos da dizimação provocada pela gripe espanhola, ocorreram saques em diversos pontos do Rio de Janeiro. Neste caso os saques se deram em função da paralisação da cidade e a conseqüente falta de comida.(13)

Em 1928, na cidade de Niterói, ocorreu um quebra-quebra em protesto contra a deficiência nos serviços de barcas que faziam a ligação entre Niterói e o Rio.(14)

A cidade de São Paulo foi palco, novamente, de grandes distúrbios em primeiro de agosto de 1947. Ocorreram quebra-quebras em função do aumento nas tarifas dos transportes coletivos. Trinta veículos foram totalmente destruídos, 180 bastante danificados, ficando sem condições de uso e 500 parcialmente danificados. Nestes dias foram efetuadas 350 detenções e abertos 50 processos.(15)

No dia 22 de maio de 1959 ocorreu mais uma vez a destruição de embarcações da Cia. Cantareira, que faziam a travessia Rio-Niterói. Nestes conflitos estiveram envolvidos de 30 a 40 mil pessoas e os distúrbios além de atingirem o centro de Niterói, alcançaram o bairro do Barreto, onde estavam

localizadas as residências dos donos daquela Companhia, as quais foram pilhadas e incendiadas. Os manifestantes chegaram inclusive a enfrentar as tropas dos fuzileiros navais. Como resultado destes conflitos ocorreram cinco mortes e 118 pessoas ficaram feridas, um ônibus e um "jipão" dos fuzileiros, um ônibus elétrico, um bonde, duas lanchas, um restaurante e um clube incendiados; oito prédios, um estaleiro, uma serralha e uma rádio-patrolha destruídos.(16)

No mês seguinte, nos dias 18 e 19, Uberlândia (MG) foi palco de quebra-quebras e saques que atingiram cinemas e lojas comerciais. Nestes conflitos ocorreram algumas mortes e diversas pessoas foram feridas.(17)

Em 1964, com a estagnação do processo de construção de Brasília, ocorrem distúrbios a partir da ação de membros das "turmas da boa vontade" que eram compostas por ex-candangos desempregados. O quebra-quebra atinge seu auge em 18 de março quando cerca de cinco mil pessoas depredam a sede da sub-prefeitura do núcleo Bandeirante, saqueiam um açougue, uma escola e outros estabelecimentos. Na ocasião, os manifestantes munidos de pás, enxadas e picaretas chegaram a isolar a cidade. No dia 19, ocorre uma violenta repressão policial, havendo resistência por parte dos desempregados, ocorrendo, então, a depredação da própria Delegacia de Polícia. A situação de tensão atinge diversas cidades satélites.(18)

Durante o ano de 1974 ocorreram três quebra-quebras de trens no Rio, e a depredação de 40 ônibus nas cidades saté-

lites de Brasília. Em 1975, ocorreram cinco quebra-quebras de trens no Rio e um em São Paulo. Em 1976, houve nove quebra-quebras de trens e um de ônibus em São Paulo.

Em 7 de fevereiro de 1977, cerca de mil passageiros depredaram cinco ônibus em Belo Horizonte. O motivo dos distúrbios foram os constantes atrasos. Neste ano ainda, ocorreu um quebra-quebra no Rio de Janeiro. Nos dias 11, 16 e 31 de janeiro e 4 de fevereiro de 1978, ocorreram quebra-quebras de ônibus em Guarulhos, na Grande São Paulo. Em 28 de março, o fato volta a se repetir na Zona Leste da capital.(19)

De fins de 1977 a fins de 1978, ocorreram onze quebra-quebras na construção civil do Rio de Janeiro. Eles deram-se principalmente nos canteiros de obras das empreiteiras que estavam construindo o Metrô. Na maioria dos casos, o motivo era relativo a problemas na alimentação. Como reflexo desta agitação, foram implementadas pelas firmas diversas medidas objetivando a melhoria da alimentação em diversos canteiros.(20)

Em 10 de fevereiro de 1979 ocorreu um caso bastante insólito, quando cerca de 40 soldados sediados em quartel próximo a Osasco, invadiram a estação de trem de Quitaúna e a depredaram. Em Caçapava (SP), no dia 8 de agosto ocorreu um quebra-quebra.(21) Ainda, em agosto, ocorreram distúrbios no transcorrer da greve da construção civil em Belo Horizonte. Em outubro foi a vez de volta Redonda.(22)

Em setembro daquele ano, durante a greve dos bancários em São Paulo, após uma ação repressiva da polícia que acabou fechando o polígono bancário, houve uma onda de distúrbios, caracterizando-se por quebra-quebras em agências bancárias. Constatou-se nestes conflitos uma manifestação própria de "office boys" e outros jovens trabalhadores, além de transeuntes.(23)

Nos dias 17 e 18 do mesmo mês, estoura em São Luís, no Maranhão, uma revolta da qual participaram cerca de 12 mil pessoas. O estopim dos distúrbios nos quais foram incendiados 15 veículos, diversos supermercados saqueados e prédios danificados (inclusive o da Prefeitura), foi a reação à repressão policial a cerca de 3 mil estudantes que estavam em greve pela meia passagem de ônibus. Mais de 300 pessoas ficaram feridas nestes distúrbios.(24)

Em 5 de dezembro ocorre um quebra-quebra no Rio de Janeiro. No dia seguinte são depredadas três estações e nove trens, dos quais quatro são incendiados. Neste mesmo dia, em Pirituba, São Paulo, seis composições foram danificadas. No dia 7, mais duas composições foram também depredadas. No dia 10, mais duas quebra-quebras ocorrem, um deles com o incêndio do trem. No dia 27, quatro composições foram depredadas na estação Costa Barros.

Em 1980 ocorreram dez quebra-quebras de trens, sendo dois deles no Rio e oito em São Paulo. Em 1981, são sete quebra-quebras em São Paulo: em alguns casos, além dos

trens, foram depredadas estações ferroviárias e mesmo alguns ônibus da CMTC.(25)

No dia 8 de março de 1981, no decorrer de uma greve de motoristas e cobradores, em Belo Horizonte, ocorre a depredação de vinte ônibus. Entre 20 e 28 de agosto do mesmo ano, cerca de 700 ônibus são depredados em Salvador, em protesto contra um aumento de 60% ocorrido nas tarifas. Em 13 de janeiro de 1982, 18 ônibus são apedrejados em protesto também contra a elevação das tarifas, desta vez, em João Pessoa (PB).(26)

Isto posto, indagamo-nos sobre as condições que propiciaram a emergência desses saques e quebra-quebras. Ao buscarmos responder tal questão, a primeira idéia que precisamos ter claro, é que existe uma tradição na utilização da ação direta como uma tática de resistência popular. Além disto, no dia 16 de março de 1983, vinte sete ônibus da Viação Bola Branca foram depredados na Zona Sul da cidade. Neste caso o quebra-quebra deu-se em função do lock out patronal,(27) que retirou grande parte da frota de ônibus de circulação, objetivando pressionar a Prefeitura Municipal a conceder aumento nas tarifas dos transportes coletivos. Passada a grande rebeldia de abril e, com a "ordem" reinando novamente, pode-se notar uma expansão do fenômeno por outras regiões brasileiras, apesar de São Paulo estar vivenciando uma certa calma nesse momento.

ARROCHO, DESEMPREGO E DISTÚRBIOS

Em 1981 a economia brasileira acusou uma queda do produto interno bruto, na ordem de 3,5%. Houve uma queda de quase 10% no produto industrial, o que acentuou os índices de desemprego no mercado formal(28).

A situação é agravada pelos reflexos de mudanças na política econômica internacional a partir do segundo semestre de 1982 e, sem saída, o Governo vai ao FMI, em 1983.

"A pretexto de fazer cumprir de qualquer forma a terceira carta compromisso com o FMI, o ministro do planejamento impôs ao país o mais draconiano programa de recessão que até então conhecera, associado a um arrocho salarial de efeitos devastadores sobre a renda da classe trabalhadora e das classes médias assalariadas(...) O sentido geral do programa era o de garantir o pagamento integral dos encargos da dívida com ampla mobilização da capacidade exportadora e simultânea redução da demanda de importações...mais grave ainda, a inflação se acelerou concomitantemente com a redução dos salários.(29)"

O final de 1982 e o início de 1983 foram marcados por demissões em massa de trabalhadores, principalmente no setor industrial(30).

Para enfrentar a onda de desemprego ascendente, os setores mais organizados do proletariado brasileiro, passaram a articular estratégias comunitárias, sindicais e partidárias(31). Todavia, cotidianamente, centenas ou mesmo milhares de

trabalhadores eram demitidos, ficando em função da crise e da estrutura desumana da Previdência Social, sem a mínima possibilidade de conseguir a curto ou médio prazo outro emprego ou qualquer meio de subsistência. O fantasma do desemprego ameaça despencar sobre a cabeça de todos, mesmo daqueles pertencentes a categorias melhor organizadas, como é o caso dos metalúrgicos do ABCD. Nesta situação, de uma forma geral, quando o desempregado conseguia qualquer outro trabalho, sujeitava-se a trabalhar muito mais, executando tarefas que anteriormente não faziam parte de seu campo de trabalho, percebendo ainda um salário menor. Tornou-se comum ao trabalhador especializado a necessidade de aceitar trabalhos meramente braçais para poder sobreviver(32).

Nesta conjuntura, muitos desempregados passam a dedicar-se a outras atividades ainda mais esdrúxulas. São Paulo ficou repleta de camelôs e outros vendedores ambulantes. Contudo, com tanta gente desempregada, aumentava dia a dia o número daqueles que necessitavam vender, ao mesmo tempo em que diminuía o número daqueles que poderiam comprar(33). A garantia da sobrevivência individual ou familiar tornava-se cada vez mais difícil. Esta situação era agravada ainda mais pois o "ambulante clandestino" era duramente reprimido pelos órgãos de fiscalização municipal ou, no caso daqueles que buscavam desenvolver suas atividades no interior dos trens suburbanos, pela segurança da Ferrovia.

Não possuindo outra alternativa de sobrevivência, muitos apenam para os familiares, mas isto torna-se muito pesado para

esses últimos, na medida em que em grande parte são também sub-empregados e mal remunerados, sem contar que vêm a necessidade de economizar o que puderem, em função de um possível futuro desemprego.

Muitas das barreiras que separam o mundo do trabalho e o mundo do crime, são rompidas e em consequência, ocorre um grande aumento nos índices de violência.

Há evidências de uma completa desestruturação do universo moral e psíquico de muitos indivíduos afetados pelo desemprego crônico. No auge da crise econômica era, até certo ponto, rotineiro constatar-se na imprensa falada e escrita, referências à venda de órgãos do corpo humano, do próprio sangue e ameaças de suicídios(34).

É possível que muitas pessoas ao fazerem estas tentativas de suicídios e venda de órgãos do próprio corpo tivessem por objetivo chamar a atenção para suas condições de vida e, conquistar alguma ajuda que viesse amenizar a situação desesperadora em que viviam. Todavia, certamente, muitas destas atitudes desesperadas vieram a concretizar-se.

Em 1983 o índice de mortes por suicídios e lesões auto infligidas atingiu na Grande S.Paulo, 616 casos contra 549 no ano anterior e 571 no posterior(35).

Outra constatação que indicou a mesma direção, foi o alarmante crescimento, do índice de "causa mortis" provocado por homicídios de no período que vai de 1981 a 1984. Em 1980 haviam sido constatados 1.241 casos, em 1984 4.907(36).

A tensão social em São Paulo e outros grandes centros urbanos adquiria contornos cada vez mais "explosivos". Políticos da chamada oposição e analistas políticos ou ainda personalidades reconhecidas como "porta-vozes" de setores significativos da sociedade civil, alertavam para o iminente perigo de uma convulsão social. Apenas exemplarmente citaremos alguns trechos da "profética"(37) entrevista concedida à Folha de São Paulo, por D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, no dia 3 de abril, ou seja, exatamente na véspera dos referidos conflitos urbanos.

"O peso da recessão e sobretudo da inflação não pode mais recair sobre o operário, que já está no limite físico e psíquico. Eu só veria uma saída imediata: a volta do homem para o campo... você imagina então o dinheiro acabando, tudo acabando e a pessoa não conseguindo emprego. E no desespero os homens são capazes de qualquer coisa. Nós sempre tememos essas convulsões sociais, que já estão se anunciando de certa forma. Se não tivesse havido um esforço muito grande de solidariedade nos centros comunitários, talvez já tivesse acontecido uma explosão popular. No Nordeste algumas cidades já foram invadidas por pessoas em busca de comida. Lá, ela foi contida porque as cidades e a solução foi trazida com a distribuição de alimentos. Mas ela não pode ser contida numa cidade com as dimensões de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. Aí será o caos e esta é a pior saída que pode haver.(38)"

Até parece que D. Paulo já havia "assistido a este filme." Entretanto, ele não estava isolado em suas "premonições", pois a ele somava-se até mesmo autoridades ligadas ao Governo Estadual(39).

Foi dentro deste contexto de avizinhamto da possibilidade de uma explosão popular, face a um processo de depauperação cada vez mais acentuada daqueles que já viviam em quase absoluta miséria que começaram a ser articulados os movimentos dos desempregados em São Paulo.

A Comissão Nacional Pró-CUT (Central Unica dos Trabalhadores) e a Comissão Sindical Pró-CUT do Estado de São Paulo convocaram uma "Manifestação contra o Arrocho Salarial e o Desemprego", para o dia 22 de março, uma terça-feira, às 18 horas e 30 minutos, na Praça da Sé, centro de São Paulo. Esse ato fazia parte de uma manifestação organizada a nível nacional, sob a denominação de "Dia Nacional de Luta". O objetivo destas manifestações convocadas pela Pró-CUT era viabilizar a possibilidade de se encaminhar a organização de uma greve geral no país, exigindo, entre outras coisas, o fim da manipulação do INPC, a ruptura do Brasil com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a rejeição pelo Congresso Nacional do Decreto Lei no 2012, que, se aprovado, implicaria em mais arrocho salarial. Além disso, o movimento reivindicava estabilidade no emprego, salário desemprego, reajustes trimestrais nos salários, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, congelamento dos preços dos transportes e gêneros de primeira necessidade e construção de escolas e casas populares(40).

Ocorreram manifestações em diversas capitais de estados. Em São Paulo, o ato contou com a participação de aproximadamente 5 mil pessoas(41). O que dá um caráter de apenas relativo sucesso ao movimento. Todavia após os distúrbios de abril, es-

tes fatos deixam intrigadas algumas correntes da esquerda. O "Em Tempo" traz em seu editorial a seguinte opinião:

"Afiml não se pode deixar de considerar que, enquanto perto de 5 mil pessoas se concentravam num ato convocado pela Pró-CUT no dia 22.3, em Santo Amaro, as manifestações, passeatas e saques mobilizaram perto de 4 mil pessoas sem convocatórias, a não ser a do próprio estômago.(42)"

Aí, já está colocada uma questão que igualmente preocupou tanto setores da chamada esquerda quanto agrupamentos conservadores: a mobilização "espontânea" das camadas populares. Este aspecto será tratado detalhadamente mais à frente.

***** ** *****

Dia 4 de abril, segunda-feira. Um dia aparentemente como qualquer outro. Nada de excepcional estava previsto para esta data. Apenas o "Movimento contra o Desemprego e o Custo de Vida", havia convocado como de outras vezes um ato público a se realizar no Largo 13, em Santo Amaro. Como dissemos este movimento estava vinculado a uma ação a nível nacional contra o desemprego e o arrocho salarial. A cidade amanheceu tranquila. Contudo, o que estava por acontecer, e que realmente aconteceu, veio a tirar o sono de muita gente nas noites seguintes.

Por volta das 8h 30 da manhã

"não havia mais que 150 pessoas(...) no largo 13 de Maio, quando membros da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo

e do Sindicato dos Químicos instalaram a Rádio Peão, uma perua Kombi com um precário aparelho de som, nas escadarias da Igreja de Santo Amaro.(43)"

Os discursos contra a crise econômica, o desemprego e o arrocho salarial foram atraindo uma multidão significativa, que aos poucos foi se tornando inquieta. Cada crítica à situação de penúria e miséria caía sobre os presentes como fogo num palheiro. A agitação foi crescendo e a multidão tornando-se mais frenética. Por perto havia um caminhão da "Campanha da Laranja", da COBAL. De repente, uma laranja foi pega e atirada. Pronto! O caminhão foi imediatamente saqueado. Laranjas foram arremessadas em todas as direções, até mesmo contra os ocupantes do veículo(44).

Iniciava-se aí uma revolta que se tornaria incontrolável. Os próprios organizadores do movimento perderam totalmente o seu controle. A multidão assenhoreou-se das ruas da região. Luminárias foram estilhaçadas, o tilintar de vidros partindo-se rapidamente tornou-se sinistra música que, acompanhada por um coro de vozes e gritos, ressoava pelas ruas das redondezas. Esta imagem apocalíptica assustou a todos. Organizadores, comerciantes, policiais e até mesmo os manifestantes. Do "Largo 13" saíram duas passeatas, uma com destino à Assembleia Legislativa, e outra dirigida à Administração Regional de Santo Amaro. Ainda assim, permaneceu no largo um número considerável de pessoas. Ao que tudo indica as duas passeatas ocorreram separadamente em função de não se conseguir chegar a um acordo quanto ao destino e continuidade daquela manifestação.

A multidão que seguiu pela Av. Adolfo Pinheiro iniciou a depredação do prédio que considerava ser o da Administração Regional. É significativo o detalhe de que esta Administração Regional já não funcionava mais naquele local há muito tempo. Este dado vem corroborar a idéia de um descontrole e desinformação no interior do movimento. Ao ser constatado o equívoco, o local foi abandonado e a "turba" segue pela mesma Adolfo Pinheiro, onde atacou a empresa revendedora de automóveis SORANA. A polícia entrou em ação. Os manifestantes foram atacados com cassetetes. Rapidamente o boato dos distúrbios se espalhou entre os comerciantes. Portas e mais portas foram se fechando. O medo cresceu. Além de estabelecimentos comerciais, carros também foram sendo depredados pelo caminho(45).

Por volta das 11 horas, o grupo de pessoas que não tinha aderido a nenhuma das duas passeatas, permanecendo no Largo, saqueou o Supermercado Barateiro. Este saque foi retratado da seguinte forma pelo noticiário de "O Estado de São Paulo":

"Eram centenas de pessoas armadas de pedras e pedaços de pau, quebrando todos os vidros da frente da loja, invadida em poucos minutos. As prateleiras foram para o chão, as caixas registradoras destruídas e quem saía carregava o que conseguia tirar em meio ao tumulto em que se transformou o supermercado. Os funcionários da loja eram ameaçados "se vocês ficarem quietos não sofrerão nada..." Os manifestantes levaram tudo: alimentos, produtos de limpeza e o que mais conseguissem juntar nos sacos que apanhavam no próprio supermercado. O que não puderam levar eles destruíram.

"Seis viaturas do tático móvel chegaram no local uma hora depois, com 24 policiais que nada puderam fazer: o supermercado já havia sido abandonado e os saqueadores circulavam pelas ruas próximas

arrastando pesados sacos com as mercadorias roubadas.(46)"

Pouco depois, o Deputado Aurélio Perez, do PMDB, com uma grande implantação política na região e um dos principais articuladores do ato, chega ao "Largo 13" pronunciando que vinha em nome do Governador Franco Montoro pedindo à multidão que se dissolvesse e que, uma comissão de representantes fosse ao seu escritório político discutir a situação(47).

No entanto, os distúrbios persistem no "Largo 13". Por volta das 13 horas havia aí algo em torno de 2 mil pessoas. A polícia estava a postos, atenta. Logo, veio um chamado: tumultos em outro local. Lá vai a polícia em seu vai e vem, que se tornará infundável nos dias vindouros(48).

É interessante observarmos como os alvos públicos ou que mantinham algum vínculo com os poderes constituídos ou eram vistos assim, estavam sempre na mira dos manifestantes. Prédios públicos, transportes coletivos (que são uma concessão do poder público) e outros não foram poupados. Todavia, tudo que aparecesse era alvo: veículos, vidraças de residências e lojas. Por volta das 14 horas, as lojas da rua Capitão Tiago Luz e da Praça Floriano Peixoto também foram saqueadas. A rebelião se alastrava.

"Da Loja Ducal, roubaram até manequins da vitrina e a disputa entre os saqueadores continuava no meio da rua, para ver quem levava mais. Em grupos os policiais se movimentavam de um lado para outro, numa operação interminável, um motocontínuo de depredação- repressão.(49)"

"Nos orelhões, não sobrou um fone para contar a história. Sirenes ligadas, pneus rangendo, polícia vai e vem e cada vez junta mais gente em torno das câmeras de televisão, quebrando mais o que já estava destruído. Comícios relâmpagos pipocam por toda parte. E chega a notícia temida por todos: " a tropa de choque vem vindo", (50)"

Os distúrbios atravessam a tarde e continuam noite adentro. Embora houvesse um arrefecimento do movimento com o por do sol, continuaram os saques por toda a cidade, até mesmo na madrugada. Ao amanhecer do dia 5, delineava-se a expansão dos conflitos por diversas outras zonas da cidade, acompanhadas de uma conseqüente intensificação da ação repressiva pelo aparato militar.

As chamadas estampadas nos jornais do dia 5 (terça-feira) dão-nos um quadro nítido de como o movimento tinha sido visto pela imprensa. A Folha de São Paulo utilizou-se das seguintes manchetes: "Manifestação de Desempregados em Santo Amaro Degera em Violência contra o Comércio: Muitos Feridos: 70 Pressos", "Um dia de Saques e Pânico", "Passeata acabou em saques e quebra-quebras", "À noite mais saques e um popular baleado", "Organizadores alegam perda de controle", "Até manequins são levados", "Tropa da PM chega e é vaiada", "Meu Deus cadê o dono? a gente pode pegar tudo aí?", "Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado", "Ação de emergência para gerar emprego é ordenada", "Três governadores reúnem-se". "Grupo de 300 vai até Assembléia Legislativa", "Para Macedo, ações não têm geração espontânea", "Organizador culpa violência policial e faz advertência", "Movimento tende a repetir-se diz

Lula", "Vidigal acredita em movimento isolado". Já a Folha da Tarde anunciava: "Turba enlouquecida espalha ódio pelas ruas". Finalmente o O Estado de São Paulo alardeava: "8:30- vai começar o distúrbio" "11 horas-agora, Supermercado", "14 horas - a multidão estimulada a protestar", "A violência ainda prosseguiu no final da tarde", "O saque uma loucura", "Governador não sabia dos incidentes".

Este pequeno quadro com alguns fragmentos, de manchetes veiculadas em alguns dos principais jornais de São Paulo, no dia 5 de abril, já nos possibilita uma percepção, embora superficial, de como foi visto e mostrado o movimento pela grande imprensa. Supreendidos pela ruptura da "ordem" cotidiana, tanto o Governo, quanto os cidadãos comuns são dominados por um verdadeiro pânico.

Pelo noticiário, percebe-se que dentro da própria corporação policial as atitudes são desencontradas e incoerentes, ocorrendo em certos momentos uma "letargia" e em outros uma brutal repressão que, além de desnecessária, faria inveja a qualquer governo ditatorial(51).

Para o vereador Cláudio Barroso, do PT,

"... a polícia estava espancando à esmo, principalmente a Rota naquele tempo tava jogando pesado em cima. Tropa de choque, cavalaria(...) E eles não tinham orientação não, não respeitavam os comandos também, a própria polícia estava desorientada, não tinha comando. O comando era simplesmente de espancamento.(52)"

O Dr. Maurício Henrique Guimarães Pereira, Delegado Geral de Polícia de São Paulo naquela época, também faz críticas à atuação da Polícia Militar, para ele,

"A alegação da polícia Militar é que atrasou para sair por que tinha que tomar lanche antes de sair e que caiu o telhado do lugar onde servia o lanche, e por isso atrasou para ir para a rua. (...) O comandante quando não gosta, ele segura a tropa, deixa as coisas se complicarem, para sair no último instante e sair no pau. Se você ocupa a rua antes do povoação, não há necessidade de empregar violência, a população não vai entrar, mas se você deixa a população ocupar a rua, depois pra você tomar a rua deles, você só vai tomar no pau.(53)"

As lideranças perdem a capacidade de controle ou direcionamento das manifestações, sendo atropeladas por ações que momento a momento vão se dando, sem que se saiba de onde partiu a iniciativa. Basta que um grito, uma palavra de ordem tenham receptividade na multidão para que se mude o curso do movimento, vaie-se um orador, xingue-se uma autoridade ou enfrente-se a polícia. Muitos "líderes" vêem seu "status" rolar ao chão e seus discursos serem suplantados por uma gritaria geral. Ao menos momentaneamente, muitas lideranças foram "cassadas".

Pode-se observar já em seu primeiro dia que, esta ação popular desencadeada, não se pautava exclusivamente por atos de rebeldia generalizada, sem qualquer direção definida. Por um lado os saques eram dirigidos aos estabelecimentos privados, onde os manifestantes poderiam conquistar alimentos e satisfazer alguns "desejos supérfluos"(54), por outro, visavam destruir orelhões, luminárias e ainda veículos que trafegavam pelas proximidades das manifestações.

Isto pode ser percebido através das palavras de ordem e xingamentos contra membros do governo, da depredação de prédios e equipamentos públicos, do enfrentamento ao aparato repressivo policial (inclusive com palavras de ordem que procuravam demonstrar aos soldados que eles também eram explorados), e, principalmente, com a tentativa de invasão e depredação de uma delegacia de polícia, visando a libertação dos detidos em função de participação no movimento(55).

Neste primeiro dia, os distúrbios que tiveram início no "Largo 13", na rua Erculano de Freitas se estendem daí até o Largo do Socorro, rua Tiago Luz e praça Floriano Peixoto; atingem as ruas Fraga de Oliveira no Jardim Vaz de Lima (Capão Redondo) a aproximadamente 5 quilômetros do "Largo 13"; avenida Adolfo Pinheiro, rua Senador Flaquer, praça Andréia Dória, rua Isabel Schmidt, rua São Benedito, rua Manoel Barbosa, estrada do M'Boi Mirim, estrada de Itapeçerica da Serra, chegando à Assembléia Legislativa.

O saldo desse primeiro dia de agitações foi pesado: dezenas de supermercados, mercearias, padarias e outros estabeleci-

mentos comerciais saqueados; duas viaturas do DSV viradas; ameaça de depredação na Administração Regional de Santo Amaro; vários enfrentamentos entre manifestantes e as tropas policiais, no 11o. Distrito Policial; muitos ônibus, veículos particulares, orelhões e luminárias depredadas. Ainda na segunda-feira à noite, na rua João Gamisa Nova Jr. (Jardim S. Luís), o Sr. Pedro Inácio, 63 anos, corretor de imóveis, que transitava próximo a um tumulto, recebeu um tiro que, ao que tudo indica, foi disparado do chevette cor marrom, placa NH 5395. A vítima veio a falecer pouco depois(56).

Por onde quer que se dirigisse a multidão, o resultado era o mesmo: saques, depredações e enfrentamentos. Santo Amaro foi transformada em uma verdadeira "praça de guerra".

Era como se aquela gente tivesse deixado transbordar de uma só vez, toda a energia represada durante os anos duros da repressão.

Os setores conservadores da sociedade, não se cansavam de clamar através da imprensa, por uma maior repressão policial, acusando o governo Montoro de omissão e acenando com uma possível intervenção federal em São Paulo. O jornal O Estado de São Paulo foi um notório representante destes setores.

A Folha de São Paulo adotou de um lado a postura de combater as idéias intervencionistas, ao mesmo tempo em que cobrava um maior "rigor" do Governo. O Jornal "Folha da Tarde" do mesmo grupo apresenta uma linha tão conservadora quanto a do "Estado" (57).

Mesmo antes do raiar do dia seguinte, o "Largo 13" já fora militarmente ocupado. Ali estavam sete viaturas do tático móvel, três radio-patrolhas e dois caminhões da tropa de choque. Apesar disso, pouco a pouco foi se constituindo uma grande aglomeração: era iminente o confronto. Por volta das 10h 30 iniciaram-se as primeiras escaramuças entre os manifestantes e aproximadamente os cem soldados que ocupavam a praça. Um grupo de manifestantes tentou interromper o tráfego na Avenida Adolfo Pinheiro. Os manifestantes foram violentamente reprimidos pelos soldados que se utilizaram de cassetetes de borracha, madeiras e até mesmo de galhos de árvores e ripas de madeira(58).

Após breve tumulto, a situação voltou à normalidade. As 11h 15, dá-se um novo tumulto, desta vez com a prisão de um rapaz que portava um pedaço de ferro envolto em jornal. Ele foi agredido pelos policiais a tapas e pontapés(59).

Ao mesmo tempo, chega a um outro lugar uma passeata com aproximadamente mil pessoas. O alvo dessa manifestação era nada mais, nada menos, do que o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado. Governo este eleito através do voto direto, há pouco mais de quatro meses e que havia sido empossado há apenas vinte dias. Pelas informações do "Jornal da Tarde", e segundo dados da própria polícia, o pico desta manifestação alcançou a soma de 3.500 participantes(60). Essa multidão desenvolveu uma longa caminhada até o Palácio dos Bandeirantes, visando dialogar diretamente com o Governador Franco Montoro. Entretanto, uma vez chegada no local, permaneceu durante uma

hora e meia do lado de fora, sem que fosse atendida. O "Jornal da Tarde" assim descreve este episódio

"...às 11:20 a perua de som encostou à frente do portão dois do palácio (fechado desde as 10 horas), e o deputado Benedito Cintra subiu sobre ela para propor novas táticas às 3.500 pessoas que já se concentravam no local, segundo estimativas da P.M. Foi valado, não o deixaram falar, gritando insultos do tipo "pelegão", você está de barriga cheia, cala bôca, porque você não fica quieto, ô mordomia..." igual sorte sofreram os oradores seguintes.

"O deputado Wanderlei Macris não consegue falar mais do que "depois de 18 anos de arbítrio..." as vaias o fazem descer da perua. E um novo refrão toma conta da aglomeração "Montoro no portão, não queremos comissão..."

"Montoro no entanto, mandou avisar que receberá todo mundo no jardim fronteiro ao Palácio, através de megafones. A concentração concorda, quando o locutor explica que para lá estão sendo providenciados som e água para quem caminhou duas horas e meia sem parar. A perua e seu séquito deslocou-se para o portão número 1, onde entra em ação um grupo de oito pessoas oito rapazes inseparáveis que irão demonstrar na prática daí a instantes que as grades que circundam o palácio são frágeis e facilmente derrubáveis. Primeiro, entretanto, quando outro porta voz informa que o governo não receberá ninguém ali, que o local do encontro foi transferido para 300 metros abaixo, na praça Vinícius de Moraes, destroem a luminária estilo rococó afixada à entrada central. E balançam as grades, experimentando sua resistência, aos gritos de "é fácil, são grades do tempo do Adhemar...(61)"

Parece que a própria inexperiência dos ocupantes do poder em tratar com as multidões, acelera o clima de tensão e descontentamento(62). Este "atende- não atende", "será aqui- não será", "só atenderá lá" e outras ordens e contra ordens

sugerem, uma herança dos regimes autoritários, onde os trabalhadores são tratados ou como massa de manobra ou como caso de polícia. Esta prática não havia sido deixada de lado pelo recém empossado Governo Franco Montoro. Não cabe aqui, discutir a retórica dos "infiltrados" de qualquer matiz que sejam, mas de constatar a inabilidade política de um Governo em dialogar tratando os homens e mulheres que se avolumaram às portas do palácio, não como cidadãos, mas enquanto uma massa manobrável em um primeiro momento, e caso de polícia, num segundo.

Em continuidade, o "Jornal da Tarde" reportava o seguinte

"A guarda do palácio acompanha os manifestantes do lado de dentro da cerca, trocando insultos leves e sorrisos que aos poucos vão virando caretas ferozes. Na praçinha, situada na depressão ou fundo do vale da colina do Morumbi, a chegada de um caminhão pipa dos bombeiros acelera a chegada dos manifestantes sedentos.

"São 11:50 e os gradis começarão a ser derrubados logo em seguida, apesar do cordão de segurança montado pela guarda palaciana.

"Alguns rapazes gritavam de entusiasmo - foi derrubada a primeira cerca e isso não provoca ânimo num grupo de químicos. "Esse pessoal até parece do PDS..., são provocadores, turma não vamos entrar na deles..." A guarda é reforçada e os que tentam impedir que novas grades sejam arrancadas se confundem com a nova palavra de ordem "queremos sentar aí dentro..."

"Quando a quarta grade é derrubada, dois soldados perdem o controle, deixam o cordão de isolamento e se precipitam contra os manifestantes, distribuindo cacetadas.

Em questão de segundos as pedras se multiplicam, até que as 12 horas e 30 minutos o pelotão de choque desce a colina, pisando em tudo e em todos, lançando bombas de gás lacrimogênio.(...)

"Carros começam a ser depredados, os ruídos das sirenes encobrem os gritos de dor e de revolta; o ar (?) irrespirável forçando todos a lacrimejar. A praça esvazia em questão de minutos, levando o choque a mudar de lugar, a acompanhar internamente a massa enfurecida - que não poupa sequer uma viatura da Jovem-Pan - até que os assessores do Governador recolhem os membros da comissão de representantes, levando-os para falar com o Governador.(63)"

Torna-se difícil avaliar os desencontros de informações e mudanças de planos que provavelmente fizeram parte de uma estratégia governamental visando evitar o contato direto da multidão com o Governador e propiciar apenas o diálogo entre ele e uma pequena comissão. Comissão esta que dificilmente poderia representar aquela multidão por si só irrepresentável. Após a pancadaria, a maior parte dos manifestantes havia abandonado as imediações do palácio. E só então dá-se o encontro entre o Governador e a comissão.

A comissão apresentou ao Governador as seguintes reivindicações : jornada de 40 horas semanais, sem redução do salário, estabilidade no emprego e, imediatamente, um passe (condução), direito a assistência médico-social e direitos sindicais por um ano para todos os desempregados. Solicitou ainda, alguns ônibus, para irem a Brasília falar com Figueiredo, juntamente com o Governador do Estado(64).

Montoro, que estava muito tenso e gaguejava, profere um discurso afirmando que está há apenas duas semanas no governo, mas que está tomando medidas para solucionar os problemas. Afirma que há a necessidade de uma mudança na política econômica do país e promete criar, imediatamente, frentes de tra-

banho. Sempre questionado pela comissão sobre a repressão policial, que segundo os manifestantes foi a grande responsável pela "baderna", já que o movimento era ordeiro. Contudo, afirmava a comissão, que o controle sobre o mesmo foi perdido em função da violenta repressão policial. O Deputado José Genuino Neto (PT) disse ao governador que foi agredido pelos policiais mesmo mostrando sua carteira de deputado.

"Mostrei a carteira de deputado junto com o Paulo Frateschi, eles chutaram as carteiras e disseram: saiam da frente que a gente vai bater. Estou com as marcas no corpo.(65)"

A comissão também reclamou da demora em ser recebida por Montoro. Este afirma que inclusive não estava anteriormente no Palácio, o que foi categoricamente desmentido pela edição do dia seguinte do Jornal da Tarde, na qual é afirmado que Montoro havia retornado do programa de TV às 11 horas, portanto antes da chegada dos manifestantes ao Palácio(66).

O diálogo entre as partes, na realidade se assemelhava muito mais a discursos superpostos do que uma conversa. Em nome dos manifestantes a comissão apresentava sua pauta de reivindicações, e o Governador falava do pouco tempo que estava no Governo e do que pretendia fazer. Contudo, uma coisa havia se realizado: os manifestantes, embora de forma indireta, através de uma questionável comissão (não pela qualidade dos seus membros, mas pela disposição da multidão em somente negociar diretamente com o governador), conseguiram fazer o Poder ouvir-lhes de alguma maneira. Desnudaram ainda a impotência do Governo Es-

tadual frente a uma política econômica federal com caráter recessivo, o que impedia efetivamente um plano de geração de empregos. Contudo, promessas foram feitas. Mas promessas...são promessas.

Esse episódio indicava que, comparativamente às gestões anteriores, o Governo Montoro havia mudado seu discurso, entretanto, a prática política do PMDB permanecia a mesma.

Gostaríamos de ressaltar que a maior parte das reivindicações apresentadas eram de competência do Governo Federal e ainda que, se de um lado a multidão queria soluções de imediato, grande parte dessas solicitações entregues pela comissão implicavam em um longo prazo para sua possível viabilização.

Após o encontro, ocorre a retirada dos manifestantes que ainda permaneciam no local, através de ônibus da CMTC.

No decorrer dessa mesma tarde, caiu um temporal sobre a cidade, o que provocou um certo abrandamento nos conflitos. Todavia, após esse breve descanso propiciado pela chuva, assim que as águas cessaram, tem-se o reinício dos conflitos.

Por volta das 15 horas, os saques atingem o centro comercial e financeiro da cidade, nos arredores da Praça da Sé, alastrando-se pelas ruas Direita, São Bento, XV de Novembro, Boa Vista, Venceslau Brás e Simpliciana, ladeira General Carneiro e praça Patriarca. Além de lojas comerciais, veículos, bancas de vendedores de bilhetes de loteria, quiosques, portas e janelas, vidros e vitrinas de lojas destruídos, chamou nos particularmente a atenção, a ação dos populares atacando um estabelecimento comercial situado ao lado da sede da Secretaria

da Justiça e a depredação parcial do Primeiro Tribunal da Alameda Civil. O prédio apenas não foi totalmente invadido em função de um carro da polícia civil, que com as sirenes ligadas avançou sobre a multidão, que por isso se desfez(67).

Esta mesma região já fora palco de contundentes distúrbios em meados de setembro de 1979, quando da greve dos bancários. Na ocasião, uma ação repressiva da polícia sobre o que seria um possível grupo de piqueteiros, acabou por fechar o chamado polígono bancário, deixando toda a população que por ali transitava sem qualquer possibilidade de saída da área conflagrada. O resultado foi um quebra-quebra atingindo as agências bancárias, somado a uma reação em cadeia de agressão generalizada, por parte dos transeuntes, à polícia que, inclusive, por diversas vezes ficou encurralada.

Esses conflitos perduraram por cerca de oito horas e tiveram como principais protagonistas os "office-boys" e, como coadjuvantes, desocupados, trombadinhas, bancários estudantes e agentes policiais "infiltrados". A Revista Veja na época noticiou que era

" Dificil saber quem começou. O certo é que o plano da PM de cercar o polígono bancário funcionou à perfeição de deixar sem saída os milhares de transeuntes que simplesmente cuidavam de suas vidas, alheios aos problemas que envolviam grevistas e polícia. Houve uma reação em cadeia. Desocupados e trombadinhas, misturados a alguns bancários, estudantes e notários policiais infiltrados, como um velho personagem conhecido desde 1958 pelo apelido de "lalau" passaram a depredar as agências com pedras, escadas, placas de sinalização, porretes e furiosos pontapés.(68)"

Ao caracterizar e comparar os envolvidos nestes distúrbios, o "Em Tempo" afirma na mesma ocasião que

"Como eles (os "office-boys") existem outros. Os jovens bolas frias do campo, o trabalhador infantil na fábrica. Existem os senhores e velhos que carregam esses cartazes de Chapa do Pulmão e Fotografias 3x4. Existem os vendedores de bilhetes de loteria, existem as empregadas domésticas e as jovens empregadas domésticas. Todos eles dariam a vida por um dia de liberdade. Por acaso não foi um dia de liberdade para aquela malta espezinhada pelo trabalho, a quinta feira 13 ?(69)"

Retornando a 1983 faz se necessário deixar claro esta diferença na composição humana do "Largo 13" e do Centro Velho. Embora os distúrbios do Centro Velho tenham vindo na decorrência dos do "Largo 13", cada qual ganha uma dinâmica própria em decorrência de seus diferentes atores.

O Delegado Geral de Polícia de São Paulo, na época do episódio, ao se referir aos distúrbios do Centro afirma que eles foram

"completamente diferente , porque no "Largo 13" nós tivemos os primeiros quebra-quebras, os primeiros saques, as primeiras ações de furto, de roubo pela marginalidade e o resto do movimento pelo operariado desempregado, pela mulherada desempregada. No Centro de São Paulo foi só malandro, só maconheiro, só vadio, no máximo, no máximo, poderia ser engrossado esse caudal por "office-boys", no máximo, no máximo ! (...)

O material humano que participou do (...) na zona velha de São Paulo era constituído quase que exclusivamente de ladrões, viciados em entorpecentes, mendigos , a escória policial, a escória criminal... não tinha mais trabalhador desempregado não

foi empregada grande violência no Centro de São Paulo, houve grande resistência e, não houve reclamo. Porque o pessoal era preso e a gente buscava a listagem e tinha muito trabalhador preso também, mas era preso no roldão, nos casos concretos não tinha trabalhador não.(70)"

A descrição dos distúrbios do Centro da cidade, apresentada pelo Jornal Folha de São Paulo(71) contradiz as afirmações do Delegado Geral de Polícia de São Paulo. A reportagem aponta a ação de jovens, mulheres, trabalhadores e desempregados invadindo lojas, sob os aplausos de uma multidão de mais de duas mil pessoas.

Entendemos que em virtude do centro ser uma região por onde circulam grande número de desocupados, estes possam haver sido a base dos distúrbios, todavia existem indícios de uma grande adesão aos mesmos por parte de trabalhadores.

Na Praça da Sé os entulhos de barracas destruídas transformaram-se em verdadeiras barricadas. Um quiosque foi incendiado e a atitude dos manifestantes tornou-se cada vez mais desafiadora ao policiamento. Chega a noite. Os distúrbios permanecem.

Durante todo o dia, os conflitos e saques fizeram-se presentes pela Zona Sul da cidade, a qual teve grande parte de seu comércio e a totalidade das escolas fechados. As declarações que se seguem, do Capitão Campos e de um soldado da P.M., fornecem-nos um quadro bastante real da situação naquela região:

"Eu não tenho condições de colocar uma viatura na porta de cada estabelecimento comercial"

"Isso não vai adiantar nada. O povão só está esperando a gente sair para estourar mais este supermercado. Para impedir, só se a gente começar a atirar para matar.(72)"

Por todos os lados da Grande São Paulo correm boatos de tumultos e invasões. Em diversos pontos, o comércio é fechado parcialmente em função de constantes alarmes falsos. Torna-se impossível saber se de fato estes boatos eram criados pelo medo e confusão que a população estava vivendo ou se eram produzidos, por pessoas interessadas em "botar mais lenha na fogueira".

No ABCD ocorreram muitos destes boatos de distúrbios, contudo conforme o noticiário do Diário do Grande ABC foram constatados apenas alguns tumultos em Diadema(73).

À noite, o Governador Franco Montoro fez um pronunciamento através de rede de rádio e televisão, no horário nobre, solicitando tranquilidade e garantindo à população que a ordem seria mantida a todo custo. O Governador fez, ainda, promessas de geração de frentes de trabalho criadoras de empregos(74).

É evidente neste discurso que o governador Franco Montoro prende-se também ao dilema dos "infiltrados" e, ao fazê-lo, torna-se incapaz de compreender a multiplicidade dos significados dessa ação popular.

Em um breve balanço do segundo dia de distúrbios, notamos um acirramento nos níveis de conflitos e pressões sobre o poder executivo estadual. A Associação Comercial de São Paulo ameaçou solicitar a seus membros para não abrirem suas portas, caso a ordem não fosse restabelecida imediatamente(75). O II exército

entra de prontidão(76). Tropas de choque ocupam as ruas agindo à esmo, agredindo indiscriminadamente a população, atacando inclusive jornalistas que cobriam os acontecimentos(77). O Governo do Estado determinou, através de publicação no Diário Oficial do Estado, a proibição de reuniões públicas sem o prévio consentimento da polícia(78). Isto na prática significa a proibição destas manifestações, uma vez que a polícia não autorizaria a realização de qualquer tipo de aglomeração humana. Além disto, são colocados cerca de cinco mil policiais nas ruas de São Paulo e o Secretário de Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, afirma que a polícia agirá sem medo de críticas. A partir de então torna-se nítida uma ação policial truculenta, tratando esse movimento social como caso de polícia, espancando, prendendo e humilhando os manifestantes, sem qualquer critério de legalidade. A repressão torna-se cada vez mais violenta.

A violência generaliza-se pela cidade. A desorientação é total. A insegurança leva a uma paralisia geral. Em diversos comentários inseridos na imprensa compara-se o dia a um feriado. Portas comerciais fechadas, cidade deserta e poucos ônibus circulando. De uma forma geral, onde havia aglomeração humana ocorreram distúrbios. Noticiou-se inclusive que estava ocorrendo um saque a cada 15 minutos(79). O Governo Estadual culpou a política econômica do Governo Federal pela crise que gerou o descontentamento prontamente aproveitado por baderneiros que teriam por objetivo desestabilizar o governo democrático, eleito diretamente pelo povo, no estado líder da

federação(80). Já o Governo Federal, através de seu porta voz, Carlos Átila, procura não comentar a ação do Governo Estadual e classifica a "desordem" como uma mera "questão policial"(81). As lideranças sindicais do ABC consideraram o ocorrido como fruto do desespero da classe trabalhadora ante o desemprego e os baixos salários(82).

Os dados sobre a quantidade de detenções nestes dois primeiros dias de agitação, situam-se em torno de 600. Foram, ainda, localizados pelo setor de policiamento da Capital 48 pontos onde ocorreram saques em São Paulo(83).

A desinformação e o pânico grassam não apenas em São Paulo, mas atingem o país como um todo. A situação política fica tensa. Há o medo de se sair às ruas, de golpe de estado ou de intervenção. Os bodes espiatórios vão emergindo à tona desta intrincada situação. As acusações de culpa são dirigidas a diversos agrupamentos políticos. Cria-se um verdadeiro processo de "caça às bruxas", onde todos responsabilizam seus opositores pela "desordem" instaurada. Enquanto são elaborados os mais ingênuos e medíocres ou os mais refinados e complexos discursos analíticos sobre a situação, visando desvendar ou ocultar os fatores propiciadores desta ruptura da "ordem", as massas populares continuam seu único, claro e simples discurso. O único que puderam fazer e o único através do qual conseguiriam ser minimamente ouvidos, vistos e sentidos: sua ação. É através dela que ganham visibilidade pública.

Os distúrbios prosseguem no dia seguinte, uma quarta-feira (o terceiro dia consecutivo de agitação), embora segundo

o noticiado pela grande imprensa, com uma significativa redução nos níveis de conflito(B4).

No "Largo 13", a "ordem" foi implantada através de sua ocupação militar. Cerca de 160 policiais permaneceram durante todo o dia no local.

No Centro Velho, as lojas e agências bancárias permaneceram fechadas. Havia um grande temor de novos distúrbios(B5).

Na praça Ramos ocorreram distúrbios no período da tarde, com ameaças de confronto entre policiais e manifestantes, quando foram efetuadas algumas detenções(B6).

A tensão era tanta que em Guarulhos, cidade da Grande São Paulo, ocorreu um grande tumulto por volta das 11 horas quando, em meio a uma boataria de possíveis distúrbios, houve a coincidência da saída às ruas da turma do Tiro de Guerra local que voltava de sua missa de formatura. O fato espalhou pânico pelo centro da cidade, provocando o fechamento parcial do comércio. Correu então o boato de que o exército "... estava tomando posição para enfrentar os arruaceiros.(B7)"

Na região de Sto Amaro, ocorreu a prisão dos estudantes Henrique Soares Carneiro e Silvano Fernandes Bahia, respectivamente presidente e vice-presidente da UPES (União Paulista de Estudantes Secundaristas). Estes estudantes foram apontados pela Polícia Federal como integrantes da Convergência Socialista e enquadrados na draconiana Lei de Greve por incitamento à greve geral. Houve ainda a detenção de outros estudantes no decorrer do dia, todos acusados de incitação à greve ou à desordem(B8).

As lideranças sindicais pretendiam realizar uma assembléia de desempregados na Câmara Municipal. Contudo, o Presidente da Casa, Vereador Brasil Vita do PTB, negou a concessão, afirmando, inclusive, que não havia recebido qualquer solicitação da Comissão Pró-CUT visando a cessão do salão para tal evento(89). O Secretário de Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, proibiu que esta mesma assembléia fosse realizada no pátio aberto da Câmara(90). Os dirigentes do Sindicato dos Químicos foram intimados a prestar depoimento no 7o. Distrito Policial de São Paulo(91). O SNI divulgou o envolvimento de 12 membros do PC do B nos distúrbios. O porta voz do Governo, Carlos Átila, afirmou que "...todos eles estão empregados, o que prova que tiveram participação de cunho político"(92).

A praça da Sé viveu à tarde, um dia de conflitos e tensões. O confronto entre manifestantes e cerca de 200 policiais perdurou por mais de cinco horas, findando apenas com as chuvas que caíram abundantemente no início da noite. A polícia agrediu indiscriminadamente aos transeuntes, inclusive jornalistas do "Diário do Grande ABC" e do "O Estado de São Paulo". Os jornalistas foram agredidos a pauladas. A multidão, cerca de 500 pessoas, resistiu mesmo à tropa de choque e à cavalaria. Quando os policiais investiam, eles corriam para outro lado, retornando ao local assim que os policiais mudavam de posição.

"Esse vaivém prolongou-se durante toda a tarde, não sendo interrompido nem mesmo com toda a ação violenta dos policiais que atacaram as pessoas indiscriminadamente a socos, pontapés, batiam com pedaços de pau e cassetetes. As bombas de efeito moral lançadas pela tropa de choque eram devol-

vidas pelos manifestantes, que também atiravam pedras, pedaços de pau e ferros(93)."

Uma das palavras de ordem mais gritada pelos manifestantes era: "abaixo Figueiredo, queremos emprego.(94)"

Na quinta-feira, ainda em clima de tensão, não ocorreram grandes distúrbios. O policiamento intensivo, com a cavalaria, tropa de choque, rádio-patruilhas e outras unidades, era visto em todos os possíveis pontos de aglutinação de pessoas. Houve o refluxo da agitação e o Estado voltava a assumir o controle pleno da cidade. Durante os dias seguintes, a polícia e o II Exército foram mantidos em regime de prontidão, para serem acionados em qualquer eventualidade. Os temores de uma possível intervenção são rapidamente dissipados. A "ordem" volta a imperar soberanamente sobre a grande metrópole latino-americana. Está aberta a temporada de "caça às bruxas". Afinal de contas, se o povo ordeiro, honesto e trabalhador normalmente não comete as estripulias tresloucadas que assolaram São Paulo nesses "sombrios dias", alguém tem que ser eleito o culpado.

A Delegacia Geral de Polícia de São Paulo constatou o registro de um total de 99 casos de vítimas reclamantes dos distúrbios de 4 a 8 de abril, somando um prejuízo da ordem de 904.390.207 cruzeiros e 96 centavos(1.349.836 dólares no câmbio paralelo da época). Todavia é muito provável que tenha havido uma superestimação do montante dos prejuízos, pois muitos destes dados foram extraídos dos comerciantes atingidos e estes

objetivavam pleitear indenizações junto ao governo do estado ou a companhias seguradoras(95).

**** *** ****

Para desvendar os significados dos distúrbios de abril é necessário, em primeiro lugar, admitir que esta agitação popular traz no seu bojo um notório sinal de descontentamento frente a situação de miséria permanente que as classes populares brasileiras vivem. Naquele momento a miséria crônica era circunstancialmente potencializada por uma conjuntura de desemprego de massa. Todavia, não podemos reduzir esta discussão a uma mera decorrência desta conjuntura, sob pena de enveredarmos pelos caminhos de um economicismo vulgar. Certamente ocorreram muitas situações históricas em que a conjuntura econômica possuía caracteres semelhantes àquela e no entanto, desembocaram em práticas sociais distintas e com amplitudes diversas. Entendemos que a uma mesma situação, os sujeitos históricos podem responder através de estratégias diversas. Pensamos, ainda, que os saques e quebra-quebras foram, no período em estudo, apenas uma destas estratégias.

Outra questão que nos parece importante a ser compreendida, é a reação desta parcela de indivíduos da sociedade (muitos dos quais já haviam passado por processos anteriores de expropriação), à qual o mundo urbano havia acenado com possibilidades infindáveis de consumo. Entretanto, este consumo estava destinado a apenas uma parcela dos trabalhadores. O restante

consumiria as ilusões deste novo mundo. Mesmo nos períodos de grande crescimento econômico, do Brasil e de anunciada prosperidade geral houve uma queda real nos padrões de vida do conjunto dos trabalhadores(96). Com a recessão econômica e o desemprego, as possibilidades reais, e as ilusões desmoronaram duplamente. Mais uma vez viam-se expropriados. Desta vez entretanto, retiravam-lhes os direitos de serem consumidores.

Foi também como consumidora que em 16 de março, quando atingida em seus direitos de utilizar-se dos serviços dos transportes coletivos, em decorrência de um lock-out patronal de três dias, a população da Zona Sul de São Paulo destruiu 27 ônibus da Viação Bola Branca, concessionária destes serviços na região.

Surge então uma intrigante ligação entre setores tradicionalmente vinculados ao mundo do trabalho e o chamado mundo do crime(97). Ainda mais surpreendente é que mesmo alguns setores das classes médias chegam a participar desta estranha composição. Aos primeiros a união dá-se por uma estratégia de interesses mútuos, onde os criminosos entram com o "Know-how" de como adentrar nos estabelecimentos fechados, facilitando o acesso da multidão e, por outro lado a multidão acoberta a ação dos assaltantes(98). No segundo caso, levantamos a hipótese de que com a frustração de suas possibilidades de consumo e perdendo a ilusão de uma situação de bem estar social, os oriundos de camadas tradicionalmente mais abastadas engrossam as fileiras dos manifestantes. Esse "engrossar fileiras" é facilmente percebido nas manifestações do centro da cidade(99).

Neste caso, o consumo é visto enquanto um direito e sua privação é tida como esse ataque a um direito "constituído". A reação não se dá no pensar e no sentir do indivíduo enquanto um mero consumidor, mas mais que isto, enquanto um cidadão (e, portanto, detentor de direitos), o qual sentindo-se privado desses seus direitos, protesta(100).

Compuseram ainda a massa de manifestantes office-boys, punks e os "infiltrados". O prazer de transgredir as normas estabelecidas, característico da adolescência, pode constituir-se em um explicador da atitude dos dois primeiros. Quanto aos últimos, é provável que os tenha movido o desejo de aproveitar-se destas manifestações para fins políticos. Entendemos fazer-se necessário esclarecer que não vemos nenhuma descaracterização do movimento enquanto manifestação popular não organizada, a comprovação da presença de agitadores, quer de esquerda ou direita, no seu seio. Entendemos, isto sim, que se constitui em uma atitude simplista apontar para estas explicações pois aprioristicamente as mesmas implicam na negativa total do reconhecimento da capacidade de auto-explicação política das classes populares. Tal simplismo serve apenas para ocultar o processo no qual se inseriram estes distúrbios.

Para compreendermos melhor as complexas questões colocadas por este tipo de movimento precisamos, antes de mais nada, entendermos o fato de que enquanto movimentos sociais a organização dos mesmos dá-se a partir das esferas do consumo e não da produção. Isto diferencia movimentos sociais de movimentos sindicais, já que estes últimos possuem sua organização nas esfe-

ras da produção. A decorrência desta assertiva é que as perspectivas de percepção de identidades e de coletividades serão fornecidas pela noção de carência(101).

É esta noção de carência (embora composta por uma diversidade delas) que possibilita a formação de uma coletividade. Contudo, dela ao ato de saque e quebra-quebras ainda resta um longo terreno. Cabe-nos indagar ainda o porque desta forma de manifestação. Por que não organizações com características de lutas mais a longo prazo? Por que não movimentos através dos canais constituídos?

Entendemos mesmo assim, que a noção de carência não é suficiente para explicar esta ação. Esta é possibilitada pela indignação frente a existência de possibilidades de alterar a miséria cotidiana e isto é só vislumbrado pela experiência.

Talvez as possíveis respostas a estas questões estejam situadas no ponto de confluência entre a frustração diante do fracasso de diversas tentativas de expressão através de canais institucionalizados (numa sociedade autoritária como a nossa, onde não existem canais através dos quais as classes populares possam realmente expressar-se, esta experiência de frustração é uma constante) e as expectativas criadas a partir das eleições para governador do Estado de São Paulo em 1982.

Entendemos, que a partir do movimento dos desempregados que desembocou em um ato público no "Largo 13", surgiu a possibilidade de um reconhecimento mútuo, por parte de uma parcela popular muito maior do que a que iniciou o ato, tanto em seu volume quanto na heterogeneidade de sua composição. Provavel-

mente muitas destas pessoas haviam, inclusive, votado no PMDB(102). Todavia a situação econômica dos mesmos era miserável. A radicalização dos discursos foi inflamando a multidão e na medida em que isto acontecia, possibilitava às pessoas ao redor uma identificação com o grupo originário, pois eles também se espelhavam nos discursos pronunciados. Com o inchaço da multidão os organizadores perderam o controle sobre a mesma. Esta foi crescendo... crescendo e da radicalidade do discurso passou-se à radicalidade da ação. Esta era também a ação que esperavam do Governo. Naquele momento no entanto o Governo do Estado pedia tempo. As soluções deveriam ocorrer a médio e longo prazo.

Neste sentido é interessante observar o antagonismo existente entre a massa e a comissão que surgiu como representante desta, quando do conflito da derrubada dos gradis do Palácio dos Bandeirantes. A maior parte das reivindicações discutidas eram propostas para médio e longo prazo. Era impossível negociar. O que uma comissão que pensava a médio e longo prazo poderia negociar em nome daquela multidão que exigia comida e emprego para já?

Todavia, como a multidão já havia sido dispersa pela repressão policial, foi possível a repetição de discursos, quer por parte do governador, quer por parte dos membros da comissão.

Para discutir esta tentativa de institucionalização de um movimento popular, expressa na tentativa de se criar comissões, para parlamentar em seu nome, acreditamos que a análise sobre o

movimento dos desempregados nos Estados Unidos durante a grande depressão, efetuada por Piven e Cloward possam ser-nos de grande utilidade. Estes autores afirmam que em uma sociedade como a americana naquele período, os pobres possuíam pouco ou quase nenhum poder de barganha ou pressão político institucional. Para eles, a ação através de distúrbios (enquanto esses durassem) aumentava seu poder de pressão e possibilitava algumas conquistas. Contudo, estas conquistas eram mínimas e até mesmo já estivessem possivelmente dentro da previsibilidade de concessão por parte do poder instituído. Talvez elas foram apenas apressadas pelos distúrbios. Constatam ainda aqueles autores, que todas as vezes em que esses movimentos foram institucionalizados, eles perderam sua radicalidade, burocratizaram-se e perderam o poder de barganha, deixando de haver uma ação dinâmica, mas apenas uma entidade (ou similar) que falava em nome do movimento. Por isto tudo, os autores afirmam ainda que, embora sejam pequenas as concessões conquistadas pelos pobres em seus distúrbios, elas são o pouco que podem conquistar e que estas conquistas reais e concretas são preferíveis à instituição de burocracias(103).

É claro que existem grandes diferenças entre a situação dos Estados Unidos daquela época e o Brasil de hoje, contudo entendemos que as conclusões destes estudos nos são de grande importância para o entendimento dos acontecimentos em questão.

Que outra forma de ação poderiam concretizar esses homens e mulheres desamparados, cansados de irem de um lugar para outro, sem trabalho, com fome e doentes? Que atitude poderiam to-

mar se não conseguiam nem mesmo ser ouvidos? Com sua ação, ao menos foram reconhecidos. Além disto, conquistaram alguns auxílios públicos imediatos, que beneficiaram pelo menos uma parcela dos revoltos.

No fundo, a perspectiva apresentada por Piven e Cloward é extremamente pessimista, pois nela não há saída para a situação. O máximo que se pode almejar são algumas migalhas da administração pública através de duros entreveros.

Todavia, no caso de nosso estudo, entendemos que o movimento ao conseguir expressar sua indignação frente a miséria que se alastrava, espalhando a fome e o desespero entre as classes populares, colocava à vista de outros segmentos sociais o seu espectro e até apontava para estes últimos a possibilidade futura de que pudessem estar próximamente na mesma situação. Esta perspectiva de uma identidade (forjada pelo medo) em um primeiro momento colocou setores das classes médias em uma perspectiva de compreensão da ação destruidora dos distúrbios. Já em um segundo momento, quando fica clara a ameaça que esta agitação representava à propriedade, estes setores que a princípio até poderiam entender os fins do movimento, passaram a condená-lo, identificando-se com as classes dominantes, justificando-se através da noção de propriedade. O movimento trazia no seu bojo uma ruptura para com a noção de propriedade e aí, os distúrbios foram condenados quer pelos capitalistas, latifundiários, quer pelos proprietários de um fusca 69 ou mesmo de um "radinho de pilha" (para usar uma expressão de Eder Sader em uma discussão sobre seu artigo: "O protesto sem juízo".)

Esta questão da ameaça da propriedade fez com que setores organizados da sociedade condenassem este ato de disrupção. Haveria algum partido ou organização sindical em condições de assumir a defesa de uma prática violenta de destruição da propriedade? Quem o fizesse, além de enfrentar a justiça por incitação à desordem (vide os acusados por propagandearam a greve geral) seguramente, ficaria tão isolado quanto ficou o movimento.

Está aí um dos grandes problemas das ações com características de disrupção. Até onde elas vão? Quais são seus limites? Trata-se de questões complexas que buscaremos deslindar mais à frente. Por ora podemos constatar que enquanto a ação direta era efetuada nas ruas, os manifestantes possuíam força de pressão e trilhavam caminhos que pressionavam o Estado a fazer concessões. Na medida em que a repressão, somada a uma pressão de "opinião pública" que massacrava as mentalidades através dos veículos de comunicação de massa, foram enfraquecendo e isolando as ações, o movimento foi perdendo sua força. Extinta a ação direta, com a situação sob controle, o Estado não possuía motivos para negociar.

Para Piven e Cloward os intelectuais de esquerda falharam ao caracterizar as lutas populares contemporâneas pois, eles sempre as vêem através de uma perspectiva da organização. Eles desacreditam dos movimentos marcados por distúrbios porque estes não se enquadram em suas doutrinas. Afirmam ainda que os ativistas, de uma forma geral, têm concentrado esforços para

criar organizações formais, vendo estas apenas como veículos para o poder. Isto estaria baseado em três pontos fundamentais:

- a) Organização formal pressupõe forçosamente coordenação de recursos econômicos e políticos;
- b) A existência de uma "inteligência" e estratégias para o conflito político;
- c) Este modelo implica também na continuidade do poder político das camadas pobres.

Piven e Cloward acreditam que a falha deste modelo esteja no fato de que é impossível permanentemente obrigar as elites à concessões que possam ser usadas como combustíveis para organizações políticas. Afirmam ainda que embora as organizações possam permanecer após o período de mobilizações, elas vão abandonando as posições políticas de enfrentamento que lhes davam garantias de existência. Para eles, os organizadores falham no que pode ser feito por tentarem fazer o que naturalmente não pode ser conseguido, ou seja, durante o período em que as massas estão nas ruas desafiando as autoridades (às quais sempre acabam se submetendo) os organizadores ficam preocupados em construir organizações. Com isso, eles tiram o povo das ruas e burocratizam os movimentos esvaziando-os. Para os autores, o problema está em não se reconhecer as limitações do movimento e explorar as possibilidades que acontecem durante os períodos de mobilização.

Para estes autores não foi organização, mas distúrbios que possibilitaram a conquista real de concessões. As organizações criadas burocratizaram estes movimentos e os fêz perder sua

força de pressão e, assim que os distúrbios findaram as organizações entraram em colapso(104).

No caso ora analisado, pudemos constatar também que enquanto ocorreram distúrbios, o movimento conseguiu uma certa pressão sobre o Estado e as classes dominantes. Todavia, a tradição autoritária, principalmente no que tange ao tratamento dispensado pelo Estado aos movimentos sociais, fez com que materialmente, pouco fosse conquistado. As respostas dos governantes foram repressão e promessas (algumas das quais rapidamente esquecidas), objetivando arrefecer de imediato a agitação. Na realidade algumas destas promessas possuíam apenas um efeito dissuasor, como por exemplo a distribuição de cestas de alimentos, que exerciam um efeito psicológico sobre os manifestantes e mesmo o conjunto da população, já que não tiveram continuidade. Mas mesmo assim, não podemos esquecer que muitas famílias famintas foram beneficiadas, mesmo que por um curto espaço de tempo. É muito difícil constatar o número de empregos criados pelo governo e iniciativa privada a partir desses acontecimentos todavia, percebe-se que os 40 mil empregos das prometidas frentes de trabalho ficaram certamente de ser longe cumpridos.105

A partir do exposto poder-se-ia chegar a conclusão de que o movimento fora derrotado. Particularmente, entendemos que seria no mínimo uma conclusão apressada e imprecisa pois, ao examinarmos a documentação sobre o período constatamos a implementação concreta de algumas medidas que, por mais que se procure

descaracterizá-las, tiveram um efeito real e concreto sobre as condições reais e concretas de milhares de pessoas.

Entendemos ainda que esta intensa agitação provocou o reconhecimento da gravidade da situação relativa ao desemprego, por parte do governo e das classes dominantes. Ela significou a possibilidade de auto-reconhecimento e percepção de identidades entre desempregados e subempregados. Finalmente, ela questionou o poder estabelecido através de atos de desobediência e funcionou como pressão, impondo às classes dominantes e ao Governo Federal, a necessidade de mudanças na política econômica reces-siva.

DE COMO NEM SEMPRE, DEPOIS DA TEMPESTADE VEM A CALMARIA

Uma vez encerrados os distúrbios de abril, a cidade voltou à sua "normalidade". O mundo real seguiu seu curso: o sonho havia acabado. Os desempregados persistiram em sua triste "via-sacra" de porta em porta atrás do almejado trabalho. Os capitalistas continuaram dirigindo suas empresas e reclamando da crise. O Governo Estadual não cumpriu muitas de suas promessas efetuadas durante o movimento e seguiu criticando a situação de insolvência na qual recebeu o estado da administração anterior. Somava-se a isto apenas algumas críticas ao Governo federal. Este, permaneceu afirmando que o ocorrido fora um problema particular do Governo de São Paulo e que não possuía recursos para auxiliá-lo. Sustentava ainda que sua política econômica seguia um caminho correto.

Embora o "turbilhão" do início de abril houvesse passado, a conjuntura político-econômica persistente mantinha o constante acirramento da tensão trabalho/capital em todo o país. Somente um mês após os saques e quebra-quebras, no dia 9 de maio, realizou-se novo protesto contra o desemprego no mesmo "Largo 13", com mais de mil pessoas. A manifestação que teve seu início por volta das 14 horas, após duas horas de concentração, transformou-se em passeata, dirigindo-se rumo à Assembléia Legislativa. A polícia acompanhou de perto todo o percurso e após aproximadamente três horas de caminhada, interveio violentamente reprimindo a manifestação até então pacífica. O jornal "O Trabalho" noticiando o episódio, afirmou que o comandante da tropa, ao ser abordado pelos

Jornalistas a respeito da repressão, disse que "foi ordem do governador"(1). Mesmo com a dispersão da passeata, muitos manifestantes dirigiram-se à Assembléia Legislativa e solicitaram através da presidência da Casa, uma audiência com o governador. O objetivo da tentativa de diálogo com Montoro era solicitar a suspensão do pagamento de taxas de água e luz pelos desempregados, a concessão de passe desemprego e a suspensão da proibição de manifestações nas praças públicas. Apesar do contato através de deputados, o governador não recebeu os manifestantes nesse dia nem nos subsequentes (2).

Anteriormente, no dia 8 de abril, ocorreram saques no centro de Fortaleza. A polícia reprimiu o movimento armada de metralhadoras e bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral. Foram efetuadas quatro detenções(3). No dia 11 do mesmo mês, mais de duas mil pessoas provocaram distúrbios na avenida Getúlio Vargas, no centro do Rio de Janeiro. Os manifestantes saquearam um caminhão contendo bacalhau e camarões, interrompendo o trânsito, deitando-se sobre o asfalto e apedrejando os ônibus que passavam. Foram efetuadas sete detenções pela polícia. O motivo tinha sido um anúncio falso de emprego. Ainda no Rio, no mesmo dia, aproximadamente oitenta pessoas saquearam um supermercado próximo à favela de Vigário Geral(4). Em 18 de abril ocorreu uma manifestação de desempregados em Camaçari, na Bahia(5).

Em 27 do mesmo mês, houve uma concentração pública com cerca de duzentos desempregados defronte ao Palácio do Governo, em Curitiba. No dia 29, novamente em Fortaleza, agora na praça José de Alencar, um número significativo de manifestantes gritava o

"abaixo a ditadura". Em São João Del Rey, Minas Gerais, no dia 3 de maio, cerca de três mil pessoas, atraídas por um anúncio de emprego, dirigiram-se ao escritório do "Baú da Felicidade" e ao saberem que havia vagas para apenas vinte pessoas, iniciaram um distúrbio que se alastrou pelo centro da cidade. Foram reprimidos por cerca de 160 policiais, que inclusive efetuaram diversas detenções. Em Francisco Beltrão, no interior do Paraná, no dia 6 do mesmo mês, também ocorreram manifestações.

Em São Paulo, no dia 16 de maio, ocorreram novamente manifestações no "Largo 13". Nesse mesmo dia em Teresina e Pedro II, no Piauí, foram verificados protestos de desempregados(6). No dia 22 de maio, uma comissão de 13 dirigentes sindicais, ligados à Pró-GUT, foi a Brasília, objetivando dialogar com o Presidente da República, General João Batista Figueiredo, não sendo contudo recebidos. Os líderes sindicais protocolaram então um documento contendo 500 mil assinaturas colhidas em todo o país. O documento exigia a mudança da política econômica do governo, o fim do arrocho salarial e o combate ao desemprego. Em São Paulo, nesse mesmo dia, houve uma manifestação na praça da Sé, com o comparecimento de aproximadamente cinco mil pessoas.

Durante o período que vai de maio a início de agosto, houve uma certa tranquilidade na cidade de São Paulo. Os saques e quebra-quebras cessaram, embora continuassem os efeitos sociais corrosivos da "crise" econômica. Ocorreram atos de protesto contra a política econômica, sem contudo a ocorrência de distúrbios. Todavia, o efeito da demonstração do movimento de abril sobre o restante do país pode ser claramente divisado nos fatos que aca-

bamos de relatar. Nisto, dois fatores são fundamentais: o peso do "coração econômico" do país faz com que o que ocorra em São Paulo, tenha reflexos no restante do Brasil; a simples divulgação do que aí ocorre, em "aldeia Global", potencializa esta influência.

A partir do dia 16 de setembro, São Paulo é novamente assolada por uma onda de saques a supermercados e mercearias. No primeiro dia foi saqueado um mercadinho no Jardim das Oliveiras, Itaim Paulista, do qual foram levados 60 mil cruzeiros (48 dólares) e gêneros alimentícios avaliados em um milhão (aproximadamente 800 dólares, ambos convertidos ao câmbio paralelo da época). Participaram desta ação mais de 50 pessoas. A imprensa avaliou a existência de uma associação entre os saqueadores e assaltantes, pois o saque foi precedido de assalto ao caixa, realizado por quatro homens armados(7).

Com o intuito de relatar um pouco o que foi este conturbado período, iniciado em 16 de setembro, descreveremos alguns saques, distúrbios e manifestações populares de protesto frente à crise econômica.

No dia 21, cerca de cinquenta pessoas saquearam um mercadinho, desta vez no bairro Cidade Kernel. Levaram basicamente gêneros alimentícios e, não promoveram depredações(8). No dia 24, uma jovem é presa em Osasco por roubar alimentos em um supermercado. A moça justificou-se dizendo que estava com fome e que também necessitava alimentar seu filho de seis meses(9). No dia 27, dentre os onze saques ocorridos, dois chamaram-nos especialmente a atenção, o primeiro deles ocorrido, no supermercado Morita, no

bairro Cidade Leonor. Neste, a doméstica Jonizete dos Santos Barros foi presa em flagrante. Em seu depoimento afirmou que um certo Padre João, que ela desconhecia, havia dito aos favelados que estes deveriam pegar o que necessitassem em qualquer supermercado. Participaram deste saque mais de oitenta pessoas. A reportagem do jornal "Folha de São Paulo" informa haver constatado que não existia um padre com este nome na região onde se deram os fatos(10). No saque ao Mercadinho Mesquita, na região de Rio Pequeno, o pedreiro José Francisco Ferreira Conteiro, que participava dele, foi baleado e morreu(11).

Novas acusações de incitamento promovido por religiosos, foram efetuadas. A irmã Julieta Rodrigues, da Igreja Bom Jesus das Oliveiras, foi uma das acusadas, desta vez por comerciantes(12). Os saques não saíam do noticiário. Todos os dias apareciam matérias comentando a situação e apresentando as relações dos mesmos. No dia 28, o Secretário da Segurança Pública recebeu representantes do sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de São Paulo. Entre outros itens, estes manifestaram sua preocupação frente aos saques e afirmavam estar efetuando um serviço de segurança próprio. Eles apresentavam ainda uma proposta de utilização de um código a ser utilizado pelos comerciantes para evitar os trotes que dificultavam a ação da polícia(13).

A edição do dia 29 de setembro da Folha de São Paulo, trouxe em suas páginas, o seguinte quadro de saques ocorridos na cidade.

SAQUES A MERCADOS

DIA	HORA	BAIRRO	
19.9	19,15	Itaím Paulista	
21.9	19,10	Itaím Paulista	
22.9	23,20	Itaquera	1
23.9	3,00	Santo Amaro	
24.9	mad.	Capão Redondo	
24.9	mad.	Capão Redondo	
24.9	mad	Capão Redondo	
26.9	18,25	Itaím Paulista	
26.9	18,30	Monte Belo	2
26.9	19,30	Capão Redondo	
26.9	20,45	Vila Guarani	
26.9	22,15	Capão Redondo	
27.9	1,30	Butantã	
26.9	15,30	Jd. Novo Horizonte	
27.9	14.45	Jd. Grimaldi	
27.9	17,30	Itaím Paulista	
27.9	18,00	Rio Pequeno	3
27.9	18,30	Itaím Paulista	
27.9	19,00	Pq. Edu Chaves	
27.9	20,00	Campo Belo	4
27.9	20,30	Jd. Camargo Novo	
27.9	22,00	Itaím Paulista	
27.9	22,30	Jd. Capelinha	
27.9	23,00	Jd. Planalto	5
28.9	1,00	Santo Amaro	6
28.9	mad	Jardim Sara	
28.9	3,30	Santo Amaro	
28.9	1,00	Jd. das Oliveiras	
28.9	9,45	Capão Redondo	
28.9	11,15	Pq. São Lucas	
28.9	13,40	Itaím Paulista	
28.9	19,23	V. Sabrina	

Observações

1. Ident. e localizado o organizador
2. Ident. 5 adultos e 2 menores
3. 1 morto
4. Flagrante contra 1 mulher
5. 9 prisões em flagrante e mais 4 menores
6. 5 pr. flagrante mais 5 men. p/Febem(14)

Somente no dia 29, ocorreram mais 13 saques. Entre os estabelecimentos saqueados, encontra-se uma escola da Zona Leste, da qual foi levado todo o material destinado à merenda escolar. O saque foi realizado de madrugada e o produto foi transportado em

um caminhão. No decorrer deste dia ainda foi saqueada uma creche municipal na Figueira Grande(15).

Nesse mesmo dia 29, um grupo de 20 pequenos comerciantes da Zona Leste, reuniram-se na Assembléia Legislativa, com o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, ameaçando que, se caso não fossem tomadas medidas urgentes, seria solicitado o auxílio do II Exército. Membros do grupo afirmaram que não havia qualquer policiamento na região. Foi conseguida por esse grupo uma entrevista marcada para a mesma noite com o Secretário de Governo para Assuntos Políticos, Marco Antonio Castelo Branco e com o Secretário particular do Governador, Ricardo Montoro.

É interessante observar que em maio do mesmo ano, uma comitiva de desempregados que tentou ir em passeata à Assembléia Legislativa foi reprimida. Mesmo os que conseguiram chegar até o destino previsto, não foram recebidos pelo governador, apesar da intermediação de vários parlamentares, conforme já citamos anteriormente(veja pp.74-75).

Naquele encontro os comerciantes afirmaram que os saques eram organizados e precedidos por assaltos aos caixas. Afif afirmou que com o saque estavam procurando dar um sentido social ao crime. Castelo Branco, por outro lado, salientou que:

" todos os saqueadores que foram presos hoje, são pessoas movidas pela fome"(15).

Na tentativa de controlar os saques, o Governo do Estado passou a utilizar-se de dois helicópteros, para o patrulhamento

aéreo da cidade, visando detectar possíveis aglomerações e impedir tentativas de saques(17)

No dia 30 ocorreram em Diadema, quatro saques, além de inúmeras tentativas frustradas. Foram presos dois homens e um "menor". Um dos presos possuía passagem criminal por assalto a supermercado(18). No primeiro dia de outubro, novamente em Diadema, desta vez no Jardim Campanário, um grupo de aproximadamente cem pessoas saqueou um supermercado.(19)

Em São Bernardo do Campo, apesar de um aparato repressivo, composto por 160 soldados, que aí foi montado, realizou-se no dia 21 de outubro, um ato público contra a carestia. Estava prevista também para aquele ato a realização de uma passeata. Entretanto a praça foi ocupada militarmente, impedindo o acesso de muitos manifestantes ao local. No ato, manifestantes bateram panelas vazias e leram um documento onde afirmavam que

"Não podemos ficar quietas vendo nossos maridos sendo mandados embora das fábricas, sem perspectiva de um novo emprego, indo assim somarem-se a milhões de desempregados, como também aceitar que passemos fome em um país tão rico, de terra tão fértil"(20).

Conforme a reportagem, o documento reponsabiliza o Governo Federal pela crise, cobra dos Governos Estaduais uma postura frente aos problemas e reivindica o congelamento das taxas de água e luz, dos gêneros alimentícios, a concessão de seguro desemprego, estabilidade no emprego, congelamento dos aluguéis, revisão das prestações do BNH e reforma agrária. Solicita dos Governos municipais passe transporte para desempregados e aposenta-

dos, mais recursos para a educação, saúde e promoção social, além do aumento de funcionários nos postos de puericultura(21).

O maior número de saques, neste período, foi constatado nas Zonas Leste e Sul. Eles ocorreram de forma intermitente, quando muito com intervalos de, no máximo, um dia, tendo ocorrido vários saques no mesmo dia.

As acusações contra "religiosos insufladores" foram permanentes. O Bispo da Zona leste, D. Angélico Bernardino, desmentiu as acusações contra os missionários de sua Diocese. Don Angélico ao comentar as acusações de uma pessoa que havia afirmado ter ouvido um padre incitar os fiéis ao saque em uma missa, lamentou que o acusador houvesse ficado no anonimato e informou que, além de tudo, não tinha havido missas em toda a região do Jardim das Oliveiras no domingo dia 25, data na qual o acusador havia dito ter presenciado tal fato.

O Bispo, ressaltou ainda que

"nem eu nem a religiosa Julieta Rodrigues, nem a Igreja da Região de São Miguel Paulista, têm tanta influência no Rio de Janeiro, Nordeste e outros locais de São Paulo, onde graves e numerosos saques estão ocorrendo."(22)

Conforme documentos da Secretaria de Segurança Pública do Estado e os Boletins de Ocorrência policial pôde-se constatar cento e um saques registrados entre 19 de setembro e 11 de dezembro de 1983. A maior incidência destas ocorrências acontece entre os dias 26 e 30 de setembro, quando verificou-se de seis a treze saques a cada dia.

Ao confrontarmos os documentos policiais com o material veiculado através da imprensa, percebemos que muitos dos saques não foram computados por esta última. Todavia alguns dos saques noticiados não constam das referências policiais, indicando-nos que esse número pode haver sido ainda um pouco maior.

Através desta documentação pudemos perceber que a maioria dos estabelecimentos comerciais visados, foram pequenos supermercados, mercearias, padarias e bares. Outro dado a ressaltar é que em dezoito dos cento e um casos estudados, foi registrada a utilização de armas. As armas mais utilizadas foram facas e revólveres. Em alguns casos o dinheiro do caixa foi levado e em alguns outros até mesmo objetos pessoais dos funcionários.

Dentre os produtos saqueados percebe-se a grande predominância dos gêneros alimentícios, produtos de limpeza e de higiene pessoal, seguidos pelas bebidas, cigarros e utensílios domésticos. Houve vários casos de saque geral, onde levou-se de tudo. Localizamos trinta e cinco arrombamentos enquanto estratégia utilizada para adentrar aos estabelecimentos, dos quais, em alguns casos, as portas foram serradas. Este número deve ser inferior ao real pois, em muitos casos não há referências à forma de entrada nos estabelecimentos(23).

Ainda estão aí registradas a ocorrência da morte de um saqueador, algumas agressões a proprietários e funcionários, e o uso de armas de fogo por parte destes para afugentar saqueadores.

De uma forma geral, os grupos de saqueadores parecem haver sido compostos por uma média que variava entre trinta e setenta pessoas, todavia conforme já fizemos referência na nota nú-

mero(24) deste trabalho, estes números podem não ser precisos. Ainda quanto a composição, há referências à participação de pessoas de todas as idades e sexos, havendo em alguns casos a predominância de um ou outro segmento. O que se pode perceber, no entanto, é a presença acentuada de mulheres e de jovens.

Em outros estados também ocorreram naquele período movimentos caracterizados pelas ações de multidões. Em Manaus, no dia 20 de setembro, em função do aumento do preço das tarifas de ônibus, cerca de vinte mil pessoas depredaram parte do centro da cidade. Houve confronto entre a PM e populares, resultando deste, cerca de cinquenta feridos. Ainda, por volta de cem ônibus foram danificados e um busto do ex-presidente da república, general Costa e Silva, existente na praça da Matriz, foi totalmente destruído. trinta pessoas foram presas. Em Goiânia, no dia 14 anterior, vários ônibus tinham sido depredados em função do aumento nos preços das passagens.²⁴

Em São Paulo, no dia 24 de outubro, cerca de cinco mil manifestantes, conforme a polícia, e três mil, segundo a RFFSA, depredaram três composições de trens, revoltados com o constante atraso dos mesmos. Já havia ocorrido dessas depredações anteriormente, nos dias 15 de julho e 31 de agosto. Os manifestantes atacaram ainda um carro do corpo de bombeiros e três viaturas da Polícia Militar, sendo que uma destas foi incendiada. Em seguida, os manifestantes destruíram duas bancas de jornais, um quiosque, apedrejaram uma padaria e saquearam um supermercado(25).

No dia 05 de novembro cerca de trinta pessoas, tendo à frente dois homens armados, saquearam o mercadinho Lázaro, no

Jardim Maia, Itaim Paulista. Segundo o proprietário, os dois homens deram alguns tiros dentro do estabelecimento e gritaram "assalto", em seguida várias pessoas munidas de sacos saquearam o estabelecimento. A filha do proprietário, foi baleada no abdômem(26).

Em Campinas, no dia 8 daquele mês, foi saqueado o supermercado e padaria Flor do Minho. Neste saque houve bastante violência, ocorrendo inclusive o destelhamento parcial do estabelecimento, além da destruição de prateleiras e mercadorias. Foram detidas dez pessoas das quais cinco eram menores (27).

No final do ano houve uma grande queda na incidência de saques. Localizamos entre 13 de novembro e 11 de dezembro apenas três ocorrências desse gênero.

Entendemos que a inexistência de mecanismos efetivos de representação ou, quando da existência destes, sua característica meramente formal, possuindo vínculos tênues e esporádicos, com os movimentos populares, despidos assim de qualquer representação orgânica dos movimentos sociais, foi o que propiciou o aumento dos níveis de tensão social, empurrando as classes populares para a ação direta.

Em síntese, constatamos que na grande São Paulo, salvo o interstício de maio a agosto, todo o decorrer do ano de 1983 é marcado por saques, quebra-quebras e distúrbios. Ocorrem períodos de maior ou menor intensidade destes, além de uma variação de intensidade de região para região, podendo ser distinguidos a priori, de um lado, um tipo de saque no qual pode-se supor uma certa pré-determinação ou "organização", no qual buscava-se apropriar ge-

raimente de produtos de primeira necessidade e, de outro, manifestações de protesto contra irregularidades, ou aumentos abusivos em tarifas de transportes públicos, ocorrendo, então, ataque generalizado às propriedades dos arredores, acompanhado de saques, sem a evidência de controle ou organização.

É evidente que exseptuamos deste retrospecto os acontecimentos do início de abril, onde estas ações possuem uma maior singularidade e complexidade.

No que se refere ao saque "organizado", citaremos o depoimento de uma saqueadora, que embora anônimo, e portanto passivo de ser parcial ou totalmente inverídico, possibilita-nos uma série de informações, as quais poderemos, com a devida cautela, confrontar com outros dados, buscando constatar assim sua comprovação ou não. Apesar de ser uma entrevista longa, nós a citaremos na íntegra, devido a sua importância para as nossas reflexões. Senão vejamos:

"Dona X, os saques são bolados previamente? " São, Icaro. A gente tem que saber onde vai ir. Se conversa e se escolhe o local, tratando de não falar muito por causa dos dedos duros. Ontem (dia 3) dissemos que iamos para o Eldorado. Foi só para despistar. Fomos mesmo num jumbão desses." E é verdade que alguns assaltantes estão participando do negócio? "Bem, não se pode escolher companhia na hora do aperto. Tinhamos, há algum tempo, um rapaz ótimo que arrombava as portas para nós. Mas ele foi para Campinas. Então têm outros. Não gosto deles, alguns tomam drogas. Mas a gente se aperta. Eles abrem as portas, pegam o deles, que é para o negócio, e nós pegamos o nosso, que é comida." Mas os jornais noticiam que também são levadas bebidas e até bicicletas. "Bicicletas eu não vi ninguém levar, mas como tem muita criança no saque, sabe como criança é, criança não pode ver bicicleta. Já a bebida, quem leva são os policiais, eles encheram um maverick com bebidas, uisques estrangeiros, aquelas azeitonas enormes, discos. E ainda prenderam uma colega. Depois queriam que a colega assinasse depoimento que nós tínhamos roubado as bebidas, as azeitonas, os discos."

Essa colega ainda está presa? "Já soltamos, consegui um advogado, bom cara, cobrou 80 milcruzeiros para tirar ela, mas agora, já acertamos, cobrou 150 mil para tirar outras três. Tem muita mulher no saque. Mulher e criança, porque pro homem a barra fica muito feia. São as mulheres que estão fazendo o dinheiro também. Para tirar os presos. A mulherada faz coleta nas ruas. Diz que é para comida." Mas como é que a polícia ainda não prendeu ninguém com antecedentes criminais? "Porque eles ahrem e são os primeiros a correr, mas agora vamos parar e preparar uma grande." Que grande? "Uma grande para o fim do ano. Talvez em toda a cidade ao mesmo tempo. E vamos parar de atacar lugarezinho pequeno, que tem pouca coisa. Vamos pegar os Jumbão, os Eldorado."

Mas não fica meio longe das vilas para transportar um saque? "E daí? Sabe, nesses saques os pobres levam a fama, mas quem lucra mesmo são os caras que passam de carro e levam a carga, desde que a gente deixe uma boa parte para eles. Os motoristas de taxi dão uma mão, mas a maioria do pessoal corre um pouco, escondê em algum lugar e vem buscar quando passa a sujeira." Mas o que vai surgir de novo? "Vamos transar com o pessoal que trabalha em caminhões, muitos deles moram em vilas. Aí, vamos tentar atacar o Ceasão. Chega de coisa miuda. Aliás, eu nem vou ver isso, vou para o interior. Não quero mais viver aqui, a barra vai pesar muito" Por que? "Olha, dizem que o Montoro vai chamar o exército. Pior para ele. Aí vai ser guerra, vai ser revolução."

Mas e as armas? "E daí? Tem peão acostumado a explodir pedreira com dinamite, gente que é vizinha nossa. Tem cara que esteve no exército e sabe das coisa. E tem que ver uma coisa: São Paulo é grande. E o povo é maior que o exército. Chega de ficar manso. Desde que Pedro Álvares cabral descobriu o Brasil que o povo é manso e bonzinho. E o que ganhou? Já estou farta. A classe média é culpada. Não dá emprego, só vive para si. O governo diz que está mal, que não pode, que tem a dívida externa. E eu com isso? Não mandei, nem me perguntaram, só sei que os supermercados mudam os preços todos os dias. Quem aguenta? Vai haver grandes saques no fim do ano? Espera só para ver" (28)

Este depoimento apresenta alguns pontos interessantes na estratégia de ação do grupo de favelados em sua ação de saque. Em primeiro lugar constatamos que esta "organização" da qual fala a depoente, aparentemente constitui-se no fato de alguém dizer por exemplo "Vamos a tal supermercado". Todavia, mesmo assim há o cuidado de se decidir apenas na hora, para se evitar a traição e a denúncia. Isto somado a afirmação da existência de uma associação dessas pessoas com arrombadores, que facilitam "o serviço", bem como com motoristas de taxi, que ajudariam no transporte das mercadorias saqueadas, demonstra um mínimo de articulação. Outra questão que o documento nos demonstra, e que entendemos ser necessário ressaltar, é o papel desempenhado pelas mulheres e

crianças. Essas demonstram inclusive possuir consciência de que "pro homem a barra fica muito feia". Outro dado significativo é a existência de uma certa articulação para libertar os saqueadores presos. Quanto à veracidade do presente depoimento, muitos pontos nele afirmados conferem com a documentação de que dispomos sobre o período. Contudo, ao analisarmos o documento percebemos que o mesmo está transcrito numa linguagem já lapidada pelo jornalista o que, de uma certa forma, retira dele a riqueza do detalhe e do depoimento direto.

Através de depoimentos de algumas lideranças de trabalhadores, pudemos constatar, por exemplo, que em alguns casos, atitudes de violência por parte dos saqueadores poderiam significar uma vingança contra a exploração, o roubo no pêsco, a venda fora da tabela e outros atos, conhecidos da população, praticados pelo comerciante(29).

Observamos ainda que nos meses subseqüentes a abril ocorreram muitas reuniões na periferia de São Paulo, onde a questão de que se deveria ou não saquear era abertamente discutida(30).

Com o início de 1984, reaparecem as ações diretas. Em 30 de Janeiro, oito vagões de uma composição da RFFSA foram incendiados no trecho compreendido entre as estações de Prefeito Saladino e Santo André. As Estações Mooca e Ipiranga também foram depredadas(31). O motivo das depredações foram os contínuos atrasos dos trens. Naquele dia o atraso tinha sido superior a uma hora(32).

Em 16 de abril, mais de quinhentas pessoas depredaram o Distrito Policial de São Matheus, na Estrada de Iguatemi. Os morado-

res da região, revoltados com mais um atropelamento, fizeram valetas na estrada, objetivando forçar a tomada de medidas concretas que resolvessem o problema do tráfego violento com o qual eram obrigados a conviver. A polícia prendeu dois manifestantes. Inconformada, por volta das 20H30, uma multidão dirigiu-se ao Distrito Policial intencionando libertar os detidos. O prédio foi apedrejado e os carros estacionados no pátio interno foram depredados. Somou-se a isto, o ataque a diversos ônibus que transitavam pelas redondezas(33).

O dia 18 de abril de 1984 traria aos paulistanos uma pequena recordação dos distúrbios de 1983 e deixaria claro a existência da possibilidade de que a qualquer momento, por um ou outro motivo, as multidões poderiam novamente ocupar as ruas. A partir da 17H40 deste dia houve uma interrupção no fornecimento de energia elétrica na Grande São Paulo e, em consequência houve a interrupção do tráfego de trens suburbanos. Revoltada com a paralisação dos trens, uma multidão de trabalhadores que a esta hora, cotidianamente, retorna do trabalho, deu início à depredação da Estação Julio Prestes. Era por volta de 19H00. Imediatamente a polícia compareceu ao local, mas não conseguiu conter os distúrbios. Os manifestantes incendiaram, nas imediações da estação, bancas de jornais, de frutas e um quiosque da CMTC. Aos poucos, os tumultos foram extrapolando a região circunscrita à estação e atingindo seus arredores. Por volta das 20H15 ocorreram saques na esquina da rua dos Andradas com a praça Julio Prestes(34).

No dia 26 de junho, cerca de 1600 "acampados" da região do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado de São Paulo,

demonstraram que a prática dos saques não era uma peculiaridade dos grandes centros urbanos. Revoltados com a demora no fornecimento de alimentos, eles saquearam um armazém de distribuição de alimentos. A Polícia Militar interveio e efetuou diversas detenções. A situação continuou tensa, pois cerca de cem famílias que não tinham participado dos saques e que, portanto, estavam sem alimentos, armadas de facões e pedaços de paus, ameaçavam incendiar os armazéns ainda intactos e demais dependências da CESP, existentes no Pontal, caso não recebessem alimentos imediatamente(35).

De 4 a 6 de julho, 154 dos 445 ônibus da E.A.O. Penha-S.Miguel foram apedrejados durante uma greve de motoristas e cobradores(36)

Na madrugada do dia 19 de julho, os moradores da Favela do Rato Molhado, na Zona Norte do Rio, saquearam um trem cargueiro, acreditando que este transportasse alimentos. Segundo a reportagem do jornal "O Estado de São Paulo", foram levados cerca de quinhentos sacos de cimento(37). No dia 22 do mesmo mês, desta vez na rua Mendes Caldeira, zona cerealista de São Paulo, dezenas de pessoas tentaram saquear produtos restantes de um incêndio em um depósito. A polícia interveio impedindo a ação dos populares(38).

No dia 9 de setembro, moradores da favela do Benfica, no Rio de Janeiro, bloquearam com pedras a passagem de um trem entre Manguinhos e Triagem, e levaram vários sacos de cimento. A polícia efetuou diversas detenções, recuperando inclusive parte do produto do saque(39).

Em Olinda (PE), no dia 25 de setembro, cerca de sessenta pessoas saquearam o supermercado Minibox. Foram levados cerca de 900 mil cruzeiros em alimentos (308 dólares no câmbio paralelo da época) (40).

Em janeiro de 1985, cerca de dois mil trabalhadores rurais ameaçaram saquear a cidade de Campo Alegre de Lourdes, no oeste da Bahia. Esta cidade já havia sido saqueada em 1983. Os trabalhadores exigiram sementes para o plantio e alimentos. Foi necessário reforço policial para impedir a efetivação do saque. Na mesma época, a cidade de Remanso, também na mesma região, foi ameaçada de saque (41).

Em São Miguel Paulista, bairro de São Paulo, nos últimos dias de outubro, foi saqueado e depredado um depósito de materiais para construção (42). No dia 6 de novembro, um grupo de moradores da Cidade Dutra, Zona Sul de São Paulo, saqueou o mercadinho Balalaica, que estava falido e havia sido lacrado por determinação judicial. A polícia interveio e fez detenções (43).

No transcorrer de 1986, certamente em função da euforia provocada pelo "Plano Cruzado", ocorreu uma redução na presença de saques e quebra-quebras. Contudo, com o fim deste pode se constatar o retorno da ação direta. Em 26 de novembro daquele ano, dez ônibus foram depredados em São Luís (MA). Em Brasília, no dia 27, ocorreu uma manifestação contra a política econômica do governo, em função da decretação do "Plano Cruzado II". A manifestação foi convocada pela CUT e pela CGT e constituía-se em um protesto pacífico, tendo contudo, logo se transformado em saques e quebra-quebras. O "Badernaço", conforme ficou conhecido, foi imputado

pelo presidente Sarney, pelo ministro Brossard e outras autoridades ligadas ao Governo Federal, à CUT, à CGT, ao PT e a todos os perdedores das eleições de 86.

Todavia, a comissão de sindicância, instituída pelo Governador do Distrito Federal, concluiu pela inocência destes, revelando inclusive terem aquelas organizações desempenhado um papel moderador no conflito. A comissão constatou, ainda, a existência de um grupo organizado, não definido, infiltrado na manifestação, o qual teria provocado os tumultos. Outro ponto destacado na sindicância foram as "graves falhas no comportamento das forças de segurança"(44). Na época foi bastante veiculada a hipótese de que forças paramilitares de ultra-direita é que teriam instigado esses distúrbios.

No Rio de Janeiro, entre os dias 29 de novembro e 4 de dezembro, sete supermercados foram saqueados(45). O Delegado Elson Campelo, diretor do Departamento de Investigações Especiais do Rio de Janeiro, declarou ao Jornal do Brasil que acreditava não haver um comando único para os saques e que certamente haviam aproveitadores e assaltantes utilizando-se do momento político. Segundo ele, estes tinham aprendido com os saques de setembro de 83, com grupos políticos e paramilitares e estavam agora colocando a teoria em prática.(46)

De primeiro a 3 de março de 1987, cinquenta e sete ônibus foram depredados por seus usuários em Sorocaba (SP). No dia 5 de abril em Santo Antônio do Descoberto (GO), duas mil pessoas depredaram dez coletivos em função da elevação de tarifas. Em 17 e 18 de junho, mais uma vez ocorreram quebra-quebras em Goiânia,

onde 147 ônibus foram depredados. O motivo foi a péssima qualidade dos transportes coletivos(47).

No dia 30 do mesmo mês, teve início uma série de distúrbios no Rio de Janeiro. Os distúrbios que duraram cerca de oito horas deixaram um saldo de sessenta ônibus depredados, sendo que vários destes foram incendiados, cinquenta pessoas feridas e oitenta detenções. Tudo começou por causa de um aumento no preço das passagens dos ônibus urbanos, de CZ\$ 4,80 para CZ\$ 7,20 através de uma liminar judicial. Em função do ocorrido o juiz recuou e suspendeu a liminar do reajuste por um período de trinta dias.(48)

Através deste levantamento sobre a incidência de saques e quebra-quebras, podemos constatar que os mesmos, quer tenham sido acompanhados um do outro ou tenham se dado distintamente, ocorrem em conjunturas onde agrupamentos de pessoas pertencentes às classes populares experimentam em seu cotidiano, a privação dos meios para a satisfação de suas necessidades básicas. A isto soma-se a percepção de uma impotência adquirida perante a constatação de que não existem canais eficientes que possam ser utilizados na solução de seus problemas imediatos, já que as tentativas efetuadas através dos "canais competentes" vão sendo frustradas. Uma das possíveis saídas que restam é a ação direta.

Pensamos, ainda, que neste processo de ação coletiva há um amadurecimento de uma consciência individual sobre o mundo que os envolve, bem como a emergência de uma consciência coletiva, embora embrionária, através da percepção de identidades e antagonismos.

Ao buscarmos desvendar o que se oculta, talvez de forma imperceptível, por trás destas estratégias de ação popular, deparamo-nos com significados reais e simbólicos de uma densidade muito maior do que exteriormente possa vir a aparentar. Em primeiro lugar, indagamos como é que se dá a justificativa no universo moral dos sujeitos participantes desta ação. Que significados adquire para o indivíduo, sua atuação nesta forma de ação? Que tipo de agrupamento coletivo surge daí ?

Trataremos destas e de outras questões no próximo capítulo, quando faremos uma análise dos significados dos saques e quebra-quebras de abril de 1983.

ROUBAR PARA COMER NÃO É CRIME ?

Retornemos à eclosão dos distúrbios de abril de 1983. Eles iniciaram-se a partir de um ato público organizado pelo "Movimento contra o desemprego e a carestia", ocorrido no "Largo 13" em Sto Amaro. Conforme já mencionamos no capítulo I, Sto Amaro, com sua tradição de lutas e, vivendo um momento de crescente tensões em função do espantoso aumento nos níveis de desemprego, tornara-se um "barril de pólvora". De acordo Barreira e Stroh

"Santo Amaro tem sido palco de movimentos urbanos e sindicais que usaram como tática a ação direta. Os exemplos podem ser encontrados tanto nos piquetes, quanto nas invasões de terras, nos quebras de ônibus, etc. Essa cultura política vivenciada e apreendida é a aquisição de um saber construído através da incorporação de diferentes experiências de luta.(1)"

Está pois muito claro a tradição de luta e o uso da ação direta enquanto estratégia de enfrentamento pelos moradores desse bairro de São Paulo. O ato público que teve seu início de forma organizada, transformou-se em uma manifestação incontrollável. Era o início dos saques e quebra-quebras. O movimento em pouco tempo espalhou-se por toda a Grande São Paulo, atingindo também o centro da cidade. Neste momento não são mais apenas os desempregados, mas também donas de casa, "office-boys", "punks", marginais e outras categorias que dele participa-

ram(2). Os distúrbios ganham uma dinâmica própria e particularizada em decorrência da região onde se dão e, conseqüentemente, da composição diversa dos agentes da ação. Podemos mesmo afirmar que em cada lugar ocorreu uma ação diferente, determinada pelas circunstâncias nas quais eclodiu, contudo sempre com a marca da ação direta, do saque e da depredação.

Nossa proposta de analisar especificamente os saques e quebra-quebras de abril de 1983, embora façamos menção a outros, justifica-se em função de sua singularidade, que no nosso entender possibilita discutirmos alguns referenciais para a compreensão histórica de novas práticas engendradas pelos movimentos sociais no Brasil, com as tentativas de rearticulação dos mesmos a partir de meados da década de 70. Vemos este movimento inserido dentro de um contexto de resistência das classes populares, frente ao plano de recessão econômica imposto pelo governo do general Figueiredo. Por outro lado, percebemos que a ação direta levada a cabo, passa a receber a adesão de variados setores da população, adquirindo uma composição polimórfica. Parece-nos, à primeira vista, que o saque constituiu-se inicialmente em uma estratégia de sobrevivência momentânea. Ao menos existem indícios que nos sugerem isto(3). Contudo, um fato intriga-nos: como teria dado a justificativa desta prática coletiva no universo dos valores morais do sujeito individual que participou destas ações?

Na sociedade burguesa, o culto ao trabalho possui raízes que penetram nas entranhas mesmo dos espíritos mais arredios. O sentido desta sociedade é dado e determinado no e pelo tra-

balho. Sociedade burguesa e mundo do trabalho podem até ser sinônimos. Aí, as identidades individuais e coletivas são constituídas e imbricadas ao trabalho, quer presente ou futuro. A "Pedra Fundamental" que alicerça o universo capitalista é a positivação do trabalho.

O que significa ser desempregado no mundo do trabalho? (referimo-nos aqui ao desemprego prolongado). Se, como vimos, as identidades são forjadas no e pelo trabalho, se os valores morais condenam o ócio e estigmatizam aqueles que não utilizam produtivamente seus braços e mentes, pode-se supor que um longo período de desemprego (de não trabalho), mais do que afetar materialmente, afeta o universo psíquico do desempregado.

Para comprovar tal assertiva transcrevemos abaixo alguns fragmentos de falas de desempregados e pessoas que convivem com os mesmos:

"Roubar para comer não é crime(...)Depois de dez meses parado, um dia é pior que outro. A gente começa a se sentir um fracasso(4)."

"Se um de meus filhos passar fome, vou roubar de quem tem mais(5)"

"Era uma barra... porque em casa, quando tinha discussão, o pessoal não entendia direito, achava que eu não tava procurando direito, que eu não queria emprego com problema de salário, coisa pequena com chefe, encarregado...(6)"

"Eu tenho uma visão por que eu já tinha participado de movimento, então eu tinha uma consciência e sabia da onde que vinha e tal. Então, eu tinha aquele negócio na cabeça, de que eu sozinha não ia resolver

a situação, mas o resto do pessoal que a gente discutia, uns se mataram, isso foi época que houve mais suicídio, o pessoal se matou por que não via perspectiva(7)."

"Sato adquiriu nestes últimos tempos hábitos que sua mulher, Crotilde, reprova. Fuma dois maços diários de cigarros continental e, mais sombriamente, passou a beber uma garrafa de 5l por dia. "Ele nunca foi disso", alarma Crotilde. O desemprego trouxe-lhe também sérios distúrbios no sono(8)."

"... se não tem onde empregar, como é que vai fazer? Então, você fica assim sem perspectiva. Eu imagino a pessoa que não tem consciência(...) e ter uma válvula de escape, de um partido pra discutir, onde tinha pessoas na mesma situação(...) esse cara tá perdido. A única forma que ele via era se matar, virar bandido, virar prostituta ou ir pra zona(...) a única saída que eu via, era organização...(9)"

"Isso não vai resolver nada, saques só serviriam para alguma coisa se pudessem ser feitos todos os dias.(10)"

"Por mais que você tenha consciência, você não consegue, fica um cara impresentável, um objeto, uma coisa que não serve para nada(...) Quer dizer, nem o direito de sobreviver eu tenho nesse mundo? Quando você começa a depender da família, começa o drama. Você não consegue nem dormir(...) Você se sente um ser inútil(...) A própria pessoa que convive com a gente começa a duvidar se você tá realmente procurando emprego, se você não tá(...) Geralmente esse rompimento do casal quando há desemprego é um processo quase natural(...). Por incrível que pareça, isso altera o comportamento da gente, a troco de nada tô comprando uma briga.(11)"

Acreditamos que em um processo de agudização de conflitos, tanto externos como internos, consigo próprio e com o social e onde são colocadas em jogo a própria sobrevivência individual e familiar, ocorra um processo de perda de identidade, ocasionada pela ruptura de valores e perda de sentido da vida. Entendemos que esta ruptura possa, em tese, abrir brechas na estrutura moral do indivíduo, propiciando o afloramento de contradições latentes que dificilmente emergiriam em momentos de estabilidade (12).

Todavia, acreditamos que isto não seja suficiente para desvendar as contradições presentes no mundo real que circunda estes homens e mulheres. Para se compreender esta questão devemos adentrar no campo da cultura das classes populares, (13) objetivando resgatar uma economia moral que seja legitimadora destes procedimentos. Não basta afirmar que a privação de gêneros básicos que garantem a sobrevivência, abre uma brecha para a ação direta. Isto é apenas o óbvio e o óbvio é apenas a parte aparente deste processo. Entendemos que, de fato, somente é possível a ação direta, se os princípios contidos na mesma estiverem legitimados no universo moral de seus participantes. Encontramos nas práticas concretas de lutas dos trabalhadores brasileiros, no decorrer de grande parte deste século, a utilização da ação direta, do enfrentamento e do saque enquanto

uma estratégia de ação. Ou seja, estas práticas estão respaldadas nas tradições e cultura de resistência popular,(14) apesar de não serem tradicionalmente consideradas como tal. A historiografia e a imprensa burguesa, ao admitir esta realidade, toma a sempre como esporádica e circunstancial. Não é o que pudemos constatar no ligeiro levantamento das ações diretas que realizamos no capítulo I deste trabalho.

Através das questões discutidas no capítulo anterior, percebe-se que uma forma implícita ou explícita, a questão do saber que estava colocada na ordem do dia e era discutida. Resta saber o que propiciaria a justificativa deste no universo moral de seus participantes? O que faria com que estes rompessem as barreiras que os impediam de partir para a ação?

Estas questões intrigaram-nos durante todo o trabalho. Tínhamos a intuição de que deveria haver alguma ética que liberasse o indivíduo de suas "amarras" possibilitando sua ação. Acreditamos haver encontrado algo que possa dar sustentação a esta tese.

"A lei, vamos dizer, religiosa que é a que mais controla a pessoa, mais segura a pessoa, você tem uma passagem bíblica, que até justifica por que é que a vida é mais importante do que a própria lei: viver, ter a necessidade de viver é mais importante do que a própria lei. É aquela passagem onde Jesus Cristo coloca muito claro que na época era proibido trabalhar no sábado e o povo tava com muita fome e saquearam uma roça de milho, então eles pegaram coisas que não eram deles para se alimentar e trabalharam no sábado. Então o povo cometeu dois pecados, na época, e Cristo justificou que o mais importante era a vida das pessoas, quer dizer, era a sobrevivência, e é isso que colocou, que foi

alimentando o pessoal na época do saque em 83, que foi mais ou menos o começo(...)o pessoal ia conversando isso nos movimentos que a gente participava e abertamente em reuniões."(15)

Desencadeado o movimento, este recebe a adesão de pessoas da mais variada composição social. Compreender esta adesão possibilita-nos sairmos da gênese para o desenvolvimento do mesmo. Entendemos que esta não se dá apenas pela identidade do objetivo econômico, o qual foi um importante motor propulsor da ação direta, mas também pelo desejo e prazer da ruptura com a mediocridade de seu mundo cotidiano(16). O desejo de desrespeitar o estabelecido, a emoção de arriscar-se fazendo o proibido, a satisfação de infringir e escapar à punição, a perda da própria face na multidão, o ser um e todos simultaneamente dá corpo a seres tão díspares(17). Uma vez passada a fantasia, o corpo não mais existe, cada qual volta para seu mundo. A ponte se rompe. As consciências pesam. Condenam.

Quando analisamos os saques e quebra-quebras de abril, no capítulo 1, percebemos que nas esferas do poder foram elaborados discursos desqualificadores da ação popular, buscando mantê-la subordinada à uma hegemonia política. Esta desqualificação permeia tanto os discursos de representantes das chamadas concepções "autoritárias" quanto os dos ditos "progressistas". Vemos nestes discursos desqualificadores uma profunda vinculação à heranças autoritárias que não concebem a possibilidade da autonomia popular, e são portadoras de um modelo de política que reserva aos trabalhadores espaços e estratégias de ação rigidamente delimitadas.

Neste aspecto em particular, notamos uma profunda semelhança entre as visões dos "conservadores", do chamado bloco "progressista", e ainda de setores "das esquerdas revolucionárias"(18). Parece-nos que para esses agrupamentos, os trabalhadores pobres aparecem sempre como uma massa amorfa que precisa ser moldada. Vejamos como isto se dá na prática: os "conservadores" localizam infiltrados de "esquerda" nesses movimentos, pois não concebem a possibilidade de uma ação própria destes "trabalhadores ordeiros". Vêm então o fantasma do comunista radical aliado à marginalia, insuflando os populares e promovendo a "baderna". Nesse sentido são ilustradoras as falas do então ministro do Trabalho, Murilo Macedo; do ministro da Marinha, Maximiliano Fonseca e do presidente da FIESP, Luís Eulálio Bueno de Vidigal(19).

Do outro lado desta moeda percebemos vários agrupamentos da "esquerda" e do "centro progressista" denunciando a presença de infiltrados que pretendem desestabilizar o "Governo Democrático de São Paulo". São exemplares nessa direção, as falas do Secretário da Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel; do Governador Franco Montoro; do editorial da "Voz da Unidade" (PCB), e do articulista da "Folha de São Paulo", Mauro Santayana(20).

Curiosamente, a ação direta das classes populares, faz com que defensores reformistas e arraigados oponentes do sistema capitalista sintam-se ameaçados. Os primeiros e segundos pela possibilidade de um acirramento dos conflitos sociais e os últimos por verem estas ações como desvios de suas análises teó-

ricas rigidamente pré-estabelecidas, fugindo de seu controle. Sua questão fundamental é: O que fazer com um movimento levado à frente pelas classes que "historicamente" precisam da direção da vanguarda revolucionária (e aí, cada agrupamento de esquerda se julga o único revolucionário, enquanto os outros são ou traidores, ou péssimos intérpretes de Marx), que insiste em agir a esmo, sem a sua competente direção (que em diversos momentos é retumbantemente recusada pela multidão) e, portanto, sem o encaminhamento adequado para a superação da sociedade capitalista?

A atitude tomada por estes agrupamentos é simples: O PC do B (que teve o grande peso na organização do movimento de desempregados que deu origem a ação direta) vê no movimento a demonstração do descontentamento popular, mas avalia que, contudo, o mesmo foi desviado de seu caminho, em função da agitação de infiltrados de extrema direita e dos trotskistas(21). O PCB afirma que a extrema direita está se aproveitando do descontentamento popular para provocar o caos e desestabilizar o Governo Montoro, que aliás tinha sido eleito com o seu apoio(22). Para os trotskistas da "Organização Socialista Internacionalista", "Causa Operária" e "Democracia Socialista", o movimento demonstra um descontentamento popular para com o regime, entretanto como ocorre uma ausência de organizações e lideranças que apontem aos trabalhadores o verdadeiro caminho da revolução, os mesmos acabam passando por sobre as falsas lideranças e agindo desorganizadamente(23). O grupo ligado ao Jor-

nal "Causa Operária" frisa bastante que os distúrbios não foram realizados por trabalhadores, mas por provocadores.

A ação direta e autônoma destes seguimentos populares questiona, de um lado, esta visão vanguardista da política e de outro, os canais participativos a estes reservados pela sociedade. Em sua resistência à exploração, esta multidão de homens, mulheres e crianças colocados à margem do processo produtivo, subvivendo em condições que não garantem sequer a reprodução da vida, apresenta seu semblante ao restante da sociedade através do espetáculo do horror, não reconhecendo interlocutores entre os agentes da ação e o Estado, fazendo-se o único interlocutor válido, não aceitando também transferir a outros o seu direito de auto-representação. Esta multidão não acata a ordem vigente, e nem a pretensa autoridade dos que não considera seus defensores; e faz de sua ação rebelde o instrumento da "desordem", questionando e ameaçando a própria sociedade como um todo.

Pode-se argumentar que o sistema jamais tenha estado efetivamente ameaçado. Todavia, acreditamos que a ação popular colocava em perspectiva a possibilidade da propagação em série do movimento (o que chegou a se esboçar), (24) e isto seria inadmissível.

Afirmamos ainda, com esta reflexão que o significado da expressão autônoma das classes populares, enquanto produto da recusa à subordinação, somente pode ser entendido se considerarmos o processo de politização ocorrido ao se auto-produzirem como sujeitos e adquirirem uma identidade comum, apesar de passageira.

De uma certa forma, e isto já foi abordado superficialmente no capítulo anterior, o movimento de abril é revestido de uma simbologia muito particular. É através dele que multidões conquistam as ruas da maior metrópole do país, encenando aí seu espetáculo de revolta e descontentamento. Parece-nos que tanto para o governo como seus opositores a revolta popular funcionou como uma espécie de termostato que indicava a necessidade de uma mudança de posturas.

Para o Governo Federal os tumultos indicavam que não se podia manter indefinidamente o processo recessivo sem os riscos de uma convulsão social. Para o governo estadual apresentaram-se, de um lado o perigo da desestabilização, e de outro, uma possibilidade de reafirmar perante a nação, a necessidade de mudanças sociais, segundo o seu discurso. Para os desempregados, significou um importante canal de expressão. O Governo Federal entendeu o "recado" e tomou algumas medidas paliativas, embora não tenha mudado fundamentalmente sua política econômica, já então, totalmente subordinada aos ditames do Fundo Monetário Internacional(25). O Governo Estadual titubeou entre apoiar-se no povo nas ruas para efetivamente pressionar o Governo Federal a efetuar mudanças significativas e apenas defender a ordem. Optou pela última e ao fazê-lo retirou-se do campo da possibilidade de ser um agente de reforma, para o da conservação. Pior ainda: ao admitir o caráter esporádico e localizado das manifestações, ajudou Brasília a se safar de suas responsabilidades. O povo enquanto estava nas ruas, mobilizado, adqui-

riu um certo poder de pressão e conquistou algumas migalhas em termos de concessões, mas isto ao preço de muita repressão(26).

Estes distúrbios urbanos indicaram, para alguns setores reformistas ou de esquerda, o pleno desgaste do Governo Figueiredo e a possibilidade da luta por eleições presidenciais diretas. Isto pode ser comprovado por algumas falas publicadas na imprensa, durante o período dos distúrbios. Citaremos especialmente uma que pareceu-nos exemplar:

"Há um caminho, e ele não precisa ser nem a paz da cavalaria nem os aprendizes de feiticeiro do PC do B. Temos que avançar nele, pesquisando-o com cuidado e acreditando que o povo cresce, amadurece e aprende, e, no seu movimento crítico à irreduzível política econômica atual, poderá, ao invés de sacudir as grades do Bandeirantes, abrir as portas do Planalto para um presidente eleito diretamente, com uma estratégia anti-crise que retire dos ombros dos pobres o fardo insuportável que lhes foi dado a carregar" (27).

Todavia, não se pode afirmar que a luta pelas "Diretas-já" tenha sido uma decorrência do movimento que ora analisamos mas o que podemos supor é que ele tenha funcionado como um indicador dessa possibilidade.

No que se refere às tentativas de enquadrar o movimento dentro de "práticas a-históricas", entendemos que, de fato, isto se dá em função de uma transposição esquemática e etapista de um materialismo histórico vulgarizado, desconsiderando o contexto histórico real. Ou seja, parte-se de um modelo teórico rigidamente pré-definido procurando-se enquadrar o movimento real dentro do modelo teórico. Na realidade o que se fazia ne-

cessário, era verificar se o modelo teórico existente possibilitaria o desvendamento do real. Marx afirma que

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.(28)"

Concordamos integralmente com estas palavras de Marx e vemos na ação direta ocorrida em abril, não um movimento a-histórico, mas aquele que era possível ocorrer sob aquelas determinadas condições históricas.

O observador arguto perceberá que estas atitudes desqualificadoras, quer venham dos setores que visam conservar o sistema estabelecido, quer dos que pretendam transformá-lo dentro de moldes já rigorosamente pré-definidos, trazem a reboque o intuito de desarticular o movimento, pois o mesmo representa um claro impedimento a seus projetos. Isto deve-se ao fato de que em ambos os casos já está a priori estipulada, de fora para dentro, a tarefa que cabe às classes populares. Para os primeiros, trabalhar ordeiramente mantendo a harmonia entre Capital e Trabalho, garantindo assim a continuidade da reprodução da sociedade burguesa. Para os últimos, promover, sob a direção de sua vanguarda, as transformações que darão cabo ao sistema capitalista, instituindo assim o socialismo. Podemos assim chegar à conclusão de que o movimento de abril de 1983 não se enquadra em qualquer destes campos, pois em relação ao primeiro, representa uma ruptura da ordem desejada e ao segundo, com sua ação autônoma, "relega às traças" as pseudo-vanguardas.

No que se refere às classes dominantes, com o detonar do movimento de abril, percebemos um verdadeiro pânico de que estes "trabalhadores ordeiros" juntem-se aos desempregados crônicos, vadios e à toda marginalia. Este misturar de "frutas boas e podres" surge como a possibilidade do "caos". A sociedade não pode permitir que pessoas "irrecuperáveis e contagiosas" comprometam a estabilidade social. Stedman-Jones(29) ao analisar a sociedade inglesa do século XIX refere-se ao medo burguês, de que os trabalhadores respeitáveis juntem-se ao "residuum" humano. Stella Bresciani, cita este interessante texto de Kellow Chesney:

"Essas extensas, miseráveis e incontroláveis massas de pessoas submersas no East End, este meio milhão de pessoas controladas por uma legislação adversa e pela caridade, ao pauperismo, assustavam aos contemporâneos por terem vínculo irregular com o trabalho, por conseguirem sobreviverem as expensas do roubo e do jogo, por escaparem às possibilidades classificatórias do pobre trabalhador respeitável. Assustavam mais ainda por não serem nítidos, na prática, os limites entre o trabalhador e o residuo...(30)"

Estes medos da burguesia inglesa do século XIX também estão visíveis naquele momento nas classes dominantes brasileiras, no que se refere ao movimento objeto de nossos estudos, pois estas já não possuem um rígido controle daqueles que foram colocados, pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, à margem do processo de produção. Elas correm, sobretudo, o risco de perderem o domínio sobre uma camada de trabalhadores pobres que, com o acirramento do processo de recessão econômica e o conseqüente desemprego em massa, venham a se misturar à "margi-

nália". Esta preocupação torna-se bastante clara, nas declarações que procuravam demonstrar que as atitudes de "vandalismo" não são coisas de trabalhadores ordeiros e, nos constantes apelos para que os trabalhadores não participassem de tais atos, pois eles e a sociedade somente teriam a perder com tais ações(31).

Os distúrbios urbanos de abril trazem em si a recusa na aceitação da continuidade da miséria na qual vivem as camadas superexploradas da população. Mais do que isto, podemos perceber no ataque a prédios públicos e nas escaramuças com o aparato policial, um questionamento ao próprio poder de estado. Entendemos, também, na medida em que num primeiro momento buscou-se o diálogo com o Governador do Estado, que o que se estava questionando era o Governo Federal e a ordem por este imposta(32).

Faz-se ainda necessário diferenciar o significado do acontecido em abril, da continuidade de saques a armazéns e supermercados nos meses e mesmo nos anos seguintes. Os distúrbios de abril foram portadores de um significado político da maior amplitude, na medida em que afetaram a própria legitimidade do estado, enquanto os saques subseqüentes, embora constituintes de uma rede de estratégias de resistência frente à mesma conjuntura político-econômica adversa, foram mais facilmente absorvidos pelo poder estabelecido.

Entendemos finalmente que a possibilidade da ação destes pequenos grupos de saqueadores é fornecida pela constituição de uma identidade comum instituída através da percepção de carên-

cias comuns de um lado e de outro, pela existência de uma economia moral que justifica estas ações nos códigos morais de seus participantes.

Uma questão que ocupou amplos espaços em noticiários da época e que, ao nosso entender, merece uma discussão neste trabalho é a questão da espontaneidade ou não do movimento. Ou seja, saber se os distúrbios iniciados pelos desempregados foram gerados pela vontade própria dos mesmos ou se haviam "forças sinistras" provocando tais tumultos.

Entendemos que a discussão não deva ser levada por esse prisma, pois, desta forma, desviamos-nos do problema central que é a compreensão dessas manifestações. Neste aspecto, concordamos com a afirmação de Dieter Groh⁽³³⁾ de que o termo "espontaneidade" deve ser evitado, já que mesmo na história social tende a funcionar enquanto uma categoria residual. A utilização do termo refletiria ainda uma incapacidade de identificar os objetivos e as causas deste tipo de movimento. Para o autor, o termo é, na pior das hipóteses, um mito burguês, e na melhor, uma má psicologia. Enquanto não se encontra um termo mais apropriado, Groh sugere o emprego da categoria não organizadas.

Posto isto, gostaríamos de salientar que entendemos os movimentos analisados neste trabalho, como uma das possibilidades de reação frente à conjuntura adversa. Pensamos que as vociferações à respeito de uma ação instigada por grupos imbuídos em tumultuar a ordem estabelecida, traz em seu bojo uma falsa questão, a qual não resiste a uma análise minuciosa. Nós não duvidamos da presença de pessoas de "direita" e de "esquerda"

no interior do movimento. Da mesma maneira não duvidamos que houvesse pessoas de centro, sem posições, outras que nem sabiam que história seria esta, trabalhadores, marginais, católicos, protestantes, negros, brancos, amarelos, gente com amarelão, mestiços, homens, mulheres, crianças, adultos, idosos etc. Se trilharmos uma lógica vulgar que foi muito utilizada na época, poderemos transformar estes protestos em qualquer coisa que desejarmos. O que muito se fez, foi localizar um ou alguns participantes de um determinado grupo e atribuir a responsabilidade total do ocorrido a este agrupamento. Assim encontraremos um movimento que pode ter sido instigado por católicos, protestantes, negros, brancos, direitistas, malufistas, petistas ou comunistas, dependendo apenas da vontade do analista.

De fato, agrupamentos políticos dos mais variados matizes buscaram incorporar-se ao movimento, objetivando dirigi-lo e recuperá-lo para suas siglas. Todavia, não podemos a partir desta constatação responsabilizá-los pelos distúrbios ocorridos, sem estar incorrendo em um ocultamento do real. No período anterior aos distúrbios de abril, já encontramos na imprensa diversas demonstrações de descontentamento popular, caracterizada por atitudes de ação direta. Isto, por si só demonstra a existência de um descontentamento generalizado, o qual poderia vir a se manifestar de formas diversas e imprevisíveis.

Passados os distúrbios de abril, após uma breve pausa, voltam a ocorrer a partir de setembro, fenômenos de ação direta, os quais dão-se desordenadamente. Quando muito, estes ad-

quidem características de auto-organização de pequenos grupos que objetivam, através dos saques, nada além do que sobreviver.

Contrariamente a certas afirmações que consideramos infundadas, as quais objetivam caracterizar o PC do B, o PT e mesmo a Igreja como os responsáveis pelos distúrbios, o que se pode constatar foi a tentativa destes, cada um a seu modo, de intermediar o conflito classes populares/Estado, evitando e combatendo uma possível repressão mais truculenta.

De fato, no interior do PT algumas correntes aproveitaram o movimento para radicalizar e pregar, inclusive, a greve geral. Um exemplo disto foi a Convergência Socialista. Todavia cabe-nos indagar o verdadeiro peso político que esta organização possuía dentro e fora do PT. Como conseguiria uma pequena organização política promover tamanhos distúrbios? Houve neste caso uma clara superestimação dos adversários, por aqueles que necessitavam, a todo custo, fabricar um bode espiatório.

Em realidade, resta a alternativa de uma infiltração de "direita", objetivando desestabilizar o Governo Montoro e mesmo a chamada "abertura política" do General Figueiredo. É até bem possível que tal tentativa tenha se dado(34). Entretanto, faz-se necessário compreender que esta trama somente seria possível a partir da existência de um movimento real, o qual não pode e não deve ser descaracterizado por esta possibilidade. Esta descaracterização revela, como dissemos anteriormente, uma visão preconceituosa que pressupõe a incompetência das classes populares se auto-expressarem.

Através da análise dos documentos por nós conhecidos, concluímos pela impossibilidade de acusar taxativamente qualquer agrupamento enquanto insuflador dos distúrbios e acreditamos ainda que estas acusações provenham daqueles que não conseguem ver nas classes populares a capacidade de possuírem consciência e efetivarem uma ação política autônoma.

Parece-nos que o importante a ser resgatado deste episódio é a compreensão de seu significado político no interior de um período caracterizado pela transferência de poder, a nível regional, de um governo autoritário, representante dos setores conservadores da ditadura militar, para um governo escolhido depois de muito tempo através de eleições diretas, que simbolizava uma oposição ao regime vigente. Concordamos com Sader quando este afirma

"Muitos diante das urnas, escolhem quem lhes parece melhor, sem significar por isso que depositem sua confiança de que seus problemas sejam resolvidos por aí. Outros, trocam os votos por promessas feitas e não podem aceitar depois as argumentações sobre as dificuldades de cumprir o prometido(35)".

Podemos acrescentar que Montoro foi eleito em 15 de novembro e quem estava com fome nesta época continuava em abril e não podia esperar soluções a longo prazo. O povo queria comida e trabalho e aí, não importava se Montoro havia assumido seu posto há vinte dias ou há vinte anos.

Entendemos ainda que os distúrbios ocorridos em abril de 1983 possam ser interpretados enquanto uma manifestação de descontentamento ao regime vigente, por outro lado perguntamo-nos

qual é a limitação de tal assertiva. Entendemos que no ato do saque, a princípio, o que está colocado é a satisfação das necessidades imediatas, contudo a ação coletiva pode gerar condições à tomada de consciência. Ocorreria então uma politização do sujeito através da ação coletiva. É preciso deixar claro, entretanto, que se trata de uma consciência embrionária e talvez apenas momentânea e que, a priori, não temos condições de avaliar o seu grau de complexidade.

A partir do exposto, vemos que não é importante e nem retira do movimento sua legitimidade, o fato de se localizar "infiltrados", quer sejam de um ou outro matiz político. O que parece-nos ser fundamental é compreender esta ação popular, tanto no significado particular do indivíduo que dela participa, como a nível mais amplo, das questões que o movimento colocou, quer para aqueles que detêm o poder, quer para os que se propõem a transformar a sociedade.

Contrariamente a muito do que já se disse sobre o fenômeno qualificando-o de a-temporal, e portanto sem sentido para o movimento operário, fazendo, parte da "pré-história" deste, entendemos que o mesmo foi pleno de sentido ao se constituir em uma estratégia de ação possível dentro daquela conjuntura histórica. Ele possibilitou uma resistência ao aprofundamento da exploração capitalista. Entendemos ainda que na perspectiva de enfrentamento Trabalho/Capital, o movimento alcançou uma certa eficácia. Sua ação criou, embora momentaneamente, a possibilidade de interlocução entre as classes populares e o Governo Estadual, ao criar uma situação de turbulência social, fazendo

com que os canais até então interditados fossem abertos. É preciso lembrar também as parcas conquistas materiais daí decorrente.

Outra questão muito colocada foi a de que uma vez findo os distúrbios, não restaram saldos políticos. Entendemos que o próprio fato de que, através da ação direta, as classes populares tenham conseguido forçar a abertura de canais de comunicação entre elas e o Estado, ao mesmo tempo em que conseguiam expressar-se para o restante da sociedade já se constituiu em um saldo político positivo. Além do mais, estas manifestações, ao funcionarem como um aviso às classes dominantes e ao Estado do que poderia vir a ocorrer caso houvesse continuidade do plano recessivo e do aumento dos níveis de desemprego, influenciaram na tomada de algumas medidas que, embora paliativas, criaram novas oportunidades de trabalho para muitos desempregados(36). Apenas nestes dois pontos já vemos que cai por terra a tese da ineficácia total. Todavia, gostaríamos de relembrar ainda uma das questões colocadas por Piven e Cloward: Camadas sociais sem poder de pressão a nível das instituições políticas só conseguem obter alguma coisa do Estado e das classes dominantes quando estão nas ruas, mobilizadas e provocando distúrbios. Para elas mesmo que seja pouco o que conquistem, já é melhor do que o nada que possuem(37).

Através do exposto neste capítulo, a respeito da avaliação do movimento, podemos concluir que: a) De uma forma geral, as esquerdas ficaram divididas em dois blocos, onde de um lado via-se nos distúrbios uma mera baderna objetivando desestabili-

zar o governo de São Paulo (é o exemplo o PCB) e, de outro, aqueles que viam no movimento, uma possibilidade de avanço das lutas populares, embora havendo nele uma ausência de perspectiva organizativa que o direcionasse a objetivos mais a longo prazo (é o exemplo o PT e as organizações abrigadas em seu interior e o do PC do B). No caso do PC do B, este centrava seus ataques ao Governo federal, enquanto o PT, embora não culpasse o governo Montoro, aproveitava a situação para apontar os limites de um governo do PMDB; b) Podemos comprovar que no interior do PCdo B surge, inclusive, uma tensão entre direção e militantes de base que, pressionados por suas "áreas de influência" chegam a realizar a organização de alguns saques; c) Há indícios de que algumas discussões ocorridas na periferia de São Paulo, quer a nível de comunidades religiosas, quer em reuniões partidárias ou comunitárias, tomaram a prática do saque como última forma de garantir a sobrevivência; d) As transgressões múltiplas demonstram desejos de rupturas da ordem estabelecida, tanto a nível real quanto imaginário; e) A existência de uma economia moral, fundamentada inclusive em pressupostos religiosos, possibilitou a justificativa e o reconhecimento do saque como uma prática lícita, no universo moral de seus atores; f) O governador Franco Montoro não foi capaz de perceber a ilusão criada pela multidão em torno de sua gestão e o que buscava ao dirigir-se ao Palácio dos Bandeirantes.

AO CAIR DO PANO

Através do exposto e analisado nos capítulos anteriores, apresentamos aqui uma síntese de algumas das principais conclusões e novas indagações as quais chegamos.

Em primeiro lugar constatamos que a emergência de "explosões" populares nos grandes centros urbanos já era há muito prevista, todavia o que causou grande surpresa e temor, nos distúrbios de abril, foi a violência da qual eram portadores. Uma vez iniciados os distúrbios, as multidões, nas ruas, forjaram canais para sua expressão e impuseram ao Estado a necessidade da tomada de medidas frente ao desemprego e miséria que se alastravam vigorosamente.

Enquanto um movimento caracterizado pela ação de multidões, os distúrbios dificultam a identificação de seus participantes. Isto coloca para o Estado a impossibilidade de punir todos os infratores. Neste caso ocorreu aquilo que Thompson denominou de contracenação entre dominados e dominantes(1). Os primeiros encenaram através de sua ação, muito além do que em realidade poderiam concretizar enquanto que, os segundos, através da repressão, demonstravam punir além de suas possibilidades. Este espetáculo colocava para cada indivíduo o perigo de sua prisão, espancamento ou mesmo perda da vida. Todavia, o Estado não possuía condições de punir a todos. Punia pontual e exemplarmente. Desta contracene-

nação resultou, de um lado, a conquista de algumas concessões da parte do Estado e, por outro a desmobilização do movimento. O Estado cedia pelo medo do povo nas ruas. O povo desmobilizava-se temendo repressão ainda maior.

O Governo Montoro que no primeiro dia ordenou uma repressão moderada, pressionado pelos conservadores e sem um efetivo controle sobre sua polícia militar autoriza uma repressão mais dura. Todavia, mesmo reprimindo ele é obrigado a contracenar com os "Indesejáveis" atores, pois seu palácio sofre a ameaça de uma invasão.

Neste caso, o que Montoro e seus assessores não compreenderam foi o significado simbólico da derrubada das grades do palácio. Em realidade o grosso da multidão dirigiu-se ao palácio na espera e com a necessidade de ouvir da parte do governador, soluções para seus problemas. As grades significavam a separação entre a multidão e o governador. Sua derrubada significava a possibilidade da união entre um e outro. A multidão desejava unir-se à figura do pai encarnada na imagem do governador. Queriam e necessitavam acreditar que o governador que eles elegeram e que prometera em campanha solucionar seus problemas se unisse a eles. Queriam ir com ele até o Presidente Figueiredo exigir mudanças. Montoro não compreendeu nada disso, tratou a multidão enquanto caso de polícia e a reprimiu. Ao deixar de apoiar-se nas multidões e exigir transformações, para reagir contra estas, Montoro abandona a possibilidade sequer de constituir-se em agente reformista para ser reacionário.

Não se pode negar a existência de resultados significativos em algumas áreas do do Governo Montoro. Entretanto, suas iniciativas reformadoras foram muito tímidas e, o que ficou mais evidenciado foi sua atitude política: a maneira pela qual ele lidou com a revolta popular.

A repressão aos distúrbios de abril funcionou como um agente demolidor das ilusões daqueles que, no campo das esquerdas, apostavam nas possibilidades de um avanço da ação governamental pressionada pela mobilização popular. Doravante, tornou-se claro, que em caso de conflitos sociais, qual seria o procedimento do Governo Estadual

Os distúrbios fizeram com que tanto o Governo Estadual quanto o Federal e mesmo outros governos estaduais, tomassem medidas as quais mesmo paliativas, influenciaram diretamente a vida de muitos desempregados.

Com a repressão houve a desmobilização e uma vez acontecida, muito do prometido não se consumou. Mas, certamente existiram saídos positivos e portanto uma eficácia na ação direta.

Esporadicamente novos saques e ou distúrbios "pipocaram" pelas ruas do país e, em alguns momentos, criaram o pânico de um novo abril. As classes populares aprenderam a eficácia dos distúrbios, quando não existem outros canais de expressão, pois conquistam um pouco do que precisam. O pouco é muito melhor do que nada. Em alguns centros urbanos como por exemplo no Rio de Janeiro em 1987, conseguiu-se com o quebra-quebras de ônibus, revoar o aumento exorbitante no preço das passagens dos coletivos urbanos

Entendemos que enquanto persistir a manutenção de uma sociedade autoritária, rigidamente hierarquizada, sem canais à participação das classes populares, em momentos de aprofundamento de crises econômicas, novamente poderão ocorrer grandes distúrbios como os de 1983 ou, muito mais graves ainda. Para onde eles podem levar?

Esta é uma entre tantas outras indagações que permanecem intrigando-nos. Como conviver com as possibilidades transformadoras que esses movimentos não organizados apontam, na medida em que, também, podem significar o perigo da destruição sem criar absolutamente nada de novo. Vamos acovardar-nos perante a dúvida ou cabe-nos aceitar os desafios contidos no inusitado? Conhecemos pouco sobre as multidões, talvez o primeiro desafio seja desvendá-las.

NOTAS

A PRETEXTO DE UMA INTRODUÇÃO OU UMA CARTA DE INTENÇÕES

01. Somos imensamente gratos ao prof. dr. Paulo Sérgio Pinheiro que conseguiu acesso a esta documentação e, gentilmente, permitiu-nos sua utilização.
02. Tomamos a categoria "não organizadas" de Dieter Groh. Mais adiante no decorrer do trabalho, efetuiremos uma discussão sobre a mesma.
03. Para o tema em questão, consideramos muito importantes as seguintes obras destes autores: "Os Destruidores de Máquinas" (1952) e "Primitives Rebels" de Hobsbawm; "The Making of the English Working Class" (1963) "Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Class?" (1978), "The Moral Economy of English Crowd in The Eighteenth Century" (1971), "The Crime of Anonymity" (1975) de Thompson e, "The Crowd in the History" (1964) e "ideologia e Protesto Popular" de Rudé. Muitos destes livros ou artigos, não estão traduzidos para o português, ou o foram tardiamente, como é o caso exemplar de de uma obra do peso de "The Making..." que foi traduzido com 23 anos de atraso.
04. Segundo Denise Bottmann, tradutora de "The Making of the English Working Class" ...ao substituir o gerúndio de to Make, o autor pretende efetivamente e conscientemente, ressaltar este movimento de "autofazer-se" das classes sociais ao longo da história. Cf. Edward THOMPSON A Formação da Classe Operária Inglesa, RJ, Paz e Terra, 1986.
05. Francis F. PIVEN e Richard CLOWARD "Poor People's Movements: Why They Succeed, How they Fail?", N.Y. Vintage Books, 1978.
06. O sentido de estratégia aqui utilizado difere-se daquele empregado pela tradição leninista, possuindo muito mais um sentido de definição e redefinição de táticas e ações no interior do próprio movimento.
07. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos. Pesquisa DIEESE, Emprego e desemprego na Grande São Paulo. Conceitos, Metodologia e Principais resultados, 1981-1983.
08. O discurso da ação não verbaliza propostas políticas, no entanto elas existem; não propõe alvos claros contra os quais se desenvolve o combate, porém eles não estão ausentes; não define estratégias explícitas para alcançar o fim desejado,

porém estas se fazem a todo momento presentes. Por sua própria dinâmica, se faz presente e ausente, contínuo e descontínuo, definido e indefinido. Em outras palavras, o discurso da ação não oferece visibilidade enquanto tal. Ou seja, é preciso "querer ver" o discurso da ação; caso contrário ele não se mostra. É preciso buscá-lo onde se esconde: um pouco para além do social visto de forma institucionalizada; para além dos esquemas teóricos que estabelecem verdades" prontas e acabadas, para além dos dogmas políticos que estabelecem trajetórias seguras para a transformação social etc. Para que se mostre, o discurso da ação exige de quem quer vê-lo a compreensão de que o poder permeia o social de múltiplas formas; e também a compreensão de que a luta que tem lugar "aqui e agora" traz em si propostas de intenções futuras, não asseguradas de antemão pela inevitabilidade histórica, mas passíveis de ser construídas. Amnérís A. MARONI. A Estratégia da Recusa. p.18.

09. Freud afirma que "a noção do impossível não existe para o indivíduo que faz parte de uma multidão" Partindo deste pressuposto de Freud, concluímos que a multidão propicia a ruptura dos limites impostos aos indivíduos. Cf. S. FREUD. Psicologia das Massas e Análise do Eu. p.18.
10. Cf. E. P. THOMPSON. Tradição, Revuelta y Consciencia de Clase. Maria Célia Paoli afirma que "Quando o marxismo, hoje, redescobre a história concreta dos dominados, revalida a noção de EXPERIÊNCIA vivida, das condições reais de existência, como suporte da reprodução e da luta de classes - e com isso não apenas enterra uma noção de ideologia como sistema cristalizado de idéia, como a reintroduz na forma de representações culturais com com significado real." Cf. Maria Célia PAOLI. Os Trabalhadores Urbanos na Faixa dos Outros: Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. SP (mimeo) USP, 1983. (destaque da autora)
11. Karl MARX. O Capital, Livro I, Voll. p.41.
12. São exemplares, entre outras, as seguintes manchetes: "Turba enlouquecida espalha ódio pelas ruas", Jornal da Tarde, 05-04-83. "Um dia de caos na cidade desgovernada", Jornal da Tarde, 06-04-83; "Brasília não afasta de todo a idéia de intervir", O Estado de São Paulo, 07-04-83, p.22; "Desemprego e baderna", Voz da Unidade, 14-04-83, p.08; "Figueiredo coloca em prontidão II Exército", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.10; "Comércio pede garantias e ameaça fechar", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.11; "O caos só interessa aos inimigos da democracia", Voz da Unidade, 07-04-83, p.01.
13. Embora com um discurso democratizante, o governo Montoro utilizou-se de práticas repressivas quase tão violentas quanto as dos governos anteriores.

14. "A serviço do caos", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.3; "Causa e efeito do quebra-quebra", O Pica-pau n no 9, abr-1983, p.01; "O caos não interessa ao trabalhador", Mural no 314, 12/18-04-83, p.01; "O caos só interessa aos inimigos da democracia", Voz da Unidade, 07-04-83, p.01.
15. "Marchezan admite que há estímulo à agitação", Folha de São Paulo, 06-04-83; "SNI detecta envolvimento de membros do PC do B", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.11; "SNI relata ao presidente quem atuou pelo PC do B", O Globo, 07-04-83, p.06; "Tuma responsabiliza PC do B pelos tumultos", O Globo, 07-04-83, p.07; "Violência diminui mas a tensão continua", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.1.
16. Reginaldo PRANDI, "São Paulo Cidade Saqueada", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.3; Marilena CHAUI, "Temíveis quando não temem", Folha de São Paulo, 11-04-83, p.2; Eder SADER, "Avestruzes e outros bichos", Jornal dos trabalhadores, 28-04/18-05-83, p.08; Janio de FREITAS, "O Caos visto por trás", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.5.
17. Ocorreram distúrbios em Fortaleza no dia 8 de abril, no dia 11 no Rio de Janeiro, no dia 17 em Curitiba, no dia 29 novamente em Fortaleza, e no dia 6 em Francisco Beltrão (PR).
18. Nirlando BEIRÃO. "A primeira pedra foi a do desespero", Revista Senhor, 13-04-83, pp.24-31.
19. Ibid.
20. Ibid.
21. Ibid.
22. Cf. P. SINGER. "Movimentos de bairro". In: São Paulo o Povo em Movimento. Eder SADER. Quando Novos Personagens entram em Cena. Vera da Silva TELLES. A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes.
23. Nirlando BEIRÃO. op. cit. pp.24-31.
24. Irles BARREIRA & Paula STROH. "O Movimento dos Desempregados nas ruas: Uma prática fora do tempo e do lugar?", pp.10-11.
25. Ibid.
26. Cf. Edward P. THOMPSON. Tradição Revuelta y Consciência de Classe.
27. S. MARTINS. "Indignação e revolta utilizados contra a democracia". Voz da Unidade 14/20-04-83, p.9.

28. Cf. Irlés BARREIRA & Paula STROH. Op. cit.pp.10-11. Cf. também fragmentos de entrevistas com desempregado em P. NOGUEIRA. "Uma tragédia Nacional". Revista Veja, 20-04-83, pp.24-34. Cf. ainda, fragmentos das entrevistas por mim realizadas.
29. Cf. P. NOGUEIRA . "Uma tragédia Nacional" Revista Veja, 20-04-83, pp. 24-34.
30. Idem p.26.

PALCO, GENÁRIOS, ENREDO E ATORES

1. Sobre esta ação repressiva consultamos, principalmente, o livro Brasil Nunca Mais. Segundo o alerta contido no próprio livro, constam dele apenas dados obtidos através de autos processuais, e, portanto, o projeto estaria condenado a uma pequena parte das violências cometidas contra os direitos humanos no período. Foram localizados 695 processos, na Justiça Militar, envolvendo 7.367 processados e 10.034 indiciados, testemunhas ou declarantes. A maior parte desses processos ocorreram durante os governos Castelo Branco (1964-66) e Médici (1969-74). Durante o primeiro, foram processados 2.127 e no segundo 4.460 pessoas. No período entre 1964 e 1979 foram processados somente no estado de São Paulo, 1517 pessoas. Em 1979, o Brasil possuía dez mil exilados políticos, 4.682 cidadãos cassados, milhares de presos, 245 estudantes expulsos das universidades e cerca de 300 mortos ou desaparecidos. Cf. p.68. Dos processados, 1918 afirmaram, em juízo, terem sido torturados. Cf. pp.85-88. Foram efetuados 412 processos por atividades de vínculo a partidos ou organizações clandestinas, envolvendo mais de seis mil pessoas entre réus e indiciados. Cf. pp.93-112. Foram ainda abertos 38 processos contra militares, com 747 denunciados judicialmente e 1.692 indiciados; 36 processos contra sindicalistas, com 472 réus e 114 indiciados; 22 contra detentores de mandato parlamentar ou executivo e candidatos; 53 contra estudantes, com centenas de indiciados e réus; 15 contra jornalistas e 15 contra membros da Igreja. Cf. pp. 123-148. Ainda sobre a repressão política, entre 1964 e 1969, 108 líderes sindicais e representantes de trabalhadores tiveram a suspensão de seus direitos políticos ou a cassação de seus mandatos. ocorreram 536 intervenções em sindicatos, federações e confederações de trabalhadores. Ocorreram intervenções em 483 dos 2.049 sindicatos, em 49 das 107 federações e em 4 das 6 confederações, então existentes no país. Cf. São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza, pp.130-31.
2. Estou me referindo a grupos teatrais e musicais que geralmente não possuem carácter reivindicatório.
3. Vera da Silva TELLES. A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes. SP, USP (tese de Mestrado), 1984.
4. José Alvaro MOISÉS & Verena MARTINEZ-ALIER. "A Revolta dos Suburbanos" ou "Patrão o Trem atrasou". In: Contradições Urbanas e Movimentos Populares.
5. Ibid. p.22.

6. Os quebra-quebras de 1983 ocorreram em uma conjuntura bastante diversa daqueles verificados no período compreendido entre os anos 1974 e 1976. De lá para cá houve uma expansão e fortalecimento dos movimentos sociais na grande São Paulo e em geral no Brasil. Um novo sindicalismo forte e combativo ganhou as eleições em diversos sindicatos. O processo eleitoral de 1982, em que pesem todas as suas limitações, colocou para o eleitorado a possibilidade de escolher diretamente seus governos estaduais. O próprio regime foi forçado a uma abertura, apesar de lenta e gradual, para enfrentar as fortes pressões sociais. Podemos acrescentar, ainda, o acúmulo de forças advindo das experiências das mais diversas lutas sociais. Além de tudo isso a conjuntura político-econômica de 1983 sofria uma pesada carga de influência das elevadas e excepcionais taxas de inflação e desemprego.
7. Cf. Eunice DURHAN. Movimentos Sociais. A construção da cidadania. In: Novos estudos CEBRAP, no 10, pp.24-30.
8. Edgard CARONE. A República Velha I. Instituições e Classes Sociais(1889-1930). pp.187-88.
9. Nicolau SEVCENKO. A revolta da Vacina; Nilson COSTA. Lutas Urbanas e Controle Sanitário, pp.53-79; J. Murilo de CARVALHO. Os Bestializados; Myriam B. LOPES. Práticas Médico-sanitárias e Remodelação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro, 1890-1920. Campinas, UNICAMP, (tese de mestrado), 1988.
10. Edgard CARONE op. cit. p.188.
11. Idem p. 190.
12. Bóris FAUSTO. Trabalho Urbano e Conflito Social. pp.192-200.
13. Nilson COSTA op. cit. p.89.
14. Edgard CARONE. op. cit. p.191.
15. José A. MOISÉS & Verena MARTINEZ-ALIER. "A Revolta dos Suburbanos" ou "Patrão o Trem Atrasou", pp.57-58.
16. Idem, p.58.
17. Luzia M. RAGO. "Uma Experiência de Pesquisa em História".
18. Nády A. CASTRO. "As "Turmas da Boa Vontade": Desemprego e ação de classe".
19. Edison NUNES. "Inventário dos Quebra-quebras nos Trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro.1977-1981". In: SINGER e BRANT. Cidade, Povo e Poder, pp.92-96. Cf. Também BOSCHI &

- VALLADARES. "Movimentos Associativos de Camadas Populares Urbanas: análise comparativa de 6 casos". p.119.
20. Lícia do P. VALLADARES. "Quebra-quebras na Construção Civil: O Caso dos Operários do Metrô do Rio de Janeiro". In: MOLIÉS, J.A.(org). Cidade, Povo e Poder.
21. Edison NUNES. op. cit.
22. Lícia do P. VALLADARES. Op. cit.
23. Francisco P. CIPPOLLA. Os quebra-quebras e a expressão política dos trabalhadores. Em Tempo, 20/26-09-79, p.2.
24. Cf. "20 horas de quebra-quebras em São Luís do Maranhão". Em Tempo. 20 /26-09-79, p.3.
25. Cf. Edson NUNES op. cit.
26. Cf. REAÇÃO ao aumento já gerou tumultos em todo o país. Folha de São Paulo. 01-07-87, p.12. Sobre Salvador, cf. também Oto FILGUEIRAS. "Quebra-quebras de Salvador". In: Cadernos do GEAS, no 76, pp. 18-26.
27. Cf. "Fogo nos ônibus, a violência nas ruas". O Estado de São Paulo, 17-03-83, p.01: "Seis horas de quebra-quebras na Zona Sul", Jornal da tarde, 17-03-83 p.1; "O quebra-quebra", Jornal da Tarde, 17-03-83, p. 10; "Contra o locaute, o povo quebra ônibus", Jornal dos trabalhadores, 20-03-83, p.06.
28. Cf. Maria da Conceição TAVARES e José Carlos ASSIS. O grande Salto Para o Caos. A Economia Política e a Política Econômica no regime Autoritário, p.77. Pode-se observar, também, através de análises veiculadas em alguns periódicos que desde agosto de 1982 a fevereiro de 1983, o nível de emprego na grande São Paulo havia caído a uma média 1,1% ao mês. Sendo que neste último mês, atingiu o índice mais baixo desde 1973, acusando uma queda de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Cf. revista Exame n. 273 pp. 10-11. A queda no nível de emprego acusou ainda um índice de 7,1% de abril de 1982 a março de 1983. Cf. Revista Exame n. 275, p.11. O SINE(sistema Nacional de Emprego)divulgou para janeiro de 1983, uma queda de 1,09% em comparação a dezembro e 1,31% em comparação com janeiro do ano anterior. Indicou ainda uma queda de emprego em dez regiões metropolitanas do país. Cf. "Queda de emprego em 10 regiões metropolitanas", O estado de São Paulo, 24-03-83, p.36. Segundo a FIESP, com a recessão em 1981 já haviam sido cortados 240 mil empregos na indústria da transformação na grande São Paulo. Em 1982 surgiram 53 mil novos desempregados no setor e apenas nas 3 primeiras semanas de 83 ocorreram 35 mil novas demissões. Cf. revista Isto é (02-03-83, p.26.) Somente a Mercedes Benz demitiu em 13 de janeiro 2 mil e 900 empregados. Cf. Isto é (26-01-83).

29. Cf. Maria da Conceição TAVARES & José C. ASSIS. op. cit. p.77.
30. Em 1981, a grande São Paulo teve 240 mil novos desempregados: em 1982, 53.500, Nas primeiras seis semanas de 1983, 35 mil. Cf. J. M. PASSOS. "O Pesadelo da vida sem emprego". Isto é, 02-03-83 pp.27-35.
31. Referimo-nos, aqui, a grupos de auxílio comunitário, criação de comitês de desempregados, paralisações, tentativas de articulação de greve geral, organização de abaixo assinados e realização de atos públicos.
32. Cf. J. M. PASSOS. "O Pesadelo da vida sem Emprego", Revista Veja, 02-03-83, pp.27-35. Cf. também P. NOGUEIRA "Uma Tragédia Nacional".Veja, 20-04-83, pp.24-34.
33. Ibid.
34. Cf. "Suicídios e desespero", O Trabalho 12/19-05-83, p.7.
35. Cf. SEPLAN - F. SEAD Estatísticas Vitais. Óbitos por causa morte resumidos, p.5 1/2.
36. Ibid.
37. O termo "profética" foi utilizado pela vereadora Irene Cardoso, na sessão da Câmara Municipal de São Paulo, no dia 05-04-83. Cf. DIÁRIO Oficial do Estado de São Paulo, Seção I, São Paulo, 93 (065) 08-04-83.
38. "Democratização e terras propõe D. Paulo", Folha de São Paulo, 03-04-83, p.8.
39. Cf. entrevista com Almir Pazzlanoto. "Ninguém quer um incêndio" Isto é, 09-03-83, pp.76-78.
40. "Manifestação contra o arrocho salarial e o desemprego", panfleto distribuído em São Paulo nos dias que antecederam a manifestação.
41. Hoje, quando nos referimos a uma manifestação de cinco mil pessoas, tendo em vista as manifestações com centenas de milhares de pessoas no movimento "Diretas-já", acabamos por considerá-la um fracasso. Contudo não podemos deixar de entender que para a época cinco mil pessoas tinham um bom peso político. Ademais, é que não podemos computar a importância de um dado movimento apenas pela quantificação numérica de seus participantes. Faz-se necessário resgatar a significação política do mesmo.
42. "Os impasses da espontaneidade", Em Tempo, 07/12-04-83, p.1.

43. "8h30 - Vai começar o distúrbio", O Estado de São Paulo, 05-04-83.
44. Ibid.
45. Ibid.
46. "11 HORAS - agora, supermercado", O Estado de São Paulo, 05-04-83.
47. Ibid.
48. "Era outro grupo de manifestantes que tentava interceptar um ônibus, que já estava bastante amassado e com todos os vidros quebrados. O ônibus só pode ir embora quando viaturas policiais chegaram com as sirenes ligadas e em velocidade total. Houve mais correrias, fugas, atropelos e gente ferida. Em frente ao prédio da administração Regional, o dia inteiro de portas fechadas, alguns manifestantes protestavam e atiravam pedras no edifício." Ibid.
49. "Os organizadores alegam perda de controle", Folha de São Paulo, 05-04-83, p.13.
50. Ibid.
51. Embora naquele momento ainda vivêssemos sob uma ditadura militar, o Governo Montoro (como todos os recém empossados governos estaduais), havia sido eleito através de eleições diretas. Sua plataforma eleitoral baseava-se inclusive em propostas de mudanças com características democratizantes.
52. Entrevista a mim concedida pelo vereador Cláudio Barroso.
53. Entrevista a mim concedida pelo Delegado geral de Polícia de São Paulo, Dr. Maurício Henrique Guimarães Pereira.
54. A noção de supérfluo aí empregada, refere-se a tudo aquilo que não se enquadra dentro das chamadas necessidades básicas. Todavia na medida em que as necessidades são social e historicamente geradas, empregamos supérfluo entre aspas, pois entendemos que muito do que se tentou, na época, caracterizar como supérfluo já fazia parte das necessidades social mente produzidas.
55. "Passeata acaba em saques e quebra-quebras", Folha de São Paulo, 05-04-83, p.13; "Organizadores alegam perda do controle", Op. cit.; "O saque, uma loucura", Folha de São Paulo, 05-04-83; "Manifestantes tentaram invadir uma delegacia", Folha de São Paulo, 05-04-83, p.14; "Tropa da PM chega e é vaiada", Folha de São Paulo, 05-04-83, p.14.
56. "Corretor baleado morre no hospital", Folha de São Paulo, 05-04-83, p.12.

57. Um exemplo claro desta postura foi a matéria "Turba ensandecida espalha ódio pelas ruas" op. cit..
58. "Forte esquema de segurança no Largo 13 não impediu tumultos", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.12.
59. Ibid.
60. Ibid.
61. "O triste dia de Montoro em seu palácio", Jornal da Tarde, 06-04-83, p.10.
62. Ibid.
63. "O Governo Montoro(...) vacilou na hora de receber a comissão de desempregados...porque se ele fosse um governo que quisesse, naquele momento, receber a comissão dos desempregados(...) a gente acha que podia ter sido evitado quebrar as grades do palácio dos Bandeirantes...".Cf. Entrevista a mim concedida por José Tarcisio de Souza, Arnaldo Alves referindo-se a derrubada das grades do palácio afirma que esta aconteceu "...muito mais por incompetência do governo, de atender e dizer: não eu estou aqui e minha parte que eu tenho responsabilidade eu assumo, agora a outra parte não é comigo." Cf. entrevista de Arnaldo Alves a mim concedida.
64. "Num diálogo áspero, promessas", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.10: Cf. também "O triste dia de Montoro em seu palácio", Jornal da tarde, 06-04-83, p.10.
65. Ibid.
66. Ibid.
67. "Saqes e quebra-quebras chegam ao centro", Folha de São Paulo 06-04-83, p. 12.
68. Cf. "O coração não parou", Revista Veja 19-06-79, p.19.
69. Cf. F. P. CIPPOLLA. "Os quebra-quebras e a expressão política dos trabalhadores". Em Tempo, 20/26-09-79, p.2.
70. Entrevista com o Delegado Geral de Polícia de São Paulo.
71. Cf. "Saqes e quebra-quebras chegam ao Centro". Folha de São Paulo, 06-04-83, p.12.
72. "Na periferia, o segundo dia de caos", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.12.

73. "Horas de tensão no centro de Diadema", Diário do Grande ABC 06-04-83, p.10, caderno B.
74. "Na televisão, um duro pronunciamento", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.9.
75. "Comércio pede garantias e ameaça fechar", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.11.
76. "Figueiredo coloca em prontidão II exército", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.10.
77. "Ação policial atinge imprensa", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.12.
78. "Portaria regula reunião pública", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.10.
79. Ibid.
80. "Na televisão, um duro pronunciamento". Folha de São Paulo 06-04-83, p.9. "Montoro garante que a ordem será mantida", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.9. "Estão querendo intervenção", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.9.
81. "Figueiredo coloca em prontidão II exército", Folha de São Paulo, 06-04-83, p.10.
82. "É o desespero, dizem as lideranças sindicais", Diário do Grande ABC 06-04-83, cad.A, p.9.
83. "Mais de 600 presos em dois dias", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.13; "566 presos no balanço oficial", Folha de São Paulo, 08-04-83, p.13.
84. "Menos distúrbios num dia de tensão", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.11. .
85. "No centro, as lojas e os bancos fechados", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.13.
86. "Na praça Ramos, apenas uma ameaça de confronto", O Estado de São Paulo, 07-04-83, p.20.
87. M. RAPOSO. "Pânico em Guarulhos", Gazeta Mercantil, 07-04-83, p.8.
88. "O DPF aplica a lei de greve", O Estado de São Paulo, 07-04-83, p.21.
89. "Vota nega Câmara para assembleias", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.13.

90. "Secretário de Segurança proíbe assembléia", O Globo, 07-04-83, p.6.
91. "Sindicalistas são intimados", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.13; "A polícia intima diretoria sindical", O Estado de São Paulo, 07-04-83.
92. "SNL detecta envolvimento de membros do PC do B", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.11.
93. "Na Sé, mais cinco horas de distúrbios", O Estado de São Paulo, 07-04-83.
94. "Polícia ocupa Sé e impede aglomeração", Folha de São Paulo, 07-04-83, p.13.
95. Cf SÃO PAULO. Delegacia Geral de Polícia. Divisão de Informações Sociais, folhas 122-129.
96. Cf. Fernando H. CARDOSO et alii. São Paulo 1975. Crescimento e Pobreza. RJ, Loyola, 1976, pp.57-61.
97. "A saqueadora depõe", Revista Senhor, 12-10-83. "Assalto e saque a supermercado", O Estado de São Paulo, 17-09-83, p.10.
98. "A saqueadora depõe". Revista Senhor, 12-10-83.
99. Eder SADER. "O Protesto em Juízo". In: Revista Desvios, No 2, pp.12-14.
100. Haveria aí então uma passagem de consumidor a cidadão. Esta discussão pode ser encontrada em A. HIRSHIMAN. De consumidor à Cidadão.
101. Eunice DURHAN. Op. cit.
102. A votação obtida por Montoro e pelo PMDB na periferia da Zona Sul foi muito grande. Apenas a título comparativo, observemos as diferenças de votos existente entre Montoro e o segundo colocado em alguns bairros desta região. Em Campo Grande Montoro obteve 11.631 votos contra 4.348 de Lula, do PT. Campo Limpo 13.492 contra 5.382, do Lula. Capão Redondo, 13.530 contra 5.057, do Lula; Capela do Socorro, 12.583 contra 4.814, do Lula; Grajaú 7.965 contra 3.613, do Lula. Vila Nova Cachoeirinha, 17901 contra 6.886, de Janio Quadros. Dados por mim levantados na biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
103. Cf. Francis F. PIVEN & Richard CLOWARD. Op. cit.
104. Não nos cabe aqui e nem teríamos condições de elaborar uma análise dos movimentos estudados por Piven e Cloward (por desconhecermos em detalhes os processos por eles estudados), todavia podemos resgatar alguns pontos das críticas efetua-

das a suas teses. A tese central na crítica de Hobsbawm é que mais do que estratégias de ação, os pobres precisam de organismos capazes de executar seus planos de ação. Ele acredita ainda que os pobres somente tornam-se sujeitos da história através de coletividades formalizadas. Massad, além de fazer uma crítica a análise empírica dos autores (na qual não entrarei no mérito por não possuir dados suficientes para concordar ou discordar de sua procedência), afirma que onde é ilegal, é fácil sustentar disrupções, por outro lado, onde não é, o custo é muito grande em função da repressão e deve ser muito bem avaliado. Ressalta, ainda, que o movimento corre o risco de ficar isolado de outros grupos que poderiam dar sustentação a ele e, que isto não é observado por Piven e Cloward. Ele considera também que a maior parte dos movimentos estudados por Piven e Cloward não podem ser vistos como espontâneos ou desorganizados. Finaliza afirmando que se esperamos mais do que simples e periódicas concessões, o modelo de Piven e Cloward não serve e que ao contrário de criticarmos organização, devemos verificar que tipo de organização necessitamos. Podemos a princípio concordar que organismos que possibilitem a execução de planos de ação são importantes. Todavia em nossa história têm sido raros ou mesmo inexistentes exemplos que a longo prazo não tiveram cristalizadas suas estruturas. No Brasil uma série de sindicatos que foram conquistados pelas oposições sindicais têm conseguido constituir-se em organizadores eficazes e não burocráticos. Isso não impede que alguns deles tenham caminhado para um processo de cristalização de suas estruturas internas. Não podemos concordar com Hobsbawm quando este afirma que os pobres tornam-se sujeitos da história apenas através de organizações formalizadas. A base de nossa contestação é o próprio movimento por nós estudado. Entendemos que embora momentaneamente, eles foram sujeitos de sua história. Ainda sobre essa discussão, Massad tem razão ao afirmar que a disrupção pode isolar o movimento de grupos que poderiam vir a dar suporte ao mesmo. No que tange aos perigos da disrupção onde ela é ilegal, parece-nos que esta radicalização ocorre (conforme já sustentamos em diversas passagens deste trabalho) exatamente por não haver outro meio de manifestação. Um debate sobre as teses de Piven e Cloward podem ser encontrados (entre outros) nos seguintes artigos e Book Reviews: Peter GEORGE. "Regulating the poor"; Timothy MASSAD. "Disruption, Organization and reform, a critique of poor people's movement's" M. LIPSKI. "Poor people's movement's." e E. J. HOBBSAWM. "Deveriam os Pobres se Organizar?"

105. Vide notas 23 e 24 do cap III.

DE COMO NEM SEMPRE, DEPOIS DA TEMPESTADE NÃO VEM A CALMARIA.

1. "De novo em Santo Amaro". O Trabalho, 12/19-05-83, p.7.
2. Idem.
3. "Tumultos em Fortaleza". Folha de São Paulo, 09-04-83, p.11.
4. "Desempregados aproveitam anúncio e tumultuam o Rio". Jornal do Brasil, 12-04-83, p.04. "Oitenta saqueiam um supermercado". Folha de São Paulo, 12-04-83.
5. "O Desemprego causa revolta em Camaçari, na Bahia". Tribuna da Luta Operária, 25-04/01-05-83, p.9.
6. Cf. respectivamente "Manifestações e depredações". O Trabalho, 12/19-05-83, p.7; "9 de maio, um mês depois a cobranças das promessas". Em Tempo, 19-05/01-06-83, pp.8 e 9; "Em Santo Amaro e no Piauí novas manifestações". O Trabalho 19/26-05-83, p.7.
7. "Dono diz que vizinhos saquearam mercado". O Estado de São Paulo 18-09-83, p22.
8. "Outro mercadinho saqueado na Z. Leste". Folha de São Paulo, 22-09-83, p.17 .Cf. também B.O. NR 3896/83-50 D.P.
9. "Está livre a mulher que roubou alimentos". Folha de São Paulo, 28-09-83, p.15.
10. "Moça diz que padre mandou". Folha de São Paulo, 29-09-83, p.23.
11. Cf. GECOPON SPMSG NR 5289- 28/09/83.Cf. também B.O. NR 2798/83 51 D.P.
12. "Uma freira à frente dos saques".O Estado de São Paulo, 29-09-83, p.56; "Foi ela, sim. Insuflou o povo". O Estado de São Paulo, 30-09-83, p.34.
13. Cf, MSG NR 2905 do Assessor de Imprensa do Secretário de segurança Pública, de 28/09/83.
14. "Chegam a 32 os saques a minimercados". Folha de São Paulo, 29-09-83, p.23.

15. Cf. respectivamente B.O. NR 4039/83, MSG 3568 50 D.P. e B.O. 4932/83, MSG NR 5368- 47 D.P.
16. "Comerciantes ameaçam pedir ajuda ao exército". O Estado de São Paulo, 30-09-83, p.11.
17. Diversos saques foram impedidos através de medidas preventivas do policiamento. Vide quadro de saques da Secretaria de Segurança Pública.
18. "Mercados saqueados em Diadema". Diário do Grande ABC 01-10-83, cad.B, p.10
19. "Mais saques contra mercadinhos em Diadema". Diário do grande ABC 02-10-83, cad.A, p. 18.
20. "Polícia impede passeata das panelas". Diário do Grande ABC, 22-10-83, cad. A, p.2; "Impedida passeata da panela vazia". Folha de São Paulo, 22-10-83, p.15.
21. Ibid.
22. "Bispo rebate as acusações". O Estado de São Paulo, 30-09-83, p.34.
23. Na medida em que os dados apresentados nos B.Os. não são padronizados, tornou-se impossível precisar uma série de pontos e mesmo organizar uma tipologia dos detidos. Muitos B.Os. são detalhados, contendo dados tais como idade, sexo, profissão, se a pessoa está empregada etc..., outros não trazem referência alguma. Outro problema surge quando confrontamos o B.O. com a MSG pois, em muitos casos os dados são conflitantes, principalmente quanto ao número de participantes. Percebemos ainda uma certa padronização dos dados, os quais variam de acordo com o responsável pelo plantão policial.
24. "A Rebelião dos 20 mil em Manaus". Tribuna da Luta Operária, 26-09/03-10-83, p.4. A destruição do busto do ex-governante está vinculada à visão de responsabilidade do Estado para com os transportes públicos. Destruir este símbolo significa atacar o governo.
25. "Populares quebram e saqueiam". Diário do grande ABC, 25-10-83, cad.B, p.8; "O Trem atrasa. Três mil quebram estação, lojas e põem fogo em carro da PM". O Globo, 25-10-83, p.06.
26. Cf. B.O. NR 4.656/83.
27. Cf. MSG 180/182- Campinas.
28. "A Saqueadora Depõe". Revista Senhor, 12-10-83.

29. "Teve por exemplo na Figueira grande, uma "barbárie". Lá, uma pessoa foi esfaqueada por que o cara explorava muito a turma e aí a turma...pera aí, eles fizeram tudo aquilo lá (aparentemente referência aos distúrbios de abril), porque nós não podemos fazer isso aqui e saquear a padaria desse português que explora nós, que aumenta o preço do pão, diminui o peso, fora da tabela, esse negócio todo...". Nesta entrevista, Arnaldo Alves, Militante do PC do B procura demonstrar que a orientação do partido não era saquear, todavia, na sua opinião pessoal "às vezes, desde que seja uma necessidade real, pra matar a fome do povo, a necessidade aí...acho que tem que saquear mesmo, tem que pegar o que comer.". Arleide Alves, ex-militante do PC do B, faz referências a ser procurada por pessoas que "... daí o pessoal ficou procurando a gente, como eles tinham a gente como referência "... vamo pegá um saque aonde?" Então a gente conversava, não o saque...o saque não é organizado, o saque é um movimento que você se machuca(...) aí o pessoal vinha cobrar tal e nós organizamos, né?..." A entrevistada relata que esse saque foi um fracasso, pois a polícia ficou sabendo antes, e que isto só provou que na prática saque não se organiza. A organização deste saque não foi discutida com o partido e, um outro que se tentou organizar, foi desmarcado por ordem do partido, o que demonstra um certo conflito entre direção e seus quadros. Armelindo Passoni (hoje, 1989- suplente de vereador do PT) diz que as pessoas falavam sobre o saque "ô, mas isso daí é roubo, isso daí é crime. Então o pessoal foi conversando, mas e minha vida? Eu morro? É melhor eu morrer e não comer? O pessoal ia conversando isso nesses movimentos que a gente participava e, abertamente em reuniões, então houve uma evolução do nível de consciência" Um militante de base do PT na Zona Sul, afirmou que "... no núcleo militante não se discutia isso (referência aos saques), a gente é...sempre comentava, o proprio militante do PT comentava que aquilo que estava acontecendo no Norte, Nordeste (saques), amanhã ou depois estava arriscado acontecer em São Paulo e até outros estados..." Entrevistas por mim realizadas em Janeiro de 1989.
30. "Aí, a gente foi convidado para fazer palestras em vários lugares (...) palestras sobre o movimento de 4 de abril (...) e se discutia a questão: deve ou não deve saquear." Entrevista a mim concedida por Arnaldo Alves.
31. "Trens da rede são depredados no ABC". Folha de São Paulo, 31- 01.84, p.26.
32. Nesta época eu morava em São Caetano do Sul e lecionava na Vila Mangalot, na Zona Oeste de São Paulo. Eu retornava de uma reunião na escola, quando a partir da Estação Luz, o trem começou a parar excessivamente nas estações. Quando chegamos à estação Tamanduateí, já devíamos estar com mais de meia hora de atraso. Após mais uns quinze minutos, uma voz comunicou, através dos alto-falantes da estação, que por

motivos técnicos haveria um atraso de aproximadamente 15 minutos. Passados certamente mais de 20 minutos, a mesma voz novamente informou (como se fosse o primeiro informe) que por problemas técnicos haverá atraso de 15 minutos. O tempo foi correndo e o descontentamento crescendo. Nenhuma explicação clara era dada. Os quinze, vinte e mais minutos novamente esgotaram-se. Nenhum novo comunicado. Já devíamos estar na estação há cerca de uma hora. Aos poucos a tensão foi crescendo. Ouvia-se reclamações e lamentos de pessoas que no outro dia teriam que tomar o trem de volta às 4 e meia da manhã; de gente que não teria como chegar até sua casa se o trem demorasse mais, pois não haveria mais condução para completar a viagem. Aos poucos foram aparecendo alguns gritos isolados "quebra..quebra.. quebraaa...queeeebraaaaa...". O tempo foi passando, a tensão foi crescendo e, de repente, das palavras passou-se à ação. Alguém gritava que "fui ver e num tem ninguém na estação, nenhum funcionário, tá vazia. Pelo jeito num vai tê mais trem hoje...". Foi instantâneo. Aquele "... num vai tê mais trem hoje..." foi a gota d'água. A partir de então, podia-se ouvir o estilhaçar de vidros, seguido de uma barulheira total.

Lembro-me de estar próximo a um blombo de vidro ou alguma coisa parecida e, só deu tempo de colocar a mão na cabeça em um sinal instintivo de proteção. Em segundos todos os vidros da composição e mesmo da estação estavam quebrados. No ar misturavam-se gritos com o tilintar de vidros a estilhaçarem-se. Pessoas correndo para todas as direções. Algumas crianças choravam. Nos rostos um misto de desespero, medo e raiva. Em questão de instantes a estação ficou vazia. Ao menos esta foi minha impressão, pois não demorei muito a sair da mesma. Neste momento, muitas pessoas estavam indo para a linha do trem. Também fui.

Seguimos à pé de Tamanduateí até São Caetano através do leito da ferrovia. A Estação de São Caetano estava fortemente policiada e com ônibus para transportar os passageiros para Santo André, Mauá e Ribeirão Pires (ao que me lembro). No outro dia tomei conhecimento dos distúrbios ocorridos em Sto. André através dos jornais.

33. "Com Paus e pedras, 500 depredam uma delegacia". O Estado de São Paulo, 17-04-84, p.15.
34. "Multidão depreda a estação Júlio Prestes". Folha da Tarde, 19-04-84, p.2; ESTAÇÃO Júlio Prestes vive 90 minutos de terror. Folha de São Paulo 19-04-84, p.19.
35. "Lavradores do Pontal saqueiam armazém da CESP". Folha de São Paulo, 27-06-84, p.25; "Armazém é saqueado por 1800 bóias-frias". O Globo, 27-06-84, p.8; "Os acampados do Pontal voltam a saquear depósito". O Estado de São Paulo, 27-06-84, p.10; "Pontal : fome e desemprego geram saques". Jornal da Tarde, 28-06-84, p.28.

36. Cf. "Reação a aumento já gerou tumultos em todo o país". Folha de São Paulo, 01-07-87, p.12..
37. "Favelados confundem carga e saqueiam trem". O Estado de São Paulo, 20-07-84, p.30.
38. "Polícia evita saque em armazém incendiado". Folha de São Paulo, 23-07-84, p. 11.
39. "Trem de cimento saqueado em Benfica". O Globo, 10-09-84.
40. "Em Olinda dezenas de favelados saqueiam mercado". Folha da tarde, 06-09-84, p.5.
41. "Trabalhadores ameaçam saquear cidade da Bahia". Folha de São Paulo, 12-01-85, p.19.
42. "População saqueia e depreda depósito em São Miguel". Folha de São Paulo, 27-10-85.
43. "Mercadinho falido é saqueado na Cidade Dutra". Folha da Tarde, 08-11-85, p.22.
44. Cf. Osvaldo PERALVA. "O relatório do badernaço. "Folha de São Paulo, 19-02-87, p.3; "Comissão inocenta Centrais Sindicais pelo Badernaço", Folha de São Paulo, 07-02-87, p.19.
45. O. PERIN. "Saques a supermercados envolvem marginais e política". Jornal, do Brasil, 07-12-86, p.18.
46. Ibid.
47. Cf. "Reação ao aumento já gerou tumultos em todo o país". Folha de São Paulo, 1-07-87, p.12..
48. Cf. "Alta convulsiona o Rio". Folha de São Paulo 01-07-87, primeira página.

ROUBAR PARA COMER NÃO É CRIME. ..

1. Irlés BARREIRA & Paula STROH. op. cit. p.19.
2. Eder SADER. "O Protesto sem Juízo". op. cit.
3. "A Saqueadora depõe". Revista Senhor, 12-10-83.
4. P. NOGUEIRA. "Uma Tragédia Nacional". Revista Veja, 20-04-83, pp.24-34. Fragmentos da entrevista de Flaviano Oliveira dos Santos, Metalúrgico desempregado.
5. Idem. Fragmentos da entrevista de Maria Adália, esposa de um desempregado.
6. Cf. Entrevista a mim concedida por um gráfico desempregado em 1983
7. Cf. Entrevista a mim concedida por Arleide Alves.
8. P.NOGUEIRA. op. cit. pp.23-24. Fragmentos da entrevista de Crotilde, esposa de Roberto Satto.
9. Cf. Entrevista a mim concedida por Arleide Alves, operária desempregada.
10. P. NOGUEIRA. op. cit. pp.23-24. Fragmentos da entrevista de Maria, esposa de Rosalvo Alves ferreira.
11. Irlés BARREIRA & Paula STROH. op. cit.
12. Isto pode ser constatado nas entrevistas acima citadas, nas quais percebemos a ruptura para com valores antigos e a emergência de novos códigos morais.
13. Marilena CHAUI. Conformismo e Resistência. p.33. Ela considera a "...cultura popular um conjunto disperso de práticas dotadas de lógica própria, mas uma lógica que se constitui durante os acontecimentos, durante a ação (como ocorre por exemplo, no quebra-quebra ou na festa profana que rodeia a festa religiosa), definida local e temporalmente por seus sujeitos..."
14. Podemos perceber, também, uma certa memória do saque em outras regiões, que muitas vezes é reavivada pelos veículos de comunicação. "...E não foi, a meu ver, surpresa por que há um ano e meio, dois anos aproximadamente, o pessoal comentava sobre o saque que já existia no Norte, Nordeste, então passava pela televisão, rádio, saía no jornal que tal estado, tal cidade do Norte, Nordeste, estaria sendo saqueada e as pessoas comentavam isso aí. A gente via as pessoa comentar

que um dia isso ia acontecer em São Paulo e acabou acontecendo é...". Entrevista a mim concedida por um militante de base do PT da Zona Sul. Ver também o histórico dos saques e quebra-quebras no Brasil república, apresentado no capítulo I.

15. A passagem bíblica à qual se refere pode ser encontrada em Mateus 12,1-8; Marcos 2,23-28 e Lucas 6,1-5, com a diferença que em Marcos as espigas não são comidas, mas apenas arrancadas para dar passagem. Transcrevemos a íntegra a passagem em Mateus 12. "As Espigas Arrancadas". 1. Por esse tempo, Jesus passou num sábado pelas plantações. Os seus discípulos, que estavam com fome, puseram-se a arrancar as espigas e a comê-las. 2. Os fariseus, vendo isso, disseram "Olha só ! os teus discípulos a fazerem o que não é lícito fazer num sábado... 3. Mas ele respondeu-lhes: Não lestes o que fez Davi e seus companheiros quando tiveram fome ? Como entrou na casa de Deus e como eles comeram o pão da proposição, que não era lícito comer, nem a ele nem aos que estavam com ele, mas exclusivamente aos sacerdotes.? 5. Ou não lestes na lei que com os seus deveres sabáticos os sacerdotes do templo violam o sábado e ficam sem culpa? 6. Digo-vos que aqui está algo maior que o templo. 7. Se soubesseis o que significa: misericórdia é o que eu quero e não sacrifício, não condenarieis os que não têm culpa. 8. Pois o filho do homem é senhor do sábado. (destaques nossos)

Ao que tudo indica, efetuou-se uma interpretação, à partir da leitura deste texto bíblico, de que a fome justifica fazer o que é normalmente tido como ilícito.

"O que a gente ouvia as pessoa dizer, é que pegar pra matar a fome não é roubo(...) e não sendo roubo não é pecado(...) Era muito comum a gente ouvir as pessoa dizer, bom, eu não viu morrer de fome, nem deixar meu filho morrer de fome, porque pegar pra comer não é roubar, não é pecado. Isso era muito comum." Entrevista a mim concedida por um líder comunitário do Parque Ibirapuera, Zona Sul de São Paulo.

Independente das diversas interpretações que possam ser dadas ao texto bíblico em questão, o importante é compreender que a leitura dada ao mesmo por essas camadas pobres da população, possibilitou a justificativa do saque no código de ética moral de seus participantes.

16. Sobre esse desejo de ruptura, localizei uma interessante análise a respeito dos distúrbios durante a greve dos bancários em 1979, referindo-se aos office-boys "...como eles existem outros. Os jovens boias-frias do campo, o trabalhador infantil na fábrica. Existem os senhores e velhos a carregar esses cartazes de Chapa do Pulmão e Fotografias 3X4 (sic). Existem os vendedores de bilhetes de loteria. Existem as empregadas domésticas e as jovens empregadas domésticas. Todos eles dariam a vida por um dia de liberdade, por um acaso não foi um dia de liberdade para aquela gente

espezinhada pelo trabalho, aquela quinta-feira 13 ? (destaques meus) Cf. F. P. CIPPOLLA. os quebra-quebras e a expressão política dos trabalhadores. Em Tempo, 20/26-09-79, p.2.

17. Mesmo na fala de militantes de esquerda, podemos encontrar esse prazer no ato de transgredir.
 "Então, neste, no dia 5 de abril, quando já ia pro Palácio dos Bandeirantes, eu cheguei ir lá no mercado, mas já havia sido saqueado. Eu praticamente, como já tava saqueado o negócio lá, a gente, deu pra pegar um chocolate, né? um bombom, que era época de páscoa, tinha aquelas promoção pindurada, né? e deu pra pegar uns dois bombom(...)Eu me senti como todo povo, um pouco até massa, né? A gente dando risada, conversando, tinha um clima de liberdade, não sentindo como se tivesse pego uma coisa que...fizesse um roubo, mas alguma coisa que alguém tava nos devendo, né?..." (Destaques meus) Entrevista a mim concedida por um gráfico desempregado.
 "Então, nós fomos pro Gauchão, o cara perguntou se ia pagar e atendeu a gente muito bem.O Garçon trouxe a comida, a gente falou que era aniversário, depois a gente chegou e informamos "não temos dinheiro pra pagar" comemos, bebemos a vontade e depois a gente disse que não tinha dinheiro, o que ele podia fazer?...ah... rapaz ...é negócio interessante. É como se você tivesse na clandestinidade assim...numa alta clandestinidade, você pegar uma bandeira do partido que você defende e jogar na praça pública. É a mesma coisa. É uma sensação muito boa... de quebrar o que é proibido. É como se você tivesse falando: esse país é meu, eu trabalho, dou meu sangue trabalhando todo dia e eu mereço. Eu mereço. Pena que foi só um dia . Os operários deviam comer do bom e do melhor não só um dia, mas todos os dias."(Destaques meus) Entrevista a mim concedida por Arleide Alves.
18. Apenas exemplarmente faremos uma comparação. A idéia de caos estampada na grande imprensa é produto de uma sociedade que não aceita o conflito em seu interior. A pura existência deste conflito já seria o caos. Cf. Marilena CHAUI, op. cit. O jornal Voz da Unidade (ligado ao PCB) também refere-se a um caos. "o caos só interessa aos inimigos da democracia". Todavia o que funda esta última percepção de caos é o fato da ação direta fugir de seus pressupostos teóricos. Esta fuga é percebida como a ausência de uma consciência proletária e a negação de uma "ordem" através da qual se poderia caminhar no sentido da transformação da sociedade capitalista. Portanto, também haveria aí também uma (des) ordem.
19. Cf. "Para Macedo ações não têm geração espontânea". Folha de São Paulo, 05-04-83, p.15; "Maximiano afasta a possibilidade de intervenção". Folha de São Paulo, 07-04-83, p. 11; "FIESP culpa agitadores profissionais". Folha de São Paulo, 07-04-83, p.12.

20. Cf. "Pimentel assegura que a ordem será mantida". Folha de São Paulo, 07-04-83, p.13. "Secretário afirma que o movimento é organizado". O Estado de São Paulo, 07-04-83, p.23: Pronunciamento do Governador em cadeia de rádio e televisão transcrito em diversos jornais do dia 06-04-83. M. SANTAYANA. A serviço do caos. Folha de São Paulo, 07-04-83, p. 3: "O Coletivo Nacional dos Dirigente Comunistas. O Caos só interessa aos inimigos da democracia". Voz da Unidade, 07-04-83.
21. "Opiniões. Diário do Grande" ABC 08-04-83, Deputado e líder sindical Aurélio Peres (nossa observação: vinculado ao PC do B)" setores da direita e da fração trotskista do PT infiltraram-se no movimento de desempregados para praticar atos de vandalismo na capital paulista, tentando desestabilizar o governo Montoro e, com isso, prejudicar o processo de abertura."
22. Cf. "O Coletivo nacional dos dirigentes comunistas". Voz da Unidade, 07-04-83.
23. Cf. AÇÃO direta (preparar a greve geral). O Trabalho, 08/19-04-83, p.02: "OS impasses da espontaneidade". Em Tempo, 07/12-04-83, p.03 Cf. Também "São Paulo: Fome, desespero... provocação". Causa Operária, maio de 1983, p.4.
24. "Tumultos em Fortaleza". "Boatos geram medo no interior". "Grupo ameaça e comércio fecha mais cedo". Folha de São Paulo, 09-04-83 p.11: "Desempregados aproveitam anúncio e tumultuam no Rio". Jornal do Brasil, 12-04-83, p.04: "A rebelião dos 20 mil em Manaus". Tribuna da Luta Operária, 26-09/03-10-83, p.04
25. As medidas adotadas pelo Governo Federal foram: a liberação de 250 bilhões de cruzeiros do FINSOCIAL, para programas nas áreas de alimentação, educação, saúde e construção civil. Destes recursos, 45 bilhões foram destinados à construção de habitações populares, o que segundo fontes governamentais possibilitaria a construção de 50 mil casas empregando cerca de 200 mil pessoas. Cf. P. NOGUEIRA. "Uma tragédia nacional". Revista Veja, 20-04-83, p.26. Torna-se difícil averiguar até onde efetivamente estas medidas saíram do papel em função da não transparência da administração pública no Brasil.
26. Em pronunciamento através de cadeia de rádio e televisão no dia 05 de abril, o governador Franco Montoro prometeu a criação de 40 mil novos empregos com a constituição de frentes de trabalho, além de medidas que facilitariam o crédito de pequenas e médias empresas, o que, em tese, objetivava a geração de novos empregos. Já o secretário do trabalho, Almir Pazzianoto, prometeu a criação de 20 mil novos empregos com a limpeza de terrenos no município, alegando que não prometeria o que não poderia cumprir. Cf.

"O Triste dia de Montoro em seu Palácio". Jornal da Tarde, 06-04-83. Através do Pró-trabalho, surgiram em apenas três dias (a se confirmar as afirmações veiculadas pela imprensa) a oferta de 7.812 empregos. Cf. "Pró trabalho uma idéia que já começa a dar resultados". O Estado de São Paulo, 08-04-83, A Prefeitura de Mauá anunciou a contratação de 50 novos trabalhadores braçais para a limpeza de terrenos no município. cf. "Os distúrbios". Diário do Grande ABC 07-04-83, p.10

O Conselho Nacional do Emprego criou uma comissão para estudar mudanças na legislação trabalhista. A comissão aprovou a redução da jornada de trabalho com a proporcional redução nos vencimentos, em até 25%, por até seis meses (antes era até três meses), mas não aprovou a proibição de horas extras porque "faltaram maiores subsídios para definir a questão". Também torna-se difícil constatar a concreticidade de tais medidas, e já pelo choque de informações entre Montoro e Pazzianoto quanto ao número de empregos a serem criados, pode-se notar uma certa demagogia e irrealidade nos números. Quanto às medidas do CNE, facilitaram mais a vida das empresas, possibilitando a redução de custos, através da redução de salários. Por sinal isto na época gerou protestos dos trabalhadores. Nota-se o caráter enganoso dessas medidas quando não se aprovou o fim das horas extras, o que com toda certeza faria com que as empresas dos setores menos afetados pela recessão fossem obrigadas a contratar novos trabalhadores.

27. Fernando GABEIRA. "É São Paulo". Isto é, 20-04-83, pp.24-25. Falando sobre os distúrbios de abril, o ex-membro do Comitê de luta contra o desemprego, José Tarcísio de Oliveira, afirmou que "... tem uma questão que é importante(...) que foi a questão das diretas, que naquela época a gente já colocava em cheque a questão do governo federal, que tinha que abrir eleições diretas pra presidente..." Entrevista a mim concedida por José Tarcísio de Oliveira, ex-desempregado, atualmente Militante do PC do B.
28. Karl MARX. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, p.7.
29. Gareth STEDMAN-JOHNES. Working-class Culture and Working-class Politics in London, 1870-1900; Notes on the Remaking of a Working Class. In: Journal to Social History
30. Maria Stella M. BRESCIANI. Londres e Paris no Século XIX: O espetáculo da pobreza, SP, brasiliense, 1982.
31. Cf. "Direção do PMDB manifesta apoio". Folha de São Paulo, 06-04-83.
32. "...é que a gente tinha que procurar uma ajuda e procurar ele como intermediário pra conversar com o Figueiredo. Não ia procurar ele como inimigo. Era um aliado que ia facilitar, ia tirar uma comissão (...) e o que a gente ia levar de proposta

depois a gente ia ver, mas esta proposta era pro governador, era... cesta básica, o vale transporte, a questão do... da ... esses ônibus pra levar a gente pra Brasília, né? (...)Ninguém foi lá pra derrubar nem pra nenhum tipo de vandalismo, a gente inclusive... o tratamento que a gente deu pra ele não foi tratamento de inimigo, agora o que veio dele foi foi um tratamento de ... de nojo, medo, ficou com medo por que ... ele não queria mesmo receber." Entrevista a mim concedida por Arleide Alves

33. Dieter GROH "Base Processes and the problem of organization: outline of a Social History research project". In: Social History, may 1979, Vol 4:2 pp.265-283.

34. Encontramos diversas falas acusando a existência de uma provocação de direita:

"Então deu pra perceber que a passeata dos desempregados tava ordeira, mas tinha no máximo, no máximo uns dez e era subdividido (referência a provocadores). Um bem no meio, na frente, dois atrás(...) esse pessoal que pegava pedra, atirava, é (...) a diferença tava na cara. Era óculos escuro, tipo de um segurança, dava pra perceber com o porte físico meio avantajado..." Entrevista a mim concedida por Fábio Aparecido de Oliveira Paulo, 34 anos, agente de recursos humanos em uma empresa de segurança e que na época trabalhava na Av. Adolfo Pinheiro, onde ocorreram diversos distúrbios.

"Tinha cara lá incentivando a quebrar o palácio dos bandeirantes, que quando foi detido vários desempregados, a gente foi até a delegacia, tavam lá, que eram policiais, pra gente ver esse movimento.Policiais.(...) Tenho certeza absoluta porque quando a gente foi numa delegacia com o Aurélio(Referência ao deputado federal Aurélio Perez)e a sua comissão, visitar e soltar os desempregados que foram presos nas viaturas. Aí fomos à 11a. e essa pessoa que estava incentivando lá, uma dessas pessoas, estava na delegacia ajudando até a prender..." Entrevista a mim concedida por José Tarcísio de Oliveira.

35. Eder SADER."O Protesto sem Juízo". In: Revista_Desvios, SP, 1983, p.15.

36. Cf. nota 26 deste capítulo.

37. Francis F. PIVEN & Richard CLOWARD op. cit.

CAI O PANO

1. Edward P. THOMPSON. "Patrician Society, Plebeian Culture". In: Journal Of Social History, pp.382-405.

BIBLIOGRAFIA

1. A Bíblia de Jerusalém, SP, Ed. Paulinas, 1973.
2. Arquidiocese de São Paulo. Brasil Nunca Mais. RJ, Vozes, 1987.
3. BARREIRA, Irlés e STROH, Paula. O Movimento dos Desempregados nas Ruas: Uma prática fora do tempo e do Lugar?, VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1983.
4. BOSCHI, Renato e VALADARES, Maria T. "Movimentos associativos de camadas Populares Urbanas." In: Debates Urbanos no 5, pp.103-143, RJ, Zahar, 1985
5. BRESCIANI, M. Stella M. Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza. SP, Brasiliense, 1982.
6. CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A política dos Outros. SP, Brasiliense, 1984.
7. CARDOSO, Fernando H. et alii. São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza, RJ, Loyola, 1976.
8. CARONE, Edgard. A República Velha, SP, Difusão Européia do Livro, 1969.
9. CARVALHO, José Murilo de, Os Bestializados, SP, Cia. das Letras, 1987.
10. CASTRO, Nádyá a. "As Turmas da Boa Vontade": desemprego e Ação de Classe, IX Congresso Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1985.
11. CHAUI, Marilena. Conformismo e Resistência, SP, Brasiliense, 1986.
12. COSTA, Nilson. Lutas Urbanas e Controle Sanitário, RJ, Vozes, 1985.
13. DIEESE. Pesquisa DIEESE. Emprego e desemprego na Grande São Paulo. Conceitos, Metodologia e Principais resultados, 1981-1983.
14. DURHAN, Eunice. Movimentos Sociais: aconstrução da Cidadania. In: Novos estudos CEBRAP, no 10, out.84, pp.24-30.
15. EVERS, Tilman. Identidade e Face Oculta dos Movimentos Sociais. In: Novos estudos CEBRAP, vol. 2, no 4, abril, 1984.

16. FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social, SP, Difel, 1977.
17. FILGUEIRAS, Oto. O Quebra Quebra de Salvador. In: Cadernos do GEAS, no 76, nov/dez, 1981, pp. 18-26.
18. FREUD, Sigmund. Psicologia de Massas e Análise do Eu, RJ, Imago, 1980 (Coleção Obras Completas, vol. XVIII).
19. GEORGE, P." "Regulating the Poor". In: Sociological Review 24:159-60
20. GROH, Dieter. "Base Processes and the Problem of Organization: Outline of a Social History research Project". In: Social History, may 79, vol 4:2, pp 265-283.
21. GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolitica. Cartografias do Desejo, RJ, Vozes, 1986.
22. HIRSCHMAN, Albert O. De Consumidor a cidadão. SP, Brasiliense, 1983.
23. HOBBSBAWM, éric J. Rebeldes Primitivos, RJ, Zahar, 1970.
24. ----- . Idem. Os Trabalhadores, RJ, Zahar, 1981.
25. ----- . Idem. Mundos do Trabalho, RJ, Paz e terra, 1987
26. JACOBI, Pedro. "Movimentos Sociais Urbanos e a crise: da Explosão Social à Participação Popular Autônoma." In: Política e administração no 2, RJ, FESP, 1985.
27. LE BON, Gustave. Psicologia das Multidões, RJ, F. Briguet, 1954.
28. LIPSKI, M. Poor People's movement's. In: American Political Science 73: 587-8, 1979
29. MARONI, Amnéris. A Estratégia da Recusa, SP, brasiliense, 1982.
30. MASSAO, T. Distrution, Organization and reform, a critique of poor people's movement's. In: Dissent 27:81-90 wint'80
31. MARX, Karl. O Capital, SP, Abril Cultural, 1983.
32. ----- . O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann, RJ, Paz e terra, 1969.

33. MOISÉS, et alii. Contradições Urbanas e Movimentos Populares, RJ, CEDEC/Paz e terra, 1978.
34. ----- . Cidade, Povo e Poder, RJ, CEDEC/Paz e Terra, 1982.
35. PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Faixa dos Outros: Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira, SP (mimeo), USP, 1983.
36. PIVEN, Francis Fox e CLOWARD, Richard. Poor People's Movements. Why They Succeed, How They Fail? New York, Vintage Books, 1978.
37. RUDÉ, George. La Multitud en La Historia. B. Aires, Siglo XXI, 1971.
38. ----- . Ideologia e Protesto Popular, RJ, Zahar, 1982.
39. SADER, Eder. "O Protesto sem Juízo". In: Revista Desvios no 2, SP, s/e, 1983.
40. ----- . Quando Novos Personagens Entram em Cena. Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980, RJ, Paz e Terra, 1988.
41. SECRETARIA de segurança Pública, de São Paulo. Boletins de Ocorrências Policiais, setembro/novembro de 1983.
42. ----- . Mensagens, setembro/novembro de 1983.
43. SEPLAN-F. SEAD. Estatísticas Vitais. Óbitos por causa morte resumidos.
44. SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina, SP, Brasiliense, 1984.
45. SINGER, Paul e BRANT, Vinicius G. São Paulo O Povo em Movimento. RJ, Vozes, 1982.
46. SKIDMORE, Thomas. Brasil de Castelo a tancredo. RJ, Paz e terra, 1988
47. SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia T. de(org). Sociedade e Política no Brasil pós-64. SP, brasiliens, 1984
48. STEDMAN-JONES, Gareth. "Working-class Culture and Working-class Politics in London, 1870-1900: Notes on the remaking a Working-class". In Journal of social History, pp. 461-508.

49. TAVARES, M. Conceição e ASSIS, J. Carlos. O Grande Salto para o Caos. A economia Política e a Política Econômica no regime autoritário, RJ, Zahar, 1985.
50. TELLES, Vera da Silva. A Experiência do Autoritarismo e Práticas Políticas Instituintes. SP, USP, (tese de mestrado), 1984.
51. THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa, RJ, Paz e terra, 1987.
52. ----- . Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase, Barcelona, Crítica, 1979.
53. ----- . Patrician Society, Plebeian Culture. In: Journal of Social History, pp.382-405.

JORNAIS E REVISTAS

A Gazeta Mercantil, 1983.

Causa Operária, 1983

Convergência socialista, 1983.

Diário Oficial do estado de São Paulo.

Em Tempo, 1979 e 1983.

Folha da Tarde, 1983-1987

Folha de São Paulo, 1983-1987

Isto é, 1983,

Jornal da Tarde, 1983-1987

Jornal do Brasil, 1983-1987

O Diário do Grande ABC, 1983.

O Estado de São Paulo, 1983-1987

O Globo, 1983-1987

O Mural, 1983.

O Pica -Pau, 1983.

O Trabalho, 1983.

Senhor, 1983.

Tribuna da Luta Operária, 1983

Tribuna Metalúrgica, 1983.

Veja, 1983.

Voz da Unidade, 1983.